



Sindicato Nacional dos Procuradores
da Fazenda Nacional

Uma trajetória de fortalecimento e
valorização da carreira de PFN



Sindicato Nacional dos Procuradores
da Fazenda Nacional

Texto de acordo com a nova ortografia
Título original: SINPROFAZ 35 anos: uma trajetória de
fortalecimento e valorização da carreira de PFN
1ª Edição: maio de 2025
Organização e Produção: Oficina Consultoria
Imagens: SINPROFAZ, Livre Iniciativa e Oficina Consultoria.

Copyright 2025 – Sindicato Nacional dos Procuradores da
Fazenda Nacional – SINPROFAZ
Todos os direitos desta edição reservados para o
SINPROFAZ
Endereço: SCN Quadra 06 Shopping ID Bloco A Sala 404,
Brasília - DF, 70716-900
Telefone: (61) 3964-1215

Impresso no Brasil
Maio de 2025



Sindicato Nacional dos Procuradores
da Fazenda Nacional

Brasília
2025

Presidente Iolanda Guindani

35 Anos de Luta e Compromisso: a trajetória do SINPROFAZ

Ao celebrarmos os 35 anos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), rendemos homenagem a uma jornada marcada por lutas incessantes, conquistas memoráveis e pelo compromisso inabalável com a defesa da Advocacia Pública e da justiça fiscal no Brasil. Desde sua fundação, em um contexto de profundas transformações institucionais, o SINPROFAZ tem sido um bastião de resistência e avanço, garantindo que a carreira dos procuradores da Fazenda Nacional seja reconhecida e valorizada como essencial à defesa do Estado e do interesse público.

Nosso Sindicato nasceu do ideal coletivo de um grupo de procuradores que compreenderam a necessidade de uma entidade forte, capaz de representar seus pares, proteger seus direitos e promover uma Advocacia Pública cada vez mais eficiente e independente. Ao longo dessas três décadas e meia, enfrentamos desafios que testaram nossa resiliência e unidade, mas também registramos avanços históricos que fortaleceram nossa Instituição e consolidaram nossa atuação como um dos pilares do sistema de justiça fiscal do país.

As batalhas travadas pelo SINPROFAZ transcendem as questões corporativas. Lutamos incansavelmente por um sistema tributário justo e eficaz, pelo combate à sonegação e pela defesa da responsabilidade fiscal como um dos alicerces do desenvolvimento nacional. Temos orgulho de nossa participação ativa em debates cruciais para

o aprimoramento da gestão pública e da transparência nas contas do Estado, sempre guiados pelo compromisso ético e pelo respeito à Constituição.

Nesses 35 anos, garantimos a manutenção de direitos essenciais, promovemos o reconhecimento da categoria e fortalecemos nossa presença em esferas políticas e institucionais. Fomos protagonistas na luta pelo fortalecimento e autonomia da Advocacia Pública Federal, na defesa das prerrogativas dos procuradores da Fazenda Nacional e na promoção de condições dignas para o exercício de nossa missão.

Este livro não é apenas um registro histórico da união de um grupo, mas um testemunho de dedicação e esperança de toda uma carreira, uma vez que cada procurador fez e faz a diferença. É um tributo a todos aqueles que contribuíram para tornar o SINPROFAZ uma referência nacional. Seguimos firmes, convictos de que o futuro reserva novos desafios, mas também grandes conquistas.

Agradecemos a todos que fizeram e fazem parte da nossa história. Que esta obra inspire as futuras gerações de procuradores da Fazenda Nacional a perpetuarem os valores que nos trouxeram até aqui: integridade, coragem e compromisso com o Brasil. **Longa vida ao SINPROFAZ**

Iolanda Guindani
Presidente do SINPROFAZ



José Eduardo Cardozo

É com grande honra e felicidade que escrevo estas linhas, a título de prefácio, para o livro *“Uma trajetória de fortalecimento e valorização da carreira do PFN”*. Gostaria de explicar e de justificar esse sentimento.

No ano seguinte àquele em que concluí meu bacharelado em direito pela PUC/SP, assumi e comecei a exercer o cargo de procurador do Município de São Paulo. A partir desse momento, no exercício de diferentes funções públicas, participei, vivenciei e senti, direta ou indiretamente, as dificuldades que a advocacia pública enfrentou ao longo dos tempos. Sofrendo ataques cerrados de adversários ocasionais e de inimigos permanentes, ela sobreviveu e fincou seus pés definitivamente na institucionalidade brasileira. Há, por isso, razões de sobra para se comemorar.

Mas seria ilusório imaginar que o horizonte futuro da advocacia pública seria formado apenas por um tranquilo mar de rosas, onde perigos institucionais e o risco de retrocessos não voltassem a existir. Vivemos em um mundo conturbado, polarizado, marcado por uma crescente intolerância e por grandes e agudas transformações culturais e das relações sociais. Hoje não sabemos exatamente para onde estamos indo e quais são as causas reais que nos impulsionam para esse futuro indefinido e incerto. Temos inseguranças, temores e angústias. Naturalmente, esses sentimentos acabam produzindo comportamentos passionais, irracionais e profundamente ideologizados. O misoneísmo e o

dogmatismo chocam-se de frente com a radicalidade transformadora do que ainda está nascendo. Algumas vezes, o velho parece ser muito melhor que o novo. Em outras, somos tomados por uma percepção diametralmente oposta. Vivemos um novo tempo de paixões exacerbadas e de conflitos. E a advocacia pública, para o bem e para o mal, jamais pairará acima dessa complexa realidade.

Mais que nunca entendemos que, hoje, os advogados públicos necessitam fazer algumas importantes reflexões coletivas. A primeira diz respeito a se saber diferenciar, com elevado grau de clareza, quem são os seus adversários conjunturais e momentâneos, daqueles que são, na verdade, os seus verdadeiros inimigos permanentes. Afinal, são esses últimos os mais ameaçadores. São eles que exigem, independentemente da esfera federativa ou do segmento da advocacia pública em que estejamos lotados, que pactuemos bandeiras comuns que nos unam, nos unifiquem e nos fortaleçam como membros de uma particular espécie das carreiras típicas de Estado. A segunda é a necessidade de que a advocacia pública passe a refletir, de modo mais profundo, sobre a sua própria ontologia, de modo a que todos os seus membros passem a ter claro as suas prerrogativas e os seus limites de atuação funcional no âmbito de um Estado de Direito Democrático e Social, como é o Estado consagrado pela Constituição Federal brasileira de 1988.

Acredito que os adversários ocasionais da advocacia pública devam preocupar menos, embora

muitas vezes, na vida cotidiana, acabemos dedicando mais tempo e energia para enfrentá-los. Na verdade, são os seus adversários permanentes que deveriam nos preocupar muito mais. Eles são mais sorrateiros, e, por isso, não possibilitam que sejam identificados com facilidade, ou mesmo, que sejam percebidos os malefícios que produzem ou as derrotas que impingem à advocacia pública. São tão perigosos que, frequentemente, acabam se infiltrando dentro das próprias fileiras da advocacia pública ou mesmo tomam conta dos pensamentos dos seus membros. Poder saber quem são estes inimigos permanentes, portanto, é o primeiro grande desafio que os advogados públicos precisam enfrentar.

Tenho para mim que os principais inimigos permanentes da advocacia pública sempre foram e sempre serão: *o autoritarismo, o neoliberalismo e as práticas predatórias de Estado decorrentes da não distinção entre o público e o privado*.

Os autoritários detestam a advocacia pública. Isso não é uma novidade. Eles odeiam a democracia e a ideia de que o Estado deva ser conduzido por agentes públicos eleitos pelo povo. Elitistas e prepotentes, acreditam que o povo nunca saberá escolher os melhores para governá-lo. E, naturalmente, partindo dessa premissa, estendem seu ódio aos advogados públicos. Eles sabem que o primeiro compromisso de um verdadeiro advogado público sempre será com o Estado de Direito e com a sociedade, embora também não desconheçam

que sempre será seu dever auxiliar e ajudar na implementação das diretrizes e dos projetos dos que foram, nas urnas, escolhidos pelo povo para governar. Sabem, por isso, que os advogados públicos devem dizer “não” sempre que os titulares do poder político pretendam ultrapassar as fronteiras jurídicas democraticamente estabelecidas entre o que é certo e o que é errado, o que é válido e o que é inválido. Aqueles que sempre dizem “sim”, alimentados por uma sabujice cortesã por serem lacaios rastejantes dos que detém o poder político ou econômico, nunca serão advogados públicos no sentido mais estrito da expressão. Advogados públicos são os que, independentemente das suas convicções político-ideológicas pessoais, sempre dirão “sim” ao Estado de Direito, mas dirão “não”, em alta e firme vós, aos que pretendem transgredi-lo ou exterminá-lo.

E isso incomoda os autoritários profundamente.

Os neoliberais, por sua vez, querem ver a advocacia pública muito longe dos seus domínios. Embora gostem de um Estado forte para atuar na defesa da propriedade privada e do capital, acreditam dogmaticamente na repressão como corretivo social exclusivo e na defesa da liberdade que o “Deus-mercado” preconiza para seus adeptos. Ressalvado alguns dos seus braços que, portanto, devem ser musculosos e rígidos, como por exemplo o da segurança pública, o Estado para eles deve ser magro, quase raquítico, devendo ser sempre pensado e avaliado na sua atuação sob a égide da

lógica privada. O que vem do mundo privado é sempre bom. O que vem do mundo público ou estatal é sempre atrasado, ineficiente ou corrupto. Perguntam então: para que mais servidores, se a iniciativa privada pode ser contratada para fazer tudo com melhor padrão de eficiência e menores custos? Para que estabilidade, bons vencimentos e aposentadorias para advogados concursados, se escritórios privados podem ser contratados para fazer melhor e mais barato aquilo que os primeiros fazem?

Privatizar a advocacia pública sempre foi – e continuará sendo – um dos principais sonhos de qualquer neoliberal.

E, finalmente, devemos falar dos os predadores do Estado, ou seja, daqueles que atuam normalmente na calada da noite, esfumando a separação ente o público e o privado, para melhor se servir do primeiro. Estes querem os advogados públicos distantes das suas artimanhas e das “privatarias” que engendram cotidianamente para carrear para seus bolsos profundos a res publica. Sem essa “raça”, os advogados públicos, dizem os que se enquadram nessa particular espécie de aves de rapina, tudo seria mais fácil e menos arriscado.

O *modus operandi* desses predadores é relativamente conhecido: procuram cooptar, subornar ou ameaçar os advogados públicos para paralisar a sua saneadora atuação na defesa da legalidade e da probidade.

Diante da presença desses inimigos, a advocacia pública sempre navegou e navegará por mares profundos, perigosos e revoltos. Mas se navegar foi preciso hoje sobreviver é ainda mais preciso. Especialmente, em dias em que o Estado brasileiro ainda não conseguiu impermeabilizar suas estruturas em relação às práticas predatórias e corruptas, em que estamos cercados por um pensamento neoliberal hegemônico, e em que, ainda, estamos assombrados pelos fantasmas do autoritarismo

É por força desse cenário que se explica a minha extrema felicidade em poder juntar algumas poucas palavras minhas às páginas desse livro. Os 35 anos

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO

Professor da PUC/SP e da ESPM/SP e advogado sócio da MCAA - Martins Cardozo Advogados Associados. Mestre em Direito pela PUC/SP e doutor pelas Universidade de Salamanca (ES) e de São Paulo (BR). Procurador municipal aposentado, foi secretário de governo, vereador e presidente da Câmara de Vereadores do Município de São Paulo, tendo ainda ocupado os cargos de ministro de Estado da Justiça e Advogado-Geral da União.

da história do SINPROFAZ devem ser vistos como um marco e uma afirmação de resistência dos ideais da advocacia pública em um Estado de Direito. E esse livro, com fidelidade, retrata essa história. É uma importante referência teórica para que aplaudamos o nosso passado e o comemoemos, mas para que também nos preparemos para enfrentar as incertezas e as turbulências do futuro.

Que venham mais 35 anos! Tenho certeza de que o SINPROFAZ estará presente para lutar e vencer nossos inimigos, na construção de um Estado de Direito cada vez mais democrático, mais digno, com mais ética pública e menos injustiças.





Sumário

Capítulo 1 O resgate histórico dos primeiros 15 anos.....	14
Capítulo 2 Uma carreira para todas regiões do Brasil.....	25
Capítulo 3 Grandes vitórias e seus impactos na carreira.....	30
Capítulo 4 Articulação com os Três Poderes.....	49
Capítulo 5 Fortalecimento da reputação.....	63
Capítulo 6 Sonegômetro, a plataforma de diálogo social.....	73
Capítulo 7 Conexão com a Academia e a produção intelectual.....	82
Capítulo 8 Articulação institucional como grande ativo.....	87
Capítulo 9 Luta pela valorização.....	92
Capítulo 10 A construção do futuro e a luta pela autonomia.....	98
Capítulo 11 Contribuições institucionais, desafios e perspectivas da PGFN.....	105

O resgate histórico dos primeiros 15 anos

Retomar a Constituinte é voltar ao ponto de partida de uma trajetória que criou o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ). Uma história que ecoa no presente, feita de enfrentamentos concretos e impacto social. Ao longo de 35 anos, a entidade consolidou sua voz na defesa de quem sustenta, com técnica e coragem, o equilíbrio das contas públicas — os guardiões da responsabilidade fiscal. São essas autoridades que assumem a missão de representar o governo federal na cobrança da Dívida Ativa da União, recuperando, pela via da Justiça, os tributos que deixaram de ser pagos. Elas atuam nas execuções fiscais, garantindo que os recursos retornem ao bem coletivo, em nome da dignidade fiscal e do compromisso com o interesse público.

O fim da década de 1980 marcou o encerramento de uma era e o início de outra há muito esperada: a sonhada redemocratização. A Constituinte foi o reencontro do Brasil com a própria voz. No eco das galerias e no compasso das palavras inscritas em ata, o país costurava seus retalhos de silêncio e resistência. Foi uma travessia

das sombras do autoritarismo à promessa de um país que se reconhecia, enfim, diverso, plural, cidadão. Cada artigo era uma semente lançada no terreno fértil da esperança. E, quando Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, ergueu a Carta Magna, não era apenas papel o que ele segurava, era o gesto simbólico de um povo que, enfim, voltava a respirar em voz alta... e a pensar, já que pensar não era mais proibido.

Após duas décadas de silêncio imposto, o país fervilhava em vozes, passos e urgências. Era tempo de dizer aquilo que por tanto tempo se calou. Movimentos populares, entidades civis, diferentes segmentos da sociedade — todos queriam assinar, com palavras e presença, a reconstrução do país. A Assembleia Nacional Constituinte tornou-se o palco onde se costuraram os anseios por liberdade, justiça social e dignidade. Ali, cada vírgula era um gesto de reparo; cada artigo, uma promessa de futuro. E foi sob o timbre firme de Ulysses Guimarães — símbolo maior da travessia — que nasceu a chamada “Constituição Cidadã”.



Naquele tempo, a Procuradoria da Fazenda zelava pelas contas públicas, orientava, opinava, mas não tinha voz nos autos, não podia postular em juízo — tinha apenas papel consultivo, discreto, sem o protagonismo do embate judicial. A atuação direta nas cobranças cabia ao Ministério Público, que conduzia os processos e assumia o centro da cena.

Esse modelo de atuação, limitado e acanhado, já denunciava a urgência de uma reestruturação profunda na Procuradoria da Fazenda. A Constituição de 1988 abriu caminho para essa virada: um novo capítulo, capaz de organizar a carreira e reposicionar seu papel no Estado. Mas nada disso veio por acaso. Foi preciso uma luta travada por um grupo de procuradores que acreditavam na transformação como dever e destino.

O grande passo foi o artigo 37. A Constituição Federal de 1988 reconheceu, com clareza e firmeza, o direito à sindicalização dos servidores públicos civis. Está lá, especificamente, no inciso VI:

É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Esse trecho representa um avanço democrático. Um marco. Pela primeira vez, os trabalhadores do serviço público passaram a ter garantido, em texto constitucional, o direito de se organizar, unir forças e defender seus interesses por meio da atuação sindical — como já fazia, há tempos, o setor privado.

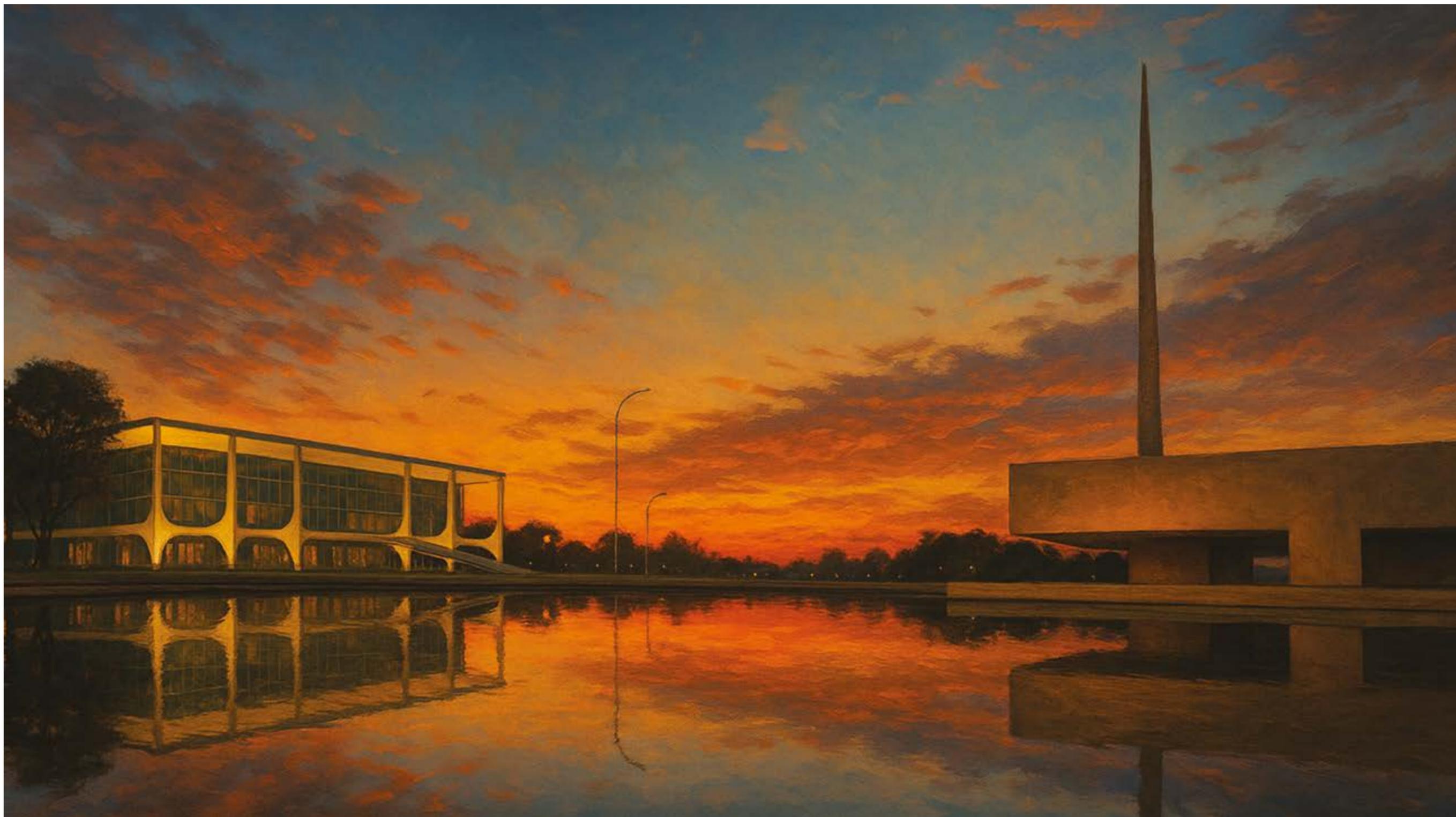
Em meio a um Brasil em ebulição — tempos de transição, reconfiguração institucional e reinvenção do próprio Estado —, um pequeno grupo de Procuradores da Fazenda Nacional (PFNs) decidiu plantar um marco. Longe dos holofotes, mas perto da convicção, escreveram, juntos, as primeiras linhas de uma história que atravessaria décadas.

Era terça-feira, 12 de dezembro de 1989. No apartamento da procuradora Valéria Saques, em São Paulo, nasceu o embrião do que viria a ser o SINPROFAZ — o primeiro sindicato de servidores públicos instituído após a Constituição de 1988. Ali, entre conversas, papéis e coragem, firmou-se uma escolha: erguer uma voz coletiva. Organizar-se. Representar-se. Fortalecer-se.

Menos de um mês depois, no dia 11 de janeiro de 1990, os PFNs deliberaram oficialmente a criação do SINPROFAZ. A assembleia, presidida pelo procurador José Antonio Tavares Corrêa Meyer, facultou a formação de chapas para o primeiro mandato provisório da entidade. Uma única chapa se apresentou e foi submetida a escrutínio secreto, em cédulas individuais com os nomes dos candidatos. Voto a voto, consolidou-se o início de uma trajetória.

Apurados os resultados, o presidente declarou empossada a primeira diretoria e o Conselho Fiscal. Coube ao procurador Gentil Domingues dos Santos a responsabilidade de conduzir esse novo capítulo como o primeiro presidente da história do SINPROFAZ.

Assim começava a construção de uma entidade que se tornaria referência de representação e luta pela valorização da carreira.



Os desafios do neoliberalismo nos anos de 1990

A década em que o SINPROFAZ aprendeu a transformar resistência em estratégia

Em um tempo de transição civilizatória, no qual o Brasil buscava reencontrar seu lugar no mundo, os anos 1990 chegaram como uma promessa de modernização, mas também como um corte profundo nas estruturas que sustentavam o Estado. Depois de décadas marcadas por ditaduras, instabilidades econômicas e hiperinflação, o país parecia respirar por novos caminhos. Havia no ar o desejo por estabilidade, democracia consolidada e crescimento. Era como se a história anunciasse um novo capítulo, mas sem avisar que ele traria páginas difíceis.

O cenário político-econômico da época foi profundamente impactado pela ascensão do neoliberalismo, que se espalhava pela América Latina com o peso de uma doutrina. Inspirado nas experiências de Reagan, nos Estados Unidos, e de Thatcher, no Reino Unido, esse modelo econômico se vendia como solução inevitável: menos Estado, mais mercado; menos servidores, mais eficiência; menos garantias sociais, mais competitividade.

Essa lógica foi incorporada com entusiasmo pelos governos brasileiros da época — Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso —, cada qual à sua maneira, mas sob o mesmo pano de fundo: reorganizar o Estado a partir da lógica fiscalista e da redução da máquina pública.

O discurso da modernização ganhou força. Falar em reforma administrativa era sinal de progresso. E, nesse novo vocabulário político, o funcionalismo público passou a ser visto como um entrave, um corpo estranho que precisava ser podado. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por sua vez, foi atingida em cheio por essa visão reducionista.

“Collor nos enxergava como marajás”, recorda a procuradora Valéria Saques, uma das vozes que protagonizaram esse momento histórico. “Como éramos vistos como a elite do funcionalismo, não encontrávamos eco no governo. Nossas pautas batiam em portas fechadas. Foi necessário atuar diretamente no Congresso Nacional para barrar iniciativas prejudiciais à categoria.”

Foi nesse ambiente de retração institucional que o SINPROFAZ começou a engrossar a voz. Começou, de fato, a ocupar um novo papel: o da atuação política qualificada, da articulação institucional, do enfrentamento técnico e estratégico.

A entidade entendeu cedo que não bastava defender direitos com palavras: era preciso construir presença, ocupar espaços, dialogar com os poderes da República e reposicionar o discurso sobre o papel da carreira. E assim se iniciou uma fase decisiva: o sindicato deixou de ser apenas um porta-voz da insatisfação e passou a ser um ator político, com atuação direta no processo legislativo, na interlocução com o Executivo e na defesa da valorização institucional da Procuradoria.

A década de 1990 exigiu mais que resistência: exigiu inteligência tática, leitura de cenário, firmeza na pauta e capacidade de negociação.

Ainda assim, o neoliberalismo se impunha com força. Vieram privatizações em série, flexibilização de garantias trabalhistas, enxugamento de estruturas públicas, terceirizações e cortes de orçamento.

O Estado brasileiro foi sendo reconfigurado e, com ele, mudaram também as formas de atuação sindical. Já não bastava gritar: era preciso argumentar. Já não bastava reivindicar: era necessário sentar-se à mesa, sustentar tecnicamente a pauta e convencer politicamente os interlocutores.

Foi nesse vácuo institucional, entre cortes e reformas, que o SINPROFAZ se agiantou.

Com Itamar Franco, o cenário começou a dar sinais de abertura. Ainda que o discurso inicial seguisse crítico ao funcionalismo, havia uma escuta possível. “Apesar do tom duro, ele nos ouviu. Compreendeu o papel da Procuradoria e reconheceu sua importância. Tivemos acesso direto a ele e ao ministro da Fazenda da época, Fernando Henrique Cardoso, o que facilitou algumas conquistas importantes”, relembra Valéria Saques.

A atuação do SINPROFAZ passou a ser notada. O que antes era apenas reação tornou-se uma incidência institucional qualificada.

A entidade começou a transitar com desenvoltura nos corredores do Congresso, a construir diálogos sólidos com o Executivo, a apresentar propostas, sustentar teses, entregar dados, levantar estudos. Começava ali um novo capítulo da história do Sindicato e, com ele, um novo lugar para a PGFN no cenário político-institucional do país.

Enquanto o mundo do trabalho se reorganizava, e a lógica individualista ganhava corpo, o SINPROFAZ reafirmava seu papel coletivo, sua função representativa, seu compromisso com a valorização de uma carreira estratégica para o Estado brasileiro.

Foi no fogo cruzado das reformas que o Sindicato construiu sua musculatura política. E foi dessa travessia que nasceram as bases que sustentam, até hoje, sua atuação firme, técnica e comprometida com o interesse público.

As primeiras bandeiras: a luta que redesenhou a Procuradoria

Antes de qualquer estrutura, antes de qualquer sistema eletrônico, havia uma convicção: a Procuradoria da Fazenda precisava encontrar sua identidade institucional, sua razão de ser no Estado brasileiro.

E foi a partir dessa convicção que surgiram as primeiras grandes bandeiras, aquelas que não se fincam apenas em papel timbrado, mas no coração de quem ousou construir um novo tempo.

A primeira delas foi uma ruptura necessária: a separação entre o Ministério Público da União e a Advocacia da União. Naquele tempo, PFNs eram forçados a desempenhar funções que não lhes pertenciam, atuando como advogados da União dentro de uma estrutura do Ministério Público. Era uma distorção gritante, algo que feria a lógica institucional e atropelava o espírito constitucional.

E essa não era uma briga meramente técnica, era uma questão de identidade e coerência. A Procuradoria precisava ser ela mesma, e não um braço de outra instituição. Essa foi a primeira bandeira erguida com coragem e com eco dentro da própria Procuradoria da República, onde alguns procuradores também já não se viam mais nesse papel.

Como relembra a procuradora Valéria Saques, uma das protagonistas dessa trajetória:

Foi uma luta insana. Mas nós conseguimos porque, dentro da Procuradoria da República, também encontramos eco em alguns procuradores. Eles não queriam mais exercer uma função que era totalmente diversa da missão do Ministério Público.

A segunda bandeira veio com a força do alicerce jurídico: a criação da Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Esse foi um marco legal essencial, mas que veio acompanhado de um processo gradual. A criação formal da AGU não resolveu, de imediato, todos os desafios institucionais — e Valéria Saques, mais uma vez, contextualiza esse momento:

A segunda bandeira veio com a Lei da AGU, que buscava aumentar a estrutura da Procuradoria. Era preciso uma estrutura mais condizente com o espaço territorial que a gente cobria. Não existiam regionais. As cidades enormes eram atendidas por estruturas estaduais frágeis. Era muito complicado.

A luta, então, concentrou-se na implantação das regionais e subseccionais, para descentralizar a atuação e permitir que a Procuradoria alcançasse com efetividade cada canto do país. A criação das regionais foi, portanto, uma extensão prática dessa segunda bandeira, buscando materializar no território aquilo que a lei já previa no papel.

A terceira bandeira veio logo depois, com outro passo fundamental: o aumento do número de procuradores, por meio de concursos públicos. Era impossível manter uma defesa eficiente da União com tamanha sobrecarga. Havia quem conduzisse, sozinho, mais de 35 mil processos. A estrutura era frágil diante da demanda, e foi por meio da pressão coletiva e da articulação política que o quadro de procuradores foi sendo ampliado: de 125 para 250, depois 800 e, mais adiante, 1.200.

Valéria Saques relembra esse processo com orgulho:

Nós atuamos muito pela abertura de concursos públicos. Era um acúmulo de trabalho imenso. Eu mesma tocava, sozinha, a primeira vara de São Paulo com cerca de 35 mil processos. A entrada de novas colegas foi fundamental para mudar essa realidade.

Essas foram as primeiras grandes bandeiras da PGFN, aquelas que abriram caminho para tudo o que viria: protagonismo institucional, aumento da arrecadação, modernização tecnológica e uma atuação cada vez mais estratégica.

Mas, sem esse início, sem essa luta fundante, nenhuma outra conquista teria se sustentado.



Valéria Saques
Procuradora aposentada da
Fazenda Nacional

O cenário da Procuradoria na década de 1990

Quando Tadeu Alencar ingressou na PGFN, encontrou uma instituição combatida. Poucos servidores, estrutura frágil, salários defasados e quase nenhum apoio administrativo ou tecnológico. Era como se a Procuradoria resistisse mais pela força dos seus profissionais do que pelo suporte do Estado que deveria sustentá-la.

Na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região, o cenário era ainda mais desafiador. Apenas três procuradores encaravam o peso de uma máquina judiciária robusta, atuando diante de um Tribunal Regional Federal com quinze desembargadores. Era como lutar com as mãos nuas contra um sistema que exigia corpo, braço e ferramentas — e quase nada disso estava à disposição.

“Nós éramos três procuradores para enfrentar uma estrutura gigantesca. O Tribunal tinha quinze desembargadores e um volume de processos que crescia todos os dias. A Procuradoria não tinha condição sequer de acompanhar os julgamentos, muito menos de despachar com os magistrados ou fazer sustentações orais com a frequência que era necessária”, relembra o procurador.

A realidade da época era dura: a atuação da Procuradoria era quase protocolar, limitada ao básico, sem condições reais de acompanhar julgamentos, despachar com desembargadores ou fazer sustentações orais. Era uma atuação que não dialogava com a dinâmica da Justiça, e isso custava caro.

Os grandes escritórios de advocacia aproveitavam o vácuo estrutural, exploravam cada falha, judicializavam tudo, impunham uma litigiosidade sufocante. A União, muitas vezes, entrava em

campo já em desvantagem, não por falta de argumentos jurídicos, mas pela ausência de condições mínimas para sustentar sua própria defesa.

“Fazíamos o que podíamos, mas o que podíamos era pouco diante da avalanche processual e da sofisticação dos escritórios que atuavam contra a União. Eles tinham equipes numerosas, recursos tecnológicos e sabiam explorar cada brecha estrutural da Procuradoria. E isso nos colocava sempre em desvantagem”, conta Alencar.

Mas, mesmo nesse cenário árido, nascia o senso de urgência por transformação. E foi a partir desse chão duro, quase sempre solitário, que procuradores como Tadeu começaram a sonhar com outra Procuradoria, mais estruturada, mais respeitada, mais protagonista. Um lugar que não apenas reagisse, mas que ocupasse seu espaço com autoridade técnica e dignidade institucional.

Ali, no silêncio das dificuldades, plantou-se a vontade de mudança que, anos mais tarde, transformar-se-ia em luta coletiva, organização sindical e incidência política real. Porque, antes de qualquer conquista, sempre houve quem exercesse a Procuradoria não da maneira que ela era, mas como precisava ser.

Mesmo em meio à precariedade, plantava-se um sonho coletivo: o de ver uma Procuradoria da Fazenda com voz, presença e estrutura compatível com sua responsabilidade no Estado. Um órgão técnico, moderno, respeitado e valorizado.

“A gente sabia que não dava para seguir daquele jeito. E foi ali que começou a crescer, em mim e em muitos colegas, a consciência de que era preciso lutar por uma carreira estruturada, por condições dignas de trabalho, por valorização real. E que essa luta não seria individual, teria que ser coletiva, articulada, política”, afirma o procurador Tadeu Alencar.

A procuradora Deysi Cristina Da’Rolt lembra a improvisação, o silêncio pesado dos processos empilhados, a solidão de quem começa sem estrutura, sem apoio, sem saber direito onde termina o ofício e onde começa a coragem.

Ela entrou na PGFN ainda muito jovem, no interior de Santa Catarina. Era o começo de tudo, mas também era quase nada. A carreira, naquela época, era um prédio sem fundação. O número de procuradores no estado era irrisório e, mesmo com a chegada de novos colegas, a estrutura institucional continuava frágil. Não havia computador, não havia gabinete, não havia gente suficiente para segurar a demanda. Havia, sim, uma máquina de escrever. E era com ela que os primeiros pareceres ganhavam corpo.

O cenário era precário. A procuradora Deisy se lembra da quantidade absurda de processos repressados. Muitos deles estavam parados há mais de um ano, consequência da suspensão dos prazos após a Constituição de 1988. Era como se tudo estivesse esperando por alguém, e esse alguém era ela. Não havia rede de apoio. Não havia equipe. Não havia quem aliviasse o peso. Havia, sim, a boa vontade da Receita Federal, que emprestava sala, motorista, às vezes até esperança.

Mas era pouco. E, mesmo assim, era tudo o que havia.

A juventude segurava o mundo nas costas sem perceber. Não havia a noção de que aquilo tudo era inaceitável. Era o que se tinha. Era o que se fazia. E, com o tempo, a indignação foi ganhando voz. A consciência de que não bastava sobreviver dentro da estrutura, era preciso transformá-la.

A partir daí, veio o Sindicato. Vieram as assembleias. Vieram as primeiras mobilizações.

“Os mais novos não têm ideia do que foi aquilo”, diz a procuradora. E diz com a voz de

quem viveu, não apenas o ofício, mas o peso de sustentá-lo com as próprias mãos.

Era junho de 1993. E o que deveria ser uma solenidade de posse transformou-se numa sequência de reuniões improvisadas, papéis dispersos e nenhum roteiro definido. Foi assim que Maria Dionne de Araújo Felipe chegou à PGFN. Não havia curso de formação nem acolhimento institucional, sequer uma sala adequada para receber os novos procuradores. Havia apenas o vazio e uma tarefa imensa pela frente.

“Quem quisesse que cuidasse da própria vida”, lembra Dionne, com um sorriso que mistura espanto e bravura. A carreira ainda engatinhava, sem moldura, sem estrutura, sem história. E foi justamente ali, naquele cenário árido, que a procuradora começou a plantar o que viria a florescer anos depois: uma Procuradoria com rosto, corpo e voz.

A Constituição havia acabado de transferir à PGFN a missão de representar a União nas causas tributárias. Antes essa incumbência era do Ministério Público Federal, que, por limitações estruturais, já não dava conta da demanda. Agora era preciso começar do zero. E fazer com que esse zero tivesse dignidade.

“Entramos para construir uma carreira. Não havia nada pronto. As salas eram provisórias, os procedimentos ainda tateavam. Mas a responsabilidade era definitiva”, conta Dionne.

Ela estava entre os 300 aprovados num concurso nacional que distribuiu procuradores pelo país. Foi lotada em Brasília, destinada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), um tribunal onde o tempo corre diferente, onde a responsabilidade ecoa em outro tom. Era ali que ela começaria não apenas sua trajetória pessoal, mas também uma nova página da própria Instituição.

O desafio, no entanto, não tardou a chegar. A lógica institucional era mecânica, quase cega: recorrer de tudo, ainda que o recurso não fizesse sentido. Modelos prontos, assinaturas repetidas. Um rito sem reflexão.

E não estava só. Encontrou nos colegas o mesmo fôlego, a mesma entrega, a mesma certeza de que havia uma missão a cumprir. “Estávamos ali para dar nome e rosto à Procuradoria. Para dar-lhe dignidade institucional.”

E foi com essa consciência, entre arquivos datilografados e salas improvisadas, que a procuradora Dionne iniciou sua jornada. Era uma sala com duas mesas de fórmica sobrepostas, uma estante de aço, uma máquina de escrever e o silêncio de quem começava tudo do quase nada.

Quando a presidente do SINPROFAZ, Iolanda Guindani, fala sobre o início da carreira, é como se abrisse uma janela para outro tempo, não apenas cronológico, mas simbólico. “Eu levei meu próprio computador para trabalhar”, diz, quase em tom de lembrança íntima, mas que carrega o peso coletivo de toda uma geração.

Foi assim que ela assumiu seu posto como procuradora da Fazenda Nacional, no interior do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo. Ela e um colega, recém-chegados, encontraram um cenário que não era apenas precário, era simbólico: o retrato da ausência de estrutura institucional que, por muito tempo, foi a realidade da carreira.

“Na época, não havia sequer concurso público obrigatório para chefias. A procuradoria funcionava com poucos procuradores concursados e, por isso, era comum que contratassem profissionais externos, pessoas capacitadas, sim, mas sem a legitimidade necessária para exigir melhores condições de trabalho.”

Ela conta, com uma memória viva, que muitas vezes o procurador fazia tudo: buscava o processo na comarca, transportava em carros antigos que “precisavam pegar no tranco”, redigia, calculava, protocolava. Fazia o papel de técnico, analista, motorista, advogado e servidor, tudo ao mesmo tempo.

Não havia carreira de apoio. Não havia apoio. Havia missão.

E essa missão era feita, muitas vezes, em silêncio. Porque a solidão da advocacia pública não se mede apenas em ausência de colegas. Ela se mede na sobrecarga, na falta de estrutura, na ausência de reconhecimento e, mesmo assim, no compromisso visceral com o país.

Enquanto outras carreiras contavam com equipes inteiras, o PFN era, quase sempre, sua própria engrenagem. “Nós não tínhamos ninguém. O juiz tem um gabinete, uma vara, um corpo técnico. Nós, procuradores, seguimos sozinhos. Até hoje, a estrutura é aquela do que a carreira precisa e merece.”

Mas não se trata apenas de relatar dificuldades. Trata-se de reconhecer a força das raízes. Porque foi dessa terra seca que floresceu uma das carreiras mais relevantes do serviço público brasileiro. E foi também dessas dores que surgiu a necessidade de organização sindical, e de um sindicato que fosse voz, escudo e ponte: o SINPROFAZ.

Iolanda vai além da descrição técnica. Fala com o coração quando se lembra dos desafios da saúde mental, um tema muitas vezes invisibilizado. “Fizemos o primeiro diagnóstico da carreira e nos assustamos. Encontramos colegas adoecidos, esgotados, angustiados. Por isso criamos projetos para cuidar do ser humano por trás da função. Porque ninguém deveria chegar ao limite para ser visto.”

Nesse sentido, o sindicato ultrapassa as pautas remuneratórias. Ele cuida da dignidade invisível, aquela que não está na folha de pagamento, mas na alma de quem serve.

A presidente observa que os novos colegas ingressam hoje em uma estrutura infinitamente mais moderna. Sistemas informatizados, processos digitais, estruturas mais organizadas. Mas alerta: “Eles entram direto pela porta da frente, enquanto nós passamos pelas janelas estreitas da história”.

E faz uma pausa. Como quem olha o tempo nos olhos e reconhece: o que existe hoje foi construído tijolo por tijolo. Não se trata de saudosismo. Trata-se de memória. E a memória é o que sustenta o futuro.

Por isso ela reforça a importância do Sindicato na formação dessa travessia. “Nada disso veio por acaso. Foi o SINPROFAZ que exigiu melhores condições, que enfrentou governos, que resistiu aos desmontes e lutou para que a carreira tivesse estrutura, respeito e futuro.”

Ao narrar essas dificuldades, a presidente não deseja provocar lamento, mas despertar consciência. Porque uma carreira só se fortalece quando conhece suas próprias cicatrizes e tem orgulho delas.

No fim, Iolanda resume tudo com uma frase que poderia encerrar este capítulo: “A máquina de escrever era o que tínhamos. Mas era também a metáfora do que éramos: poucos recursos, muita entrega. E uma fé imensa de que, mesmo com pouco, a gente escreveria uma história grande.”





Capítulo 2

Uma carreira para todas as regiões do Brasil

Em seus primeiros passos, o SINPROFAZ era voz concentrada, articulada nos corredores da capital, tentando se firmar como representante legítimo de uma carreira que ainda buscava reconhecimento institucional. Mas o tempo, com sua pedagogia silenciosa e constante, ensinou que representatividade não se constrói apenas com estatutos, mas com presença. Não bastava estar em Brasília. Era preciso estar no Brasil.

A presença nacional não viria por decreto. Ela exigia escuta. Exigia olhos atentos à realidade dos PFNs que, em cada estado da Federação, lidavam com desafios distintos, mas carregavam um mesmo compromisso: sustentar juridicamente as finanças públicas da União. Foi assim que o SINPROFAZ entendeu que precisava estar mais perto, mais próximo, mais plural.

E decidiu, então, ser mais que voz. Decidiu ser rede.

A construção da capilaridade: quando a escuta vira estrutura

A criação e o fortalecimento da figura dos delegados regionais foi um divisor de águas. Mais do que representantes simbólicos, os delegados tornaram-se olhos e ouvidos do Sindicato espalhados pelo território nacional. Eles deram carne à

escuta, sentido ao conceito de base e alma à ideia de pertencimento.

Cada delegado passou a ser um elo vivo entre a realidade regional e as decisões institucionais. Com eles, o SINPROFAZ começou a enxergar além dos números e planilhas. Enxergou histórias, gargalos, desigualdades estruturais e potenciais escondidos. A gestão central ganhou campo. A pauta nacional ganhou sotaques.

O Sindicato, que antes se via como estrutura, passou a ser organismo. E organismos, quando bem conduzidos, crescem com saúde, propósito e coesão.

O papel dos delegados regionais: escuta, mobilização e identidade

Na prática, os delegados regionais tornaram-se agentes estratégicos da unidade institucional. Seu papel ultrapassa a representação formal. São mobilizadores de pautas, articuladores de ideias, embaixadores da identidade coletiva da carreira.

Ao longo dos anos, coube a eles:

- traduzir os movimentos da diretoria para o cotidiano dos colegas;
- ampliar a filiação e o engajamento institucional;
- detectar sinais de desalento e transformá-los em força coletiva;
- articular encontros locais que resgatam o sentimento de pertencimento;
- levar ao centro as angústias que nascem nas bordas.

A força dos delegados não está apenas na representatividade, mas na confiança que conquistam entre seus pares. E essa confiança é o solo onde se planta o verdadeiro sindicalismo: aquele que nasce de baixo para cima.

O Sindicato como território: quando a geografia se torna força política

Não é possível falar de ampliação institucional sem compreender que presença territorial também é estratégia. A existência de delegados regionais em todos os estados não apenas democratizou a escuta; ela fortaleceu o SINPROFAZ como entidade com representatividade real. A atuação sindical deixou

de ser verticalizada para assumir uma forma orgânica, feita de nós e linhas, de conexões e escutas, de fluxos constantes de diálogo.

Por meio dos delegados, o Sindicato passou a enxergar com nitidez a heterogeneidade da carreira. A realidade de um procurador no Norte é diferente da realidade de um colega no Sul. A interlocução com os gestores locais, os desafios da estrutura da PGFN em cada região, as relações institucionais com as demais carreiras jurídicas, tudo isso ganhou um mapeamento vivo, alimentado pelos olhos atentos dos delegados.

Essa presença transformou o SINPROFAZ em um verdadeiro território. E um território com voz tem peso político.

O amadurecimento do SINPROFAZ também se revela em sua capacidade de transformar demandas locais em pautas nacionais. O fluxo constante entre delegados e diretoria permitiu que situações específicas se tornassem bandeiras coletivas — e, muitas vezes, estruturantes.

Foi assim com a luta pelo subsídio e pela equiparação remuneratória com outras carreiras de Estado. Foi assim com a batalha pela autonomia da Advocacia Pública. Foi assim com o enfrentamento da PEC 32, que colocou em risco a estabilidade e a valorização do serviço público. Foi assim com a defesa da educação fiscal como ferramenta de transformação social. Foi assim, tantas vezes, com a luta pela dignidade funcional dos aposentados.

As conquistas não nasceram prontas. Foram forjadas no calor dos debates, na escuta da base, na persistência dos encontros e reuniões. Os delegados regionais, nesse percurso, atuaram como pontes. Levaram a pauta à base e trouxeram da base a legitimidade necessária para defender a pauta.

A consolidação nacional do SINPROFAZ não se dá apenas pela presença. Ela se dá pela permanência. Pela constância. Pela repetição firme de valores e compromissos. O tempo, aqui, não foi mero cronômetro: foi testemunha.

Ao longo de três décadas e meia, o Sindicato aprendeu a modular sua atuação com os ciclos políticos, a compreender as transformações sociais, a dialogar com diferentes governos sem abrir mão da sua essência institucional. Tornou-se um ator respeitado, técnico, qualificado, e, por isso mesmo, necessário.

O Sindicato na história: quando as pautas dialogam com o país

Cada avanço institucional do SINPROFAZ guarda um diálogo silencioso com os momentos históricos do Brasil.

Na década de 1990, quando a onda neoliberal buscava reduzir o papel do Estado, o Sindicato se firmou como defensor das carreiras jurídicas públicas. Nos anos 2000, com o fortalecimento das instituições e a valorização do funcionalismo, o SINPROFAZ ampliou seu protagonismo técnico, inclusive no debate sobre justiça fiscal. Já nos anos mais recentes, diante das ameaças à estabilidade do serviço público, a entidade se impôs como voz crítica, firme e coerente.

As pautas do Sindicato não surgem isoladas. Elas se alimentam do contexto, respondem à realidade e dialogam com o tempo histórico. Quando defende a autonomia da carreira, o SINPROFAZ está defendendo a própria democracia. Quando propõe debates sobre justiça tributária, está discutindo o modelo de país. Quando protege aposentados, está reafirmando um pacto intergeracional.

E tudo isso só se sustenta porque há uma base coesa. E essa base se move com os delegados regionais.

Construção de um capital institucional

Há uma diferença sutil, mas decisiva, entre representação e influência. A primeira se conquista com legitimidade. A segunda, com coerência. Ao longo de seus 35 anos, o SINPROFAZ fez das duas um único caminho. Conquistou reconhecimento pela força do coletivo, mas consolidou influência por saber traduzir esse coletivo em argumentos técnicos, propostas viáveis e ações estratégicas.

Não se trata apenas de ocupar espaço, trata-se de sustentar presença com conteúdo. O Sindicato ganhou cadeira nos diálogos institucionais mais relevantes do país porque soube articular o conhecimento técnico dos Procuradores da Fazenda Nacional (PFNs) ao sentido público da sua missão. E, mais uma vez, foi a estrutura capilarizada — com delegados atentos, propositivos e articulados — que sustentou esse capital institucional.

Estar nas audiências públicas do Congresso, nos fóruns interinstitucionais, nos debates com o Executivo e nas interlocuções com outras entidades representativas é resultado de uma construção coletiva. Um Sindicato que escuta sua base é um Sindicato que fala com legitimidade. E, quando fala com legitimidade, é ouvido com respeito.

A força da unidade plural

O SINPROFAZ não é homogêneo — e isso é sua força. A carreira dos PFNs reúne profissionais com histórias, trajetórias e regionalidades diferentes. A atuação sindical, portanto, não poderia ser uniforme, mas precisa ser coesa.

A rede de delegados regionais representa, nesse sentido, um símbolo da unidade possível dentro da diversidade real. Cada região com suas particularidades, mas todas sob um mesmo compromisso de valorização institucional.

Essa unidade plural é o que sustenta a identidade coletiva da carreira. É o que permite ao SINPROFAZ falar em nome de todos sem apagar ninguém. É o que faz da entidade um espaço de encontro, não de imposição.

Pautas que se transformam em políticas públicas

O SINPROFAZ, ao longo de sua trajetória, não se limitou à defesa corporativa. Avançou para temas de interesse público, ampliando sua contribuição à sociedade. A atuação pela educação fiscal, por exemplo, tornou-se bandeira institucional. A promoção da justiça tributária ganhou espaço em campanhas, eventos e produções técnicas.

Mais que defender a carreira, o Sindicato passou a propor soluções. Levou à sociedade uma reflexão sobre a importância da arrecadação responsável, do combate à sonegação, do papel estratégico da PGFN na sustentação das políticas públicas.

Esse movimento fortaleceu ainda mais o posicionamento institucional do SINPROFAZ. Um Sindicato que não apenas reivindica, mas propõe. Que não apenas defende, mas educa. Que não apenas olha para dentro, mas também para fora.

Institucionalidade que nasce da escuta

O que torna uma entidade respeitável não é apenas sua pauta. É sua escuta. O SINPROFAZ construiu uma institucionalidade que não é feita de muros, mas de pontes. E essas pontes se chamam diálogo, transparência e compromisso com a base.

Os delegados regionais são os pilares dessa escuta. São eles que mantêm acesa a chama do pertencimento sindical. Porque não há instituição forte com base desmobilizada. E não há base mobilizada sem representantes que inspirem confiança, que estejam próximos, que saibam traduzir sentimentos difusos em ações concretas.

É por isso que o SINPROFAZ chega aos seus 35 anos com fôlego renovado. Porque nunca se fechou em si. Porque sempre preferiu a escuta ao discurso. Porque soube transformar suas instâncias internas em espaço vivo de construção coletiva.

A atuação estratégica diante dos desafios da contemporaneidade

Nos últimos anos, o cenário institucional do país exigiu ainda mais organização, coesão e articulação das entidades representativas. O avanço de projetos que fragilizavam o serviço público, a tentativa de desmonte das carreiras jurídicas e os discursos contrários ao papel do Estado colocaram o sindicalismo em um novo patamar de responsabilidade histórica.

O SINPROFAZ esteve à altura desse momento. Foi protagonista na articulação contra a PEC 32, mobilizando suas bases, promovendo ações de comunicação e sustentando diálogos técnicos com os Poderes da República. Mais uma vez, os delegados regionais foram fundamentais nesse processo: garantiram a capilaridade da mobilização e

mantiveram a base informada, atuante e consciente da gravidade do cenário.

O Sindicato também aprofundou sua atuação propositiva, realizando estudos técnicos, participando de fóruns especializados e reforçando seu papel como entidade de pensamento estratégico sobre o futuro do Estado brasileiro. Nesse processo, a figura do PFN foi ressignificada, não apenas como defensor da União, mas como agente de justiça econômica.

Da representação ao legado: o tempo como testemunha

Representar uma categoria é uma responsabilidade. Criar legado é uma missão. O SINPROFAZ soube, ao longo dessas três décadas e meia, transformar sua representatividade em herança institucional. Cada conquista consolidada, cada direito preservado, cada avanço estrutural é parte de um patrimônio construído com o tempo, com esforço e com escuta.

A estrutura sindical hoje é sólida. Os canais de comunicação estão abertos. As pautas são construídas a muitas mãos. A confiança da base se sustenta pela coerência histórica da entidade. E a presença a nacional, antes um sonho, é agora um fato incontestável.

Ser nacional é mais do que estar em todos os estados. É ser reconhecido como voz legítima em cada um deles. É fazer com que o filiado, onde quer que esteja, sinta-se representado, ouvido e mobilizado. Essa é a verdadeira consolidação institucional. Essa é a essência do SINPROFAZ.

Mais do que capilaridade geográfica, o Sindicato construiu uma identidade coletiva. E identidade não se impõe, cultiva-se com confiança, com

transparência, com escuta e com ação. Com delegados regionais que se tornaram protagonistas silenciosos de uma história maior.

E assim o SINPROFAZ segue, não apenas com presença nacional, mas com alma nacional. Porque a alma de um Sindicato é sua base. E a base do SINPROFAZ tem voz, tem história e tem futuro.

O SINPROFAZ tornou-se uma força viva, pulsante, que carrega em sua seiva a história de uma categoria que não se resigna. Uma história feita de embates e conquistas, mas, acima de tudo, de consciência coletiva.

“A carreira só é forte quando tem um sindicato forte”, afirma com convicção a presidente Iolanda Guindani, olhando diretamente para o futuro, mas com os pés fincados na trajetória construída até aqui. Sua fala carrega o peso da experiência e a leveza da certeza: “O sindicato atua na defesa dos nossos direitos como servidores, mas vai além. Tem um cuidado com os interesses da população. Nós trabalhamos com um tema sensível: os tributos. E isso, ao fim e ao cabo, impacta a vida do cidadão comum”.

Com essa percepção ampliada, o SINPROFAZ expandiu suas fronteiras muito além das pautas corporativas. Seu percurso se desenhou como uma estrada de conquistas — muitas delas sonhadas por décadas, maturadas no coletivo e enfim alcançadas. “Tivemos muitas aspirações, muitos sonhos que conseguimos alcançar. O SINPROFAZ sempre esteve na vanguarda, sempre foi uma liderança forte e responsável”, recorda a presidente.

Uma das grandes guinadas ocorreu em 2015. “Foi um divisor de águas”, sintetiza Iolanda, ao lembrar a conquista dos honorários advocatícios, marco histórico para a categoria. Mas não foi apenas isso. Nesse mesmo período, rompeu-se também a lógica da permanência nos cargos de

chefia. Inaugurou-se, então, a alternância. “Isso é fundamental. Quando há alternância, todos podem experimentar os dois lados da carreira: a gestão e a linha de frente. Isso nos dá uma visão mais ampla do nosso papel.”

Desde então, outros avanços importantes se sucederam: auxílio-saúde, auxílio-alimentação, ressarcimento da anuidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reajustes salariais depois de anos de estagnação. Mas, mesmo com vitórias relevantes no horizonte, o SINPROFAZ não se permitiu acomodar-se. Continuou escutando, dialogando, reinventando-se.

É dessa escuta atenta que nasce a vitalidade da entidade. Os delegados regionais, por exemplo, são pontes essenciais nesse fluxo entre diretoria e base. “Eles estão nos estados, são nossos olhos e ouvidos. Levam as informações da diretoria para os filiados e trazem os anseios da base para nós.” Essa troca constante mantém o Sindicato em movimento, em sintonia com o que pulsa em cada canto do país.

Com o tempo, a atuação política do SINPROFAZ também amadureceu. Hoje, está presente nos principais fóruns institucionais, articula com atores estratégicos e mantém uma postura firme, porém diplomática. “Nada substitui o trabalho. A nossa força veio da seriedade e da coerência com que sempre atuamos”, afirma Iolanda. E arremata: “A arte da negociação é isto: conversar, construir, ceder quando necessário. Nunca destruir pontes”.

Nem sempre os ventos foram favoráveis. Em momentos adversos, o Sindicato soube resistir. “No último governo, tivemos que lutar pela nossa própria existência. Tentaram acabar com a consignação em folha, o que inviabilizaria o Sindicato. Entramos com ações e conseguimos reverter. Foi uma questão de sobrevivência institucional.”

Hoje, com a maturidade construída em décadas, o SINPROFAZ segue olhando para o futuro com firmeza, mas também com zelo. “O Sindicato está muito preparado para todas as situações. Mas a minha preocupação é com o futuro, com quem virá depois. Se terão o mesmo compromisso, a mesma seriedade.” A presidente teme que as novas gerações se afastem do pensamento coletivo, esquecendo que o sindicato é, antes de tudo, um espaço de construção coletiva. “Precisamos manter esse espírito vivo.”

Nos bastidores da República, o SINPROFAZ consolidou seu espaço com discrição e legitimidade. Não se impõe pelo barulho, mas pelo respeito conquistado ao longo de uma trajetória coerente e estratégica. Construiu influência e, mais importante, construiu legado.

“Luta, seriedade, democracia, coerência. Essas são as marcas que o SINPROFAZ deixa nesses 35 anos. E que precisam seguir adiante”, resume Iolanda.

Grandes vitórias e seus impactos na carreira

Há carreiras que se impõem pelo tempo, pela relevância de suas atribuições e pela robustez de sua história. A carreira de PFN, uma das mais antigas do serviço público brasileiro e se inscreve nesse rol. Desde os primórdios da administração fiscal no país, quando ainda no período colonial foi instituído o cargo de procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco, a defesa do erário nacional passou a ser conduzida por profissionais que carregam, até hoje, o compromisso com a legalidade, a justiça fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas.

No entanto, longe de ser um percurso espontâneo, a consolidação da carreira foi resultado de um movimento institucional contínuo, calcado em uma atuação jurídica firme, estratégica e articulada. Nesse processo, o SINPROFAZ se posicionou como protagonista. Ao longo das últimas três décadas e meia, o Sindicato desempenhou papel determinante na construção do reconhecimento social, político e jurídico da carreira. Sua presença, tanto nos espaços de debate institucional quanto no campo judicial, tem sido um instrumento essencial para garantir prerrogativas, aprimorar condições de trabalho e preservar a dignidade da função pública exercida pelos membros da PGFN.

A atuação jurídica do SINPROFAZ não se limitou a reações pontuais. Ela se constituiu em uma frente estruturada e permanente de defesa da carreira, marcada por ações estratégicas, embasamento técnico qualificado e capacidade de articulação com os Poderes da República. Cada processo impetrado, cada parecer emitido, cada iniciativa legislativa acompanhada traduz um esforço institucional mais amplo: o de assegurar que a carreira de PFN seja reconhecida não apenas pela excelência de sua função, mas pela firmeza de suas garantias e pela valorização concreta de seus membros.

Foi com esse espírito combativo, técnico e institucional que o SINPROFAZ transformou o curso da história da carreira. Das reivindicações salariais às batalhas por direitos estruturantes; das mobilizações políticas à criação de instrumentos de conscientização da sociedade, como o Sonegômetro; das ações judiciais que corrigem distorções remuneratórias às lutas em defesa da previdência e da paridade, cada capítulo dessa trajetória tem como pano de fundo o compromisso com a valorização da Advocacia Pública Federal e com a função estratégica que ela desempenha no Estado brasileiro.



Valorização institucional e a atuação jurídica do SINPROFAZ: um percurso de consolidação

A trajetória da valorização da carreira dos PFNs não se faz apenas com reconhecimento simbólico, ela se materializa por meio de garantias asseguradas, direitos conquistados e prerrogativas preservadas. Ao longo dos anos, o SINPROFAZ assumiu um papel de relevância crescente nesse processo, atuando como articulador técnico-jurídico e como voz legítima da categoria junto aos espaços de poder.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, seguida pela edição da Lei Complementar 73, de 1993, estabeleceu um novo marco normativo para a Advocacia Pública Federal, conferindo aos PFNs competências específicas e a definição jurídica de sua missão institucional. Mas foi a atuação organizada e estratégica do SINPROFAZ que, ao longo do tempo, deu densidade concreta a essas prerrogativas, defendendo sua aplicabilidade, ampliando sua eficácia e impedindo retrocessos.

Não foram poucos os momentos em que a presença jurídica do Sindicato foi decisiva para a manutenção da autonomia técnica da carreira, para o reconhecimento das especificidades de suas atribuições ou para a correção de distorções estruturais que comprometiam o exercício pleno da função pública.

O ano de 2006, por exemplo, marcou uma inflexão importante. Diante da estagnação da política remuneratória e da precarização das condições de trabalho, o SINPROFAZ liderou um movimento político e jurídico que reconfigurou o posicionamento da categoria perante o Estado brasileiro. Greves organizadas, manifestações articuladas e ações judiciais bem fundamentadas impulsionaram

um processo de reconhecimento institucional que ultrapassou os limites da pauta salarial. Ali, consolidava-se a compreensão de que a valorização da carreira não era apenas legítima — era necessária ao funcionamento do próprio Estado.

Nos anos seguintes, o Sindicato ampliou sua atuação com inteligência estratégica. Em 2011, protagonizou a criação do Fórum Nacional da Advocacia Pública (FORVM), instância de representação e articulação das carreiras jurídicas federais, que passou a desempenhar papel relevante no diálogo interinstitucional e na construção de consensos no campo da defesa da Advocacia Pública.

Essa capacidade de articulação multissetorial sempre foi uma das marcas do SINPROFAZ. Mais do que representar uma categoria, o Sindicato consolidou-se como entidade propositiva, capaz de elaborar projetos, subsidiar decisões técnicas, contribuir com proposições legislativas e integrar espaços institucionais com protagonismo e responsabilidade.

O Sonogômetro e o fortalecimento da imagem pública da carreira

Uma carreira se projeta para além de suas atribuições quando é capaz de dialogar com a sociedade. E o SINPROFAZ entendeu, com precisão, que fortalecer a imagem institucional da PGFN também passava por tornar visível à população a relevância de seu trabalho. Não apenas por meio de relatórios ou boletins técnicos, mas por meio de iniciativas que traduzissem, em linguagem acessível, o impacto da atuação dos PFNs na vida cotidiana dos brasileiros.

Foi nesse contexto que surgiu o Sonogômetro, uma das campanhas mais emblemáticas do Sindicato e, sem dúvida, um divisor de águas na

percepção pública sobre a justiça fiscal no Brasil. Integrado à Campanha Nacional “Quanto Custa o Brasil pra Você?”, o Sonogômetro materializou, em números dinâmicos e chocantes, a face invisível da sonegação tributária no país. Um painel eletrônico, mas também um grito silencioso em defesa da cidadania e da justiça social.

A concepção da iniciativa contou com embasamento técnico rigoroso. Estudos desenvolvidos em parceria com o escritório Mendes Plutarco resultaram em pesquisas consistentes sobre a evasão fiscal no Brasil. O relatório “Sonegação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação” não apenas fundamentou a campanha como se tornou referência nacional na discussão sobre o impacto da sonegação nas contas públicas.

Os dados são eloquentes. Estima-se que a arrecadação nacional poderia ser ampliada em até 23% caso a evasão fiscal fosse efetivamente combatida. E quando se compreende que cada percentual perdido impacta diretamente áreas como saúde, educação e segurança pública, torna-se evidente que a justiça fiscal não é apenas uma pauta técnica — é uma urgência ética.

Com o Sonogômetro, o SINPROFAZ não apenas traduziu números: traduziu consciência. A campanha extrapolou os limites institucionais e alcançou as ruas, as universidades, os debates parlamentares e os meios de comunicação. Tornou-se uma ferramenta de mobilização e, sobretudo, de construção da legitimidade social da carreira. Porque não há valorização institucional sem reconhecimento público. E não há reconhecimento público sem diálogo transparente com a sociedade.

A crise estrutural de 2015 e a atuação jurídica na defesa das condições de trabalho

Em determinados momentos da história, a defesa institucional não se dá apenas nos tribunais ou nos gabinetes de negociação — ela se dá na resistência cotidiana, quando a dignidade da função pública é colocada à prova. O ano de 2015 foi um desses marcos. A PGFN enfrentava um cenário crítico: ausência de estrutura física adequada, escassez de servidores de apoio e uma sobrecarga processual que comprometia, de forma severa, o exercício técnico da função.

Diante desse cenário, a categoria reagiu de maneira contundente e inédita. Em um movimento articulado e consciente, praticamente todos os PFNs que ocupavam cargos de chefia formalizaram seus pedidos de exoneração. Não se tratava de uma ruptura impensada, mas de um gesto simbólico e, ao mesmo tempo, concreto de que não é possível manter uma carreira de Estado sem garantir a ela as condições mínimas de atuação.

O SINPROFAZ, atento ao contexto e comprometido com a defesa institucional da carreira, assumiu o protagonismo jurídico desse episódio. Com o respaldo do escritório Mendes Plutarco, o Sindicato ingressou com ação judicial para assegurar o reconhecimento da legitimidade dos pedidos de exoneração, uma vez que a Administração resistia em acatar os requerimentos sob a justificativa da ausência de pessoal para substituição.

A atuação jurídica foi firme, técnica e articulada com a realidade funcional da categoria. E, mais uma vez, revelou a importância de um sindicato que compreende que a valorização da carreira não se resume à remuneração: ela passa, sobretudo, pela garantia de um ambiente de trabalho digno, pelo

respeito às atribuições institucionais e pelo reconhecimento da dignidade da função pública.

A crise de 2015 também expôs, de forma inequívoca, a maturidade da categoria e sua disposição em pautar suas reivindicações com seriedade, coesão e base jurídica sólida. Não houve ruptura institucional, mas sim um recado claro: a Advocacia Pública não é um apêndice do Estado, ela é parte estruturante dele. E precisa ser tratada como tal.

A evolução institucional da PGFN e o papel do SINPROFAZ na construção de uma carreira de Estado

A valorização de uma carreira não se mede apenas por reajustes salariais ou conquistas pontuais. Ela se traduz, sobretudo, no grau de reconhecimento institucional que a função alcança ao longo do tempo. Nesse processo, o fortalecimento da PGFN como órgão essencial à justiça fiscal e à sustentabilidade do Estado brasileiro tem sido, em grande parte, resultado da atuação jurídica e política do SINPROFAZ.

Ao longo dos últimos anos, a PGFN passou por transformações significativas que refletiram uma maturidade institucional crescente. A consolidação de pareceres jurídicos internos — muitos dos quais aprovados pelo Advogado-Geral da União — conferiu maior segurança jurídica à atuação da Procuradoria, ao mesmo tempo em que contribuiu para a eficiência da máquina pública. Deixou-se para trás a prática de litígios meramente protelatórios, passando-se a concentrar esforços nos pontos de maior relevância jurídica, onde ainda há dissenso jurisprudencial. O resultado foi uma atuação mais estratégica, qualificada e alinhada aos princípios da racionalidade administrativa.

Outro avanço notável foi a implementação do instituto da transação tributária. Iniciativa

inovadora da PGFN, a transação passou a permitir que contribuintes regularizassem suas pendências fiscais com a União por meio de condições diferenciadas, baseadas em critérios objetivos de recuperabilidade de crédito. Trata-se de uma mudança de paradigma, que transforma a relação entre Fisco e contribuinte e insere a PGFN em um novo patamar de protagonismo institucional.

Nesse processo de evolução, o SINPROFAZ esteve presente em cada etapa, contribuindo com propostas, avaliando impactos, promovendo debates técnicos e zelando para que a atuação da PGFN se mantivesse alinhada aos valores da legalidade, da eficiência e da justiça fiscal. A construção de uma carreira de Estado passa, necessariamente, pela construção de uma instituição forte, respeitada e dotada de prerrogativas bem definidas. E é exatamente isso que a atuação jurídica do Sindicato tem promovido ao longo dos anos.

Não é coincidência, portanto, que a carreira de PFN tenha se projetado como uma das mais relevantes da Advocacia Pública Federal. Prova disso é o fato de que, por diversas vezes, a chefia da própria AGU foi ocupada por membros da carreira. O atual advogado-geral da União, ministro Jorge Messias, é PFN e ex-dirigente do SINPROFAZ — um símbolo eloquente da força institucional da categoria.

As batalhas jurídicas históricas e o papel estruturante da atuação judicial do Sindicato

Ao longo de sua trajetória, o SINPROFAZ consolidou-se como protagonista na defesa judicial dos direitos da categoria. Cada ação ajuizada pelo Sindicato carrega não apenas fundamentos jurídicos — carrega o compromisso institucional com a valorização da carreira, com a correção de injustiças e com o fortalecimento do papel do PNF no Estado brasileiro.



A atuação judicial do SINPROFAZ se estrutura em duas grandes frentes: a primeira, voltada à fase de conhecimento, busca o reconhecimento formal dos direitos dos filiados, garantindo segurança jurídica e respaldo institucional. A segunda, na etapa de execução e cumprimento de sentença, atua para que tais direitos sejam efetivados, gerando os efeitos financeiros devidos — seja na devolução de valores indevidamente descontados, no pagamento de verbas remuneratórias ou indenizatórias, ou no reconhecimento de prerrogativas funcionais.

Desde 2008, o escritório Mendes Plutarco passou a integrar de forma orgânica essa trajetória, a convite do então presidente João Carlos Souto. Inicialmente atuando em causas estratégicas — como a ação que assegurou o pagamento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) e a que garantiu o direito às ajudas de custo em concursos de remoção —, o escritório tornou-se, ao longo do tempo, parceiro permanente da agenda jurídica do Sindicato.

Com o amadurecimento institucional do SINPROFAZ, novas demandas foram sendo judicializadas. Dentre elas, destacam-se ações voltadas à manutenção das férias de 60 dias, à extinção da exigência de três anos na carreira para fins de promoção, e à defesa dos aposentados e pensionistas em relação à paridade remuneratória e aos reajustes concedidos entre 2004 e 2007 no Regime Geral de Previdência Social.

A partir de 2013, o Sindicato intensificou a atuação nas execuções referentes ao reajuste de 28,86% e ao resíduo de 3,17%, garantindo que direitos reconhecidos em juízo se convertessem, de fato, em benefícios concretos aos filiados. Posteriormente, outras execuções foram ajuizadas, como aquelas que versam sobre o desconto indevido do Plano de Seguridade Social (PSS) sobre o terço constitucional de férias e a incidência irregular de imposto de renda sobre o auxílio pré-escolar.

Importante destacar que a atuação do SINPROFAZ vai além da mera formalidade judicial. Ela se caracteriza por diligência, acompanhamento permanente, interlocução com o Poder Judiciário, negociação de acordos e até mesmo acionamentos ao Conselho Nacional de Justiça, sempre com o propósito de abreviar prazos e garantir a celeridade na tramitação processual.

Essa postura ativa revela a maturidade de uma entidade que compreende o papel estruturante do Direito na defesa da carreira. Cada vitória judicial do SINPROFAZ traduz-se, portanto, não apenas em conquistas materiais — mas na reafirmação institucional de que os PFNs são agentes de Estado e merecem ser tratados com respeito, justiça e isonomia.

As vitórias paradigmáticas no Supremo Tribunal Federal e a atuação como *amicus curiae*

A consolidação de uma carreira pública passa, também, pelo reconhecimento de suas prerrogativas nos tribunais superiores. Nesse campo, o SINPROFAZ desempenhou papel decisivo, levando aos autos do Supremo Tribunal Federal (STF) não apenas os pleitos da categoria, mas a própria essência da Advocacia Pública como função de Estado. A atuação do Sindicato, como *amicus curiae* em diversas ações de impacto, elevou o patamar institucional da entidade e reforçou sua autoridade técnica nos debates constitucionais.

Dentre as ações de maior relevância, destaca-se a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 6053, na qual o Sindicato defendeu, com êxito, o direito dos advogados públicos à percepção dos honorários de sucumbência. A decisão do STF, reconhecendo a natureza privada desses honorários, representou

uma virada de chave no reconhecimento dos direitos da Advocacia Pública. Mais do que uma vitória jurídica, foi um marco simbólico da dignidade funcional da carreira.

A atuação como *amicus curiae* também se estendeu a outros processos relevantes, como a ADI 6403, que discutiu o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); a ADI 5296, sobre a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal; e a ADI 5405, que trata do pagamento de honorários em casos de parcelamento e acordos firmados com o Poder Público.

Nessas frentes, o SINPROFAZ se posicionou com profundidade técnica e legitimidade representativa. Cada memorial entregue, cada sustentação oral apresentada e cada nota técnica elaborada reforçaram o papel do Sindicato como uma das vozes mais qualificadas da Advocacia Pública Federal.

A presença do SINPROFAZ no STF não foi episódica. Foi institucional. E cada intervenção se fez com o cuidado de quem compreende que ali se discute não apenas o destino de processos judiciais, mas a própria arquitetura jurídica que sustenta o serviço público no Brasil.

A luta pelos honorários de sucumbência: da articulação institucional à conquista definitiva

Entre as muitas batalhas travadas ao longo das últimas décadas, poucas foram tão emblemáticas — e tão estruturantes — quanto a luta pelo reconhecimento dos honorários de sucumbência como direito legítimo dos advogados públicos. Esse foi, sem dúvida, um dos capítulos mais estratégicos da história recente do SINPROFAZ, reunindo articulação política, embasamento jurídico e perseverança institucional.

Durante muito tempo, o direito aos honorários de sucumbência era interpretado com reservas pela Administração Pública. Apesar da clareza do Estatuto da OAB quanto à natureza privada desses valores — independentemente de a atuação ser pública ou privada —, persistia o entendimento, no âmbito da União, de que tais montantes deveriam ser absorvidos como receita pública. Essa distorção gerava insegurança jurídica e desvalorização funcional, ao negar aos advogados públicos um direito historicamente assegurado à sua profissão.

Foi nesse contexto que o SINPROFAZ assumiu a linha de frente do enfrentamento institucional. Ainda durante os debates do anteprojeto do novo Código de Processo Civil, o Sindicato atuou com protagonismo para incluir, no texto legal, a previsão expressa de que os advogados públicos fariam jus aos honorários de sucumbência. A interlocução com parlamentares, a produção de notas técnicas, a articulação com outras entidades e a presença contínua nos fóruns de deliberação resultaram na inclusão do dispositivo no artigo 85 do CPC de 2015 — um marco legislativo que encerrou décadas de indefinições.

Com a regulamentação dos honorários por meio da Lei 13.327/2016, o direito finalmente se concretizou no plano normativo. No entanto, esse reconhecimento ainda enfrentaria resistência judicial. A Procuradoria-Geral da República (PGR) ajuizou ações diretas de inconstitucionalidade contra as leis regulamentadoras, reabrindo o debate no STF.

Mais uma vez, o SINPROFAZ esteve presente. Atuando como *amicus curiae* na ADI 6053, o Sindicato sustentou, com rigor técnico e legitimidade institucional, a constitucionalidade da percepção dos honorários por parte dos advogados públicos. A vitória foi categórica: o STF reconheceu a natureza privada dos honorários de sucumbência, assegurando seu pagamento aos membros da Advocacia Pública, com a única ressalva de que o valor total da

remuneração, somado aos honorários, não ultrapasse o teto constitucional.

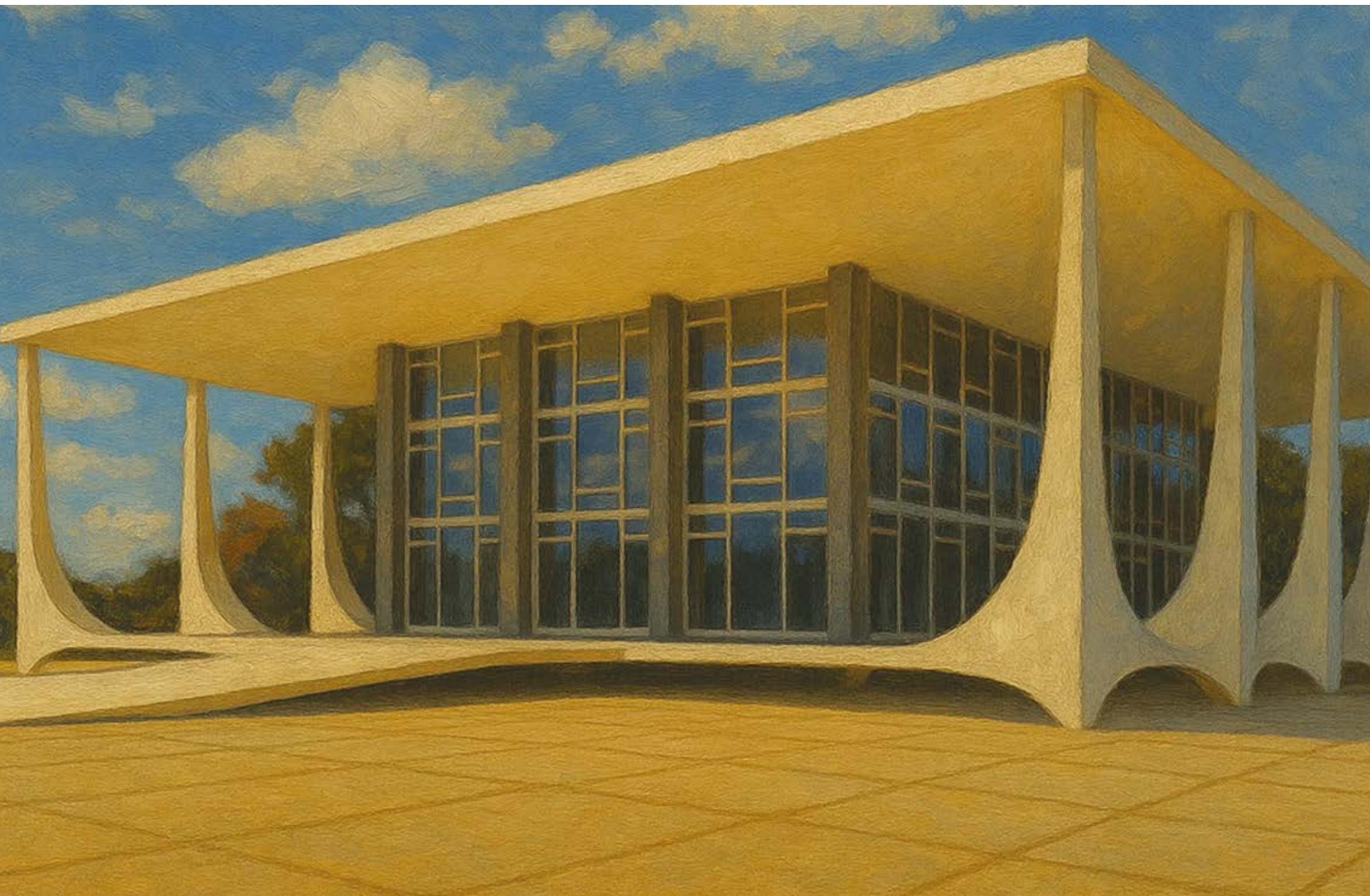
Essa decisão representou mais do que uma conquista remuneratória. Representou o reconhecimento da Advocacia Pública como profissão jurídica plena, dotada de prerrogativas equivalentes às demais funções essenciais à Justiça. E, ao mesmo tempo, consagrou o papel do SINPROFAZ como defensor jurídico e político da carreira, capaz de transformar pautas históricas em vitórias institucionais concretas.

A defesa dos aposentados e pensionistas: preservar o passado é honrar a trajetória da carreira

Uma carreira sólida se constrói com o esforço coletivo de gerações. E reconhecer o valor daqueles que vieram antes é um gesto de respeito institucional e de coesão histórica. O SINPROFAZ, ao longo dos anos, tem demonstrado profundo compromisso com os membros aposentados da carreira e com os pensionistas que herdaram, não apenas direitos, mas a memória funcional daqueles que dedicaram a vida à PGFN.

A atuação jurídica do Sindicato tem garantido que os direitos dos inativos não sejam relativizados, tampouco esquecidos. Com ações judiciais estratégicas, o SINPROFAZ buscou assegurar aos aposentados a isonomia em relação às conquistas obtidas pelos ativos, promovendo uma política de valorização integral da carreira, da admissão à aposentadoria.

Uma das ações emblemáticas nesse sentido foi a que garantiu o pagamento da cota-parte dos honorários de sucumbência aos PFNs aposentados, referente ao período de agosto a dezembro de 2016. A conquista foi significativa não apenas



pelos valores envolvidos, mas pela reafirmação do princípio da equidade e da justiça institucional. A União, diante da decisão favorável em primeira instância, optou por propor acordo, o que viabilizou a resolução célere da demanda e o reconhecimento dos direitos dos filiados.

Além disso, o Sindicato atuou de forma proativa para recompor os saldos defasados das contas vinculadas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ajuizando ação coletiva com o objetivo de corrigir os valores devidos aos filiados. Essa iniciativa demonstrou sensibilidade às perdas silenciosas acumuladas ao longo dos anos, e reafirmou o papel do SINPROFAZ como guardião dos direitos também daqueles que, mesmo fora da ativa, seguem pertencendo à história viva da carreira.

A defesa dos aposentados e pensionistas não é apenas uma ação jurídica: é um gesto institucional de gratidão e continuidade. Cada filiado que contribuiu para o fortalecimento da PGFN carrega consigo uma parte da construção coletiva que hoje sustenta o prestígio da carreira. E reconhecer esses vínculos é mais do que obrigação: é missão ética.

Efetivar direitos é concretizar justiça: a atuação do SINPROFAZ na fase de execução

No universo jurídico, há uma linha tênue, mas fundamental, entre reconhecer um direito e efetivá-lo. A verdadeira justiça se realiza quando aquilo que foi garantido na letra da sentença se traduz em benefício concreto na vida do cidadão. E é nesse intervalo entre a decisão e a execução que o SINPROFAZ tem exercido uma das suas mais notáveis atuações: garantir que os direitos reconhecidos aos PFNs não fiquem restritos ao papel.

Com foco na fase executiva dos processos, o Sindicato assumiu a responsabilidade institucional de acompanhar, impulsionar e garantir o cumprimento célere das sentenças que beneficiam seus filiados. Essa atuação vai muito além da simples gestão processual. Trata-se de uma intervenção estratégica, técnica e humana, que busca preservar a dignidade da carreira, dar eficácia às conquistas judiciais e respeitar o tempo do servidor público.

Nas execuções referentes aos reajustes de 28,86% e de 3,17%, por exemplo, o SINPROFAZ esteve presente em cada detalhe, da organização dos grupos de execução à interlocução com juízes e tribunais. A atuação firme, em muitos casos, evitou entaves burocráticos, reduziu prazos e acelerou a expedição de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Em algumas dessas ações, a própria União propôs acordos aos beneficiários, movimento que demonstra o reconhecimento da legitimidade dos pleitos e a credibilidade institucional do Sindicato.

As execuções relativas ao PSS sobre o terço de férias e à devolução de valores cobrados indevidamente no auxílio pré-escolar também avançaram de forma expressiva. A maior parte dos filiados já recebeu os valores devidos, resultado de um trabalho contínuo de articulação jurídica, gestão processual eficiente e cuidado com cada etapa da tramitação. Onde há entaves, o SINPROFAZ age. Onde há lentidão, o Sindicato provoca o andamento. Onde há omissão, atua com firmeza — inclusive com acionamentos ao Conselho Nacional de Justiça, quando necessário.

Essa presença constante, esse zelo com a concretude dos direitos, reforça o papel do SINPROFAZ como entidade comprometida não apenas com as causas da carreira, mas com os efeitos dessas causas na vida de cada filiado. Porque efetivar direitos não é apenas uma etapa processual. É uma missão institucional.

Ações recentes e o enfrentamento aos efeitos da Reforma da Previdência

A atuação jurídica do SINPROFAZ sempre se manteve atenta ao cenário legislativo e às mudanças que impactam diretamente a estrutura do serviço público. E foi com essa mesma vigilância institucional que o Sindicato reagiu à promulgação da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, a chamada Reforma da Previdência. Em um momento em que diversas garantias históricas foram rediscutidas sob o argumento da sustentabilidade fiscal, o SINPROFAZ compreendeu que sua missão era preservar os pilares de justiça, equidade e segurança jurídica que sempre sustentaram a carreira.

O Sindicato ajuizou uma série de ações estratégicas para suspender os efeitos das mudanças mais gravosas impostas pela nova emenda. Dentre elas, destacam-se as ações voltadas à contestação das alíquotas progressivas, da majoração da base de cálculo da contribuição de aposentados e pensionistas, e da previsão de contribuições extraordinárias em caso de déficit atuarial. Cada iniciativa foi acompanhada de fundamentação técnica sólida, articulada com pareceres especializados e sustentada em princípios constitucionais como o da vedação ao confisco e da isonomia.

Mais do que reagir, o SINPROFAZ buscou pautar o debate jurídico com racionalidade e equilíbrio. A intenção não era desconsiderar a necessidade de ajustes estruturais no sistema previdenciário, mas sim impedir que tais ajustes fossem conduzidos às custas do sacrifício desproporcional dos servidores públicos. Afinal, defender a sustentabilidade do Estado não pode significar enfraquecer quem o sustenta com trabalho, técnica e compromisso institucional.

As ações judiciais promovidas pelo SINPROFAZ nesse contexto tiveram, ainda, o mérito de manter viva uma reflexão necessária: o Estado não se sustenta apenas com planilhas — ele se sustenta com pessoas. E garantir direitos previdenciários dignos aos seus servidores é, antes de tudo, um ato de justiça com quem dedicou uma vida inteira à manutenção do interesse público.

Maturidade institucional da carreira: o SINPROFAZ como vetor de atuação jurídica do SINPROFAZ tem sido uma das expressões mais concretas de sua força institucional. Em diferentes momentos da história, a entidade precisou recorrer ao Poder Judiciário não apenas para garantir direitos, mas para proteger a própria estrutura do movimento sindical e assegurar condições dignas de trabalho aos PFNs.

Foi esse o caso da ação que preservou a consignação sindical em folha, considerada uma das vitórias mais significativas dos últimos anos. Em meio a um ambiente político de forte tensão, marcado por tentativas de enfraquecer os sindicatos por meio da asfixia financeira, o SINPROFAZ agiu com rapidez e firmeza. A medida buscava impedir que os descontos das contribuições dos filiados fossem suprimidos da folha de pagamento, o que colocaria em risco o funcionamento da entidade.

“Essa foi uma vitória vital para a sobrevivência do Sindicato”, destacou a presidente. “Se não tivéssemos tomado medidas jurídicas imediatas, os sindicatos simplesmente deixariam de existir. Foi uma tentativa clara de desmontar o movimento sindical por dentro, cortando sua fonte de sustentabilidade.”

Ação, além de garantir a continuidade administrativa do SINPROFAZ, reafirmou um valor basilar da democracia: o direito à livre organização sindical. Mais do que assegurar uma receita, o que se defendeu ali foi a autonomia institucional de uma entidade representativa, legitimada pela própria

Constituição Federal a atuar na proteção dos interesses de seus filiados. “A tentativa de acabar com a consignação era, na prática, uma forma de fragilizar nossa voz. Felizmente, conseguimos reverter essa ameaça com base sólida no direito e na jurisprudência consolidada”, completou.

Outra frente de atuação igualmente relevante foi a ação judicial que alterou o marco da licença-maternidade das procuradoras da Fazenda Nacional. Até então, o prazo legal para afastamento era contado a partir do nascimento da criança, mesmo que o recém-nascido permanecesse internado. A consequência era cruel: mães retornavam ao trabalho antes mesmo de levarem seus filhos para casa.

Foi o SINPROFAZ quem levou ao Judiciário a necessidade de mudança desse entendimento, obtendo uma importante vitória para a categoria. A partir da decisão, o prazo da licença passou a contar somente após a alta hospitalar do bebê.

“Antes, a mãe era obrigada a voltar ao trabalho com o filho ainda internado. Isso era desumano”, afirmou a presidente. “Com essa conquista, corrigimos uma distorção grave, que feria diretamente a dignidade funcional das nossas colegas.”

A medida, além de trazer justiça em termos legais, humanizou uma etapa delicada da vida profissional e pessoal das procuradoras. O Direito, nesse caso, foi mais do que instrumento técnico — foi instrumento de cuidado, de respeito e de reconhecimento da realidade vivida por tantas mulheres na carreira.

Esses dois episódios — distintos em natureza, mas convergentes em impacto — evidenciam a maturidade institucional do SINPROFAZ. Uma maturidade que se revela na capacidade de agir com precisão técnica, mas também com sensibilidade para temas que transcendem o discurso corporativo.

“Nem todas as vitórias são rápidas, e algumas ações nos acompanham há décadas, como os processos dos 60 dias, dos 28%, das diferenças no subsídio. Mas o importante é não abandonar a luta”, relembra a presidente. “É essa persistência, essa coerência e esse senso de propósito que definem a atuação do Sindicato ao longo do tempo.”

Ao mirar os detalhes da vida funcional — seja na estrutura administrativa, seja nas questões humanas do dia a dia —, o SINPROFAZ reafirma sua missão: proteger direitos, sim, mas também zelar pelas condições de quem sustenta o serviço público com excelência.

Passadas mais de três décadas desde sua fundação, o SINPROFAZ alcança um patamar que vai além da representação sindical. Hoje, é uma instituição consolidada, com credibilidade nos espaços decisórios da República, respeitada pelo Judiciário, ouvida pelo Legislativo e reconhecida pela Administração Pública como entidade técnica, propositiva e indispensável à defesa da Advocacia Pública Federal.

Esse reconhecimento não foi construído do dia para a noite. Foi fruto de uma atuação perseverante, jurídica e institucionalmente qualificada, que soube equilibrar o embate necessário com o diálogo possível. O Sindicato compreendeu, desde cedo, que fortalecer a carreira era mais do que assegurar reajustes: era garantir voz, prerrogativas, dignidade e espaço institucional.

A maturidade da carreira de PFN, hoje evidente na atuação estratégica da PGFN e nas inovações normativas como a transação tributária, carrega, em seu alicerce, a contribuição inegável do SINPROFAZ. Cada ação coletiva vitoriosa, cada intervenção no STF, cada campanha de justiça fiscal, cada conquista para ativos e aposentados, compõem um mosaico de avanços que ressignificaram o lugar da carreira dentro do Estado brasileiro.

E esse lugar é, cada vez mais, de protagonismo. Um protagonismo que se expressa na atuação técnica dos PFNs, mas que se sustenta também na força de uma entidade representativa que soube fazer da sua missão jurídica um instrumento de construção institucional.

O SINPROFAZ, ao completar 35 anos, reafirma sua identidade: uma entidade de luta, mas também de diálogo; de firmeza, mas também de construção; de resistência, mas sobretudo de visão. Um Sindicato que compreendeu que valorizar uma carreira é também projetar o país que queremos construir — mais justo, mais eficiente, mais consciente da importância da justiça fiscal como fundamento de um Estado verdadeiramente democrático.

Mais do que páginas de uma trajetória sindical, esses 35 anos são capítulos vivos da história de uma carreira essencial ao funcionamento da República. E cada conquista alcançada pelo SINPROFAZ é também um legado deixado às futuras gerações de PFNs — que herdarão, além de funções e atribuições, o compromisso com a justiça, a técnica e a dignidade institucional que fazem desta carreira uma verdadeira vocação de Estado.

A atuação jurídica como força invisível que estrutura a carreira

Por trás de cada conquista da carreira, há uma tessitura minuciosa de argumentos, estratégias, embates e negociações construídas com sobriedade e firmeza. E, nesse percurso, a voz do PFN Roberto Rodrigues, diretor jurídico do SINPROFAZ, impõe-se com a solidez de quem viu cada tijolo ser assentado nesse edifício institucional.

“Desde o primeiro dia que tomei posse como PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, em 1º de junho de 1993, me filiei ao SINPROFAZ. Era,

para mim, uma decisão de pertencimento. Eu sabia que essa entidade seria a fortaleza coletiva da carreira — e eu queria estar nela desde o princípio.”

Essa ligação não ficou no campo simbólico. Ao longo de duas décadas, o procurador Roberto Rodrigues ocupou sucessivos mandatos na diretoria. Foi vice-presidente, diretor jurídico e diretor parlamentar. Viveu por dentro a pulsação da luta associativa. “Foram nove mandatos. Vinte anos de atuação sindical. Vi o Sindicato crescer, amadurecer, consolidar-se como uma voz de respeito nos altos círculos da República.”

E foi no campo jurídico que essa maturação se fez mais evidente. Segundo ele, o SINPROFAZ tem sido mais do que um agente reativo: tem sido construtor de caminhos. “A atuação jurídica do Sindicato é o alicerce silencioso que sustenta a dignidade da nossa carreira. Não se trata apenas de acionar a Justiça — trata-se de compreender a moldura institucional que garante o exercício pleno da função pública.”

Ao longo de sua trajetória, o procurador Roberto Rodrigues acompanhou os momentos mais sensíveis da carreira. Movimentos paredistas, embates legislativos, ameaças às prerrogativas institucionais, desestruturação remuneratória e, diante de cada desafio, uma resposta jurídica articulada, com base sólida e postura firme.

“Nos anos de 2005 a 2007, por exemplo, passamos por uma das fases mais difíceis. Os salários estavam defasados. A desmotivação era visível. O SINPROFAZ organizou paralisações e negociações duras com o Congresso Nacional. Foi uma travessia dura, mas necessária. E vencemos.”

Mas a atuação do Sindicato não se limitou às pautas salariais. Ela foi, sobretudo, uma defesa das prerrogativas da carreira. “A atuação jurídica do SINPROFAZ transformou a carreira de PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL numa estrutura de Estado. Não é apenas uma função. É uma

missão institucional que precisa ser valorizada e respeitada.”

Roberto Rodrigues ressalta, com ênfase, que boa parte da estrutura remuneratória atual da carreira é fruto direto dessa luta.

“Se hoje temos um patamar remuneratório compatível com a responsabilidade da função, isso se deve, em grande parte, à firmeza com que o SINPROFAZ atuou nos momentos decisivos.”

A inteligência jurídica

O SINPROFAZ trilhou esse percurso com paciência estratégica. “Quando entrei na diretoria, o Sindicato ainda amadurecia. Era como um organismo jovem, promissor, mas que ainda buscava sua identidade política e institucional. Hoje, o SINPROFAZ fala com autoridade. Tornou-se uma voz respeitada nos espaços decisórios da República”, relembra Roberto Rodrigues.

Ao longo dos anos, essa maturação se desdobrou em ações concretas. Mais do que um sindicato de pautas corporativas, o SINPROFAZ consolidou-se como entidade propositiva, capaz de influenciar decisões, sustentar teses jurídicas e dialogar com os Poderes da República sem perder sua independência. “Sempre tivemos uma atuação apartidária. Nosso vínculo nunca foi com partidos, mas com a carreira. E foi essa postura institucional que nos fez crescer.”

O procurador Roberto Rodrigues recorda que esse amadurecimento se deu em diversos planos. Um deles, fundamental, foi o fortalecimento da assessoria jurídica interna, com serviços voltados à proteção dos filiados em procedimentos disciplinares. “Hoje, qualquer procurador que enfrente uma sindicância ou processo administrativo disciplinar sabe que tem respaldo. Montamos uma assessoria de altíssimo nível, com advogados experientes, especializados em direito

administrativo sancionador. Isso faz diferença — protege não apenas o procurador, mas a própria dignidade da carreira.”

Outra frente de valorização foi a atuação previdenciária, especialmente no momento da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp). “Orientar os colegas sobre a melhor decisão entre permanecer no regime anterior ou migrar para o novo sistema foi um papel crucial do SINPROFAZ. Não se tratava apenas de direito. Tratava-se de futuro.”

O diretor jurídico do SINPROFAZ, Roberto Rodrigues, cita, ainda, a importância das ações voltadas à recomposição da estrutura remuneratória da carreira. “Tivemos êxito em várias frentes: garantimos precatórios, recuperamos valores retidos, conseguimos avanços importantes como a VPNI — Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada — e vencemos lutas que exigiram não apenas petições bem redigidas, mas articulação constante com o Judiciário e o Congresso Nacional.”

No entanto, para além das vitórias já conquistadas, há uma bandeira que se impõe como horizonte da carreira: a autonomia da Advocacia Pública. E, para Roberto Rodrigues, essa é a luta mais estratégica do nosso tempo.

Autonomia da Advocacia Pública

Entre todas as causas contemporâneas da Advocacia Pública, nenhuma ressoa com tanta urgência quanto a da autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Para o procurador Roberto Rodrigues, essa não é apenas uma demanda institucional, é um imperativo de Estado.

“Não se constrói excelência com amarras. Enquanto a Procuradoria-Geral da Fazenda

Nacional depender do orçamento alheio para contratar servidores, realizar concursos ou adquirir ferramentas tecnológicas, estaremos correndo atrás do tempo. Precisamos da nossa própria bússola. Precisamos de autonomia.”

A comparação com o Ministério Público e o Poder Judiciário é inevitável — e justa. Ambas as instituições já possuem autonomia constitucional para gerir seus recursos, organizar sua estrutura e executar suas políticas institucionais. A Advocacia Pública, embora constitucionalmente prevista, ainda aguarda esse reconhecimento formal. “Não se trata de privilégio. Trata-se de coerência republicana. Não se pode exigir desempenho institucional elevado com estrutura precária.”

A ausência de autonomia impacta diretamente o cotidiano dos procuradores. Hoje, relata Roberto, muitos trabalham sem apoio técnico, acumulando funções administrativas que deveriam ser desempenhadas por servidores de apoio. “Nós redigimos peças jurídicas complexas, mas também precisamos lançar informações em sistemas, preencher planilhas, cuidar de trâmites burocráticos. Isso sobrecarrega e desvia a atuação do que realmente importa: a defesa jurídica da União e a justiça fiscal.”

Para o diretor jurídico, a autonomia permitiria a contratação de analistas, técnicos, estagiários e assessores, criando uma rede de suporte compatível com a complexidade das atribuições da carreira. “No Judiciário, os juízes contam com uma estrutura robusta de apoio. Por que os advogados públicos, que exercem papel essencial à justiça, ainda trabalham sozinhos?”

Mais do que isso, a autonomia permitiria a modernização tecnológica da Instituição



Roberto Rodrigues
Diretor jurídico do SINPROFAZ.

— outro gargalo estrutural. “Os grandes devedores da União contam com escritórios poderosos, equipados com ferramentas sofisticadas. E nós, do lado de cá, precisamos lutar com ferramentas obsoletas, por falta de orçamento próprio. Isso não é razoável. A autonomia é o que nos permitiria enfrentar esse cenário em igualdade de condições.”

O procurador Roberto Rodrigues explica que o SINPROFAZ tem se empenhado nesse debate não apenas junto ao Parlamento, mas também no Executivo. “É preciso convencer os atores políticos de que a autonomia da Advocacia Pública não é um gasto — é um investimento em arrecadação, em segurança jurídica, em fortalecimento institucional.”

Comissões técnicas, audiências públicas, elaboração de propostas legislativas — o Sindicato tem mobilizado todos os instrumentos possíveis para dar corpo a essa pauta. “E não estamos sozinhos. Outras carreiras da Advocacia Pública, tanto federal quanto estadual, também defendem essa causa. É um movimento que transcende siglas. É uma agenda institucional.”

Honorários de sucumbência

Há lutas que se travam nas ruas. Outras, nos corredores discretos do Parlamento. E há aquelas que se constroem nos bastidores da história — com firmeza, estratégia e persistência. A luta pelos honorários de sucumbência se inscreve nesse último caso. Um capítulo emblemático da atuação jurídica e política do SINPROFAZ.

“Foi uma das batalhas mais longas e mais estratégicas que enfrentamos”, recorda Roberto Rodrigues. “Durante anos, enfrentamos resistências veladas, objeções jurídicas, movimentos contrários de outras carreiras. Mas mantivemos a convicção: era um direito legítimo dos advogados públicos.”

A conquista não foi súbita. Foi construída passo a passo. Já em 2007, ainda na gestão do presidente João Carlos Souto, o SINPROFAZ lançava a campanha “Honorários para Todos”, uma iniciativa visionária que viria a ser, anos depois, o embrião da vitória. “Naquela época, ainda parecia uma pauta distante. Mas sabíamos que, sem semear, não haveria colheita.”

Nos anos seguintes, o Sindicato atuou com protagonismo durante a tramitação do novo Código de Processo Civil. O artigo 85, que garantiu aos advogados públicos o direito à percepção dos honorários de sucumbência, foi fruto direto dessa articulação. “Foi um trabalho incansável. Elaboramos notas técnicas, dialogamos com parlamentares de todas as matrizes ideológicas, mobilizamos a base e, sobretudo, defendemos com rigor jurídico a tese da natureza privada dos honorários.”

A vitória no Parlamento, contudo, foi apenas uma etapa. Vieram, na sequência, as ações de inconstitucionalidade ajuizadas por setores contrários — inclusive pela própria PGR. E o debate foi parar no STF. “Houve uma tentativa de deslegitimar esse direito constitucionalmente reconhecido. Mas estávamos preparados.”

Mais uma vez, o SINPROFAZ agiu com precisão. Atuou como *amicus curiae*, contratou bancas jurídicas de notório prestígio — como Gustavo Binenbojm e José Eduardo Cardozo — e sustentou, com profundidade técnica, a constitucionalidade da norma. “Tínhamos o direito e tínhamos os argumentos. Precisávamos agora garantir que fossem ouvidos com a densidade que mereciam.”

O julgamento, por fim, consagrou a tese defendida pelo Sindicato. Por 10 votos a 1, o Supremo reconheceu a validade da norma, assegurando aos advogados públicos o direito aos honorários, com a única limitação do teto constitucional. “Foi uma vitória que

transcendeu o aspecto remuneratório. Foi o reconhecimento institucional da Advocacia Pública como função jurídica plena, com prerrogativas equivalentes às demais carreiras essenciais à Justiça.”

O procurador Roberto resume esse percurso com um traço de lirismo: “Foi uma batalha feita de silêncio, de argumentos e de convicção. E, quando vencemos, não foi apenas a categoria que ganhou — foi a legitimidade da Advocacia Pública que foi reafirmada diante da República.”

A imagem pública como instrumento de justiça: o SINPROFAZ e o diálogo com a sociedade

A força de uma carreira não se mede apenas nos autos ou nos plenários. Ela se mede, também, no olhar da sociedade. E o SINPROFAZ compreendeu, com sensibilidade e visão institucional, que uma das mais poderosas formas de garantir a valorização da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) era justamente torná-la visível, não como retórica técnica, mas como presença concreta na vida do cidadão.

“Era preciso sair dos gabinetes. Traduzir em linguagem acessível o que fazemos em nome da justiça fiscal. Mostrar que a atuação dos procuradores não é fria, mas profundamente social. Que cada real recuperado pela União é um passo a mais em direção à dignidade do serviço público”, reflete Roberto Rodrigues.

Foi com esse espírito que nasceu uma das campanhas mais emblemáticas da história do Sindicato: o Sonogômetro. Mais que um painel eletrônico, ele se tornou símbolo de uma consciência coletiva. Um marco visual e simbólico da evasão fiscal no Brasil e, ao mesmo tempo, uma convocação silenciosa à cidadania.

A campanha “Quanto custa o Brasil para você?”, integrada ao Sonogômetro, abriu espaço para um

novo tipo de comunicação institucional. Um diálogo direto com a população, baseado em dados, mas carregado de significado social. “A repercussão foi enorme. Me lembro de ouvir comentaristas da CBN, como Carlos Alberto Sardenberg, repercutindo os números do Sonogômetro. E isso sem um centavo de publicidade paga. Era a força do conteúdo que falava por si.”

A iniciativa se apoiou em estudos consistentes, produzidos em parceria com o escritório Mendes Plutarco. O relatório “Sonogação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação” tornou-se referência no debate público, fundamentando as campanhas com densidade técnica. “Não era apenas marketing. Era um ato político e jurídico de responsabilização. Uma convocação ética para que o país olhasse de frente o que perdia todos os dias em evasão fiscal.”

Com o Sonogômetro, o SINPROFAZ alcançou algo raro: transformou uma luta técnica em mobilização social. Fez com que a carreira de PFN deixasse de ser percebida apenas como burocracia jurídica para ser reconhecida como instrumento de justiça redistributiva. “A justiça fiscal passou a ser compreendida como justiça social. E essa mudança de percepção foi, talvez, uma das maiores conquistas do Sindicato.”

A comunicação institucional, portanto, não foi mero adorno. Tornou-se ferramenta estratégica. Um prolongamento da atuação jurídica. Um braço do direito que toca corações e mentes. E, sobretudo, um elo entre o que a carreira representa e o que a sociedade precisa enxergar.

A atuação jurídica como herança institucional e compromisso com o futuro

Toda história de conquista carrega consigo uma dimensão que ultrapassa o tempo presente. É como uma trilha que se constrói não apenas para os passos de hoje, mas para os caminhos de amanhã. Assim tem sido o percurso da atuação jurídica do SINPROFAZ: uma construção sólida, erguida com técnica, diálogo e coragem, que se tornou legado para as gerações futuras de PFNs.

“Não há carreira valorizada sem instituição forte. E não há instituição forte sem atuação jurídica estruturada, permanente e propositiva”, afirma Roberto Rodrigues, com a serenidade de quem acompanhou, em cada fase, a evolução do Sindicato como vetor de transformação.

A história mostra que a atuação do SINPROFAZ jamais se restringiu ao contencioso. Ao contrário, ela se alargou para ser também um espaço de escuta, de orientação, de cuidado. A assessoria prestada aos filiados em momentos sensíveis, as orientações previdenciárias, os pareceres técnicos que subsidiam decisões, os memoriais entregues aos ministros dos tribunais superiores, tudo isso compõe uma malha institucional que protege, acolhe e afirma a carreira.

O procurador Roberto faz questão de destacar que essa atuação é parte de um *ethos* construído ao longo do tempo. “O SINPROFAZ não é apenas um sindicato. É uma casa de princípios. Uma entidade que defende o presente, honra o passado e prepara o futuro.”

Essa dimensão ética se revela também no zelo com os aposentados e pensionistas. A atuação jurídica

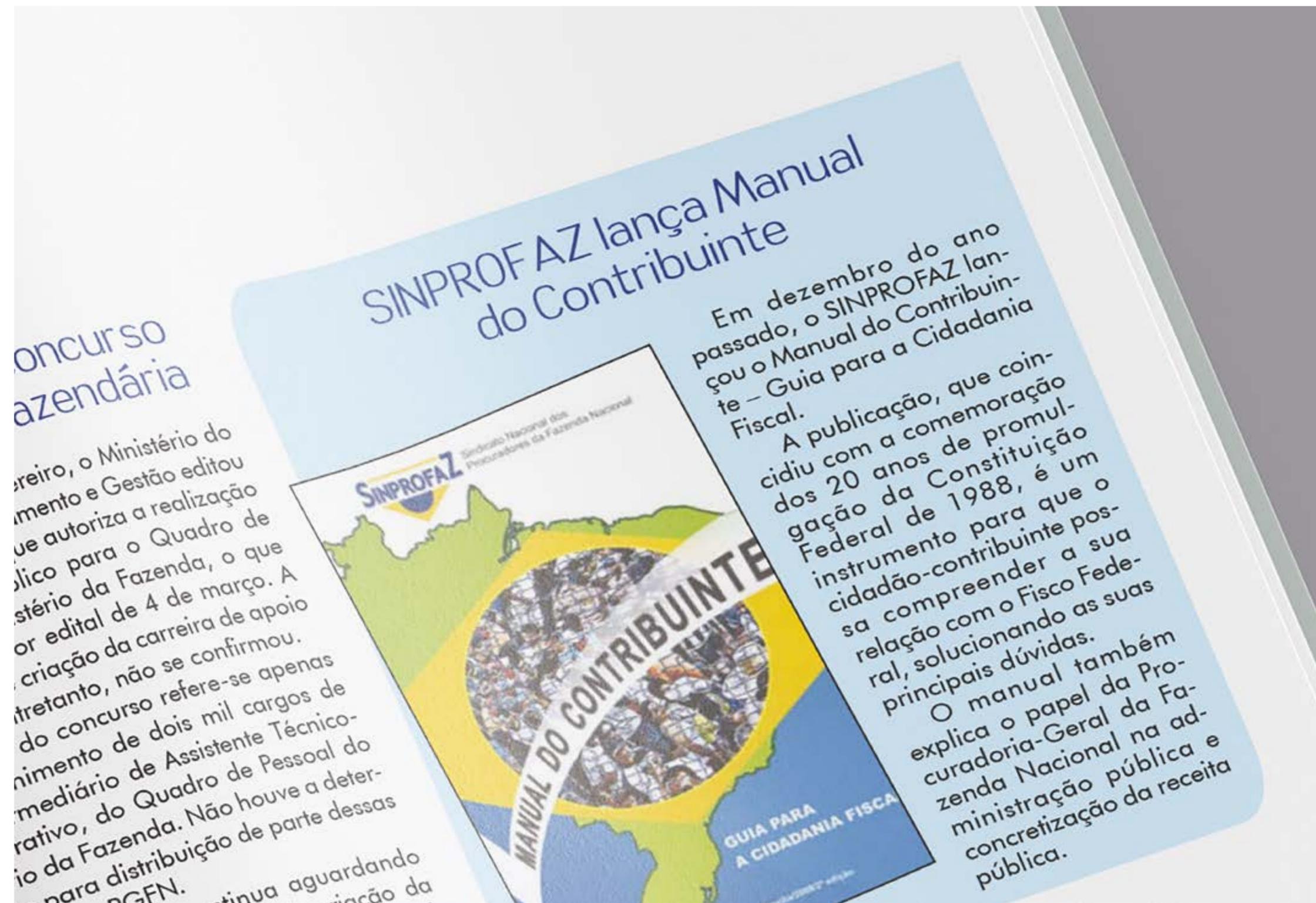
voltada à paridade remuneratória, ao pagamento dos honorários de sucumbência e à correção dos saldos do Pasep são expressões dessa memória viva.

“Preservar os direitos dos que vieram antes é também preservar a história da nossa carreira. Porque cada conquista tem as digitais de quem um dia empunhou as mesmas bandeiras.”

Para o futuro, os desafios continuam. A luta pela autonomia da Advocacia Pública permanece como fronteira institucional a ser alcançada. A consolidação do papel da PGFN como órgão estratégico do Estado exige investimentos, estrutura e reconhecimento.

“Estamos num momento decisivo. O país precisa entender que justiça fiscal não se faz apenas com normas — se faz com instituições fortes e profissionais valorizados.” O procurador acrescenta ainda: “Tudo o que o SINPROFAZ conquistou até aqui foi com técnica, articulação e fé institucional. Mas a maior conquista é essa consciência coletiva que hoje habita a nossa carreira — de que somos parte de algo maior. De que o nosso trabalho não termina na peça jurídica. Ele começa ali, mas reverbera na arrecadação, na saúde pública, na escola que funciona, no Estado que alcança quem precisa”.

Em diferentes momentos da história, a entidade precisou recorrer ao Poder Judiciário não apenas para garantir direitos, mas para proteger a própria estrutura do movimento sindical e assegurar condições dignas de trabalho aos PFNs.





Articulação com os Três Poderes

A presença legislativa como pilar estratégico da defesa institucional

A presença do SINPROFAZ no cenário legislativo brasileiro é resultado de uma construção institucional pautada por método, técnica e legitimidade. Em um ambiente político marcado por tensões conjunturais e disputas de interesses, o Sindicato soube ocupar o espaço que lhe é próprio: o de entidade representativa que articula, com sobriedade e profundidade técnica, a defesa das prerrogativas da carreira de PFN e o fortalecimento da Advocacia Pública como função essencial à justiça.

Não se trata de uma atuação episódica. O que se observa, ao longo de 35 anos de história, é a consolidação de uma estratégia de representação que ultrapassa os limites da agenda corporativa, dialogando com temas estruturais do Estado brasileiro. A inserção qualificada do SINPROFAZ nos debates parlamentares, a interlocução com o Poder Executivo e a contribuição propositiva às reformas legislativas revelam uma entidade que compreendeu, desde os seus primórdios, que a defesa da carreira exige mais do que presença: exige densidade institucional.

A construção dessa trajetória foi feita com paciência estratégica. Em vez de confrontos vazios, optou-se pelo diálogo consequente. Em lugar de

pautas fragmentadas, priorizou-se a coerência programática. E, sobretudo, cultivou-se a credibilidade como ativo indispensável à interlocução republicana. A maturidade dessa atuação pode ser medida não apenas pelas conquistas obtidas, mas pela forma como elas foram alcançadas: com seriedade, previsibilidade e profundo respeito às instituições democráticas.

Estruturação da atuação política: método, técnica e legitimidade

A atuação política do SINPROFAZ não se limita à defesa pontual de demandas conjunturais. Trata-se de um modelo institucional consolidado, sustentado por princípios claros, planejamento contínuo e instrumentos técnicos voltados à efetiva intervenção nos processos decisórios do Estado. Essa estruturação é, em si mesma, expressão da maturidade alcançada pela entidade.

A presença parlamentar foi organizada de modo sistemático, com a constituição de núcleos de articulação voltados ao acompanhamento qualificado da agenda legislativa. O Sindicato, ciente da complexidade dos processos políticos, estruturou sua atuação mediante a contratação de consultoria especializada em relações institucionais e governamentais, garantindo expertise técnica para o diálogo com os Poderes da República.

Capítulo 4

Esse modelo de interlocução permitiu que o SINPROFAZ transcendesse o papel de mera entidade pleiteante. Com argumentos ancorados na Constituição, na legislação infraconstitucional e na realidade funcional da PGFN, o Sindicato consolidou-se como agente propositivo. A presença constante em comissões temáticas, a construção de pareceres técnicos, a articulação de emendas e o diálogo com relatorias estratégicas demonstram o grau de institucionalização dessa atuação.

Além disso, o Sindicato soube compor alianças relevantes com outras entidades representativas do mundo jurídico e sindical. A parceria com a OAB, com carreiras da Advocacia Pública e com fóruns interinstitucionais fortaleceu sua capacidade de incidência política e reforçou a legitimidade de suas pautas.

É importante destacar que a atuação política do SINPROFAZ não se deu apenas em defesa da própria categoria. Ao incorporar pautas de interesse coletivo, como a valorização da justiça fiscal, a preservação das estruturas públicas de cobrança da dívida ativa e a promoção da educação tributária, o Sindicato ampliou seu campo de legitimidade e consolidou sua reputação institucional.

Esse percurso revela, sobretudo, a compreensão de que a política, quando praticada com técnica, ética e compromisso público, é instrumento legítimo de transformação institucional. O SINPROFAZ soube reconhecer esse papel e, ao longo dos anos, consolidou um modelo de representação que conjuga estratégia, conhecimento técnico e densidade institucional.

Há trajetórias que permanecem não pela ornamentação dos títulos, mas pela consistência das ações e pela solidez dos princípios. A passagem do procurador João Carlos Souto pela presidência do SINPROFAZ é reconhecida por esse traço: um período marcado por propostas estruturantes e pela defesa contínua da Advocacia Pública como função essencial ao Estado.

Ao relembrar o período, Souto observa com clareza: “O SINPROFAZ foi decisivo para a carreira dos Procuradores da Fazenda Nacional”. A afirmação carrega a convicção de quem acompanhou de perto os principais embates da categoria e reconhece que parte significativa das conquistas institucionais teve origem nas iniciativas sindicais. Entre elas, ganha relevo a campanha pela implementação dos honorários advocatícios, uma demanda que, à época, ainda carecia de reconhecimento formal como direito legítimo dos advogados públicos.

Essa pauta foi conduzida de forma articulada entre o SINPROFAZ e o Fórum Nacional da Advocacia Pública, também presidido por Souto. Ele recorda o início do movimento, pontuando o papel de figuras que estiveram ao lado da causa, como o então conselheiro federal da OAB, hoje advogado-geral da União, Jorge Messias. “Há um vídeo que registra esse momento, numa solenidade no Conselho Federal da OAB, com a presença do presidente César Brito. Foi ali que lançamos a campanha ‘Honorários para Todos’, com site, materiais e discursos. É um registro importante.”

Para ele, a relevância do SINPROFAZ está também na maturidade institucional com que se posiciona. “O SINPROFAZ é uma das entidades sindicais mais antigas, e isso faz diferença. Enquanto muitas carreiras ainda buscavam se organizar, nós já havíamos consolidado uma identidade coletiva. Não é soberba. É a leitura de um percurso.”

Além das conquistas materiais e simbólicas, João Carlos Souto imprimiu um traço distintivo na construção da articulação política do SINPROFAZ. Durante sua gestão, foi concebido o projeto “Café com Parlamentares”, uma iniciativa que transcendia as formalidades convencionais para estabelecer uma interlocução mais próxima, sensível e estratégica com o Poder Legislativo.

Sob a simplicidade do nome, havia a densidade de uma ação pensada com rigor institucional e sensibilidade política. Os encontros matinais promovidos no Congresso Nacional não se restringiam ao gesto protocolar de oferecer café: eram espaços de escuta qualificada, de aproximação genuína e de construção de consensos. Nesse ambiente mais acolhedor e menos cerimonioso, PFNs e parlamentares encontravam terreno fértil para o diálogo direto, franco e orientado pelo interesse público.

Ao rememorar a gênese da proposta, Souto ressalta sua natureza estratégica: “Era uma articulação política refinada. Íamos à Câmara e ao Senado com propósito definido, com espírito de missão. E mais do que isso — incentivávamos os colegas a fazerem o mesmo em seus estados, estreitando vínculos com os representantes locais. Porque o parlamentar escuta com mais atenção quando reconhece, no interlocutor, a voz viva do cidadão que conhece a realidade do país”.

A iniciativa, ao mesmo tempo institucional e humana, trouxe resultados significativos. Fortaleceu a visibilidade da carreira, qualificou a presença do SINPROFAZ no cenário político e reafirmou o papel da entidade como interlocutora legítima das pautas da Advocacia Pública. Num tempo em que a defesa de prerrogativas exigia presença ativa e argumentação consistente nos espaços decisórios, o “Café com Parlamentares” mostrou-se uma estratégia de aproximação inteligente e um gesto de civilidade política.

Mais do que uma ação pontual, tornou-se símbolo de uma forma elegante e eficaz de representar. Uma política de proximidade capaz de transformar agendas em alianças e causas em compromissos.

A procuradora Maria Dione de Araújo Felipe, durante a sua trajetória na PGFN, vivenciou o esforço coletivo de lutar pelo reconhecimento institucional da carreira. Em meio a um cenário inicialmente precário e invisibilizado, ela foi uma das pioneiras a encarar os gabinetes dos tribunais superiores não apenas como espaços de litígio, mas como trincheiras silenciosas onde se disputava o respeito à advocacia pública. A caminhada foi marcada por batalhas jurídicas, mas também por uma presença ativa nos bastidores da política, onde a voz da Procuradoria ainda precisava ecoar com força.

Foi nesse contexto que os Cafés com Parlamentares se revelaram estratégia valiosa. Mais

do que encontros protocolares, tornaram-se oportunidades para o Sindicato construir pontes, abrir diálogo direto com os representantes do Legislativo e mostrar a importância institucional da categoria. Para Dione, essa atuação representou um marco de maturidade e lucidez no movimento associativo: compreender que conquistas não se fazem apenas com resistência, mas com presença, articulação e diálogo. “Os cafés da manhã com os parlamentares foram um divisor de águas. Era ali, olho no olho, que a gente mostrava o valor da carreira e percebia que não conquistaríamos nada sozinhos. A presença no Congresso era essencial para que nossa voz fosse ouvida, e o Sindicato teve sensibilidade e visão política para abrir essas portas”, disse.



Marcos legislativos estruturantes

A trajetória legislativa do SINPROFAZ é marcada por conquistas que deixaram marcas estruturantes na configuração jurídica da carreira de PFN e, de modo mais amplo, na arquitetura normativa da Advocacia Pública brasileira. Cada avanço normativo foi resultado de um esforço articulado, de um trabalho contínuo de acompanhamento de proposições, construção de consensos e incidência técnica junto aos principais atores políticos.

Dentre os marcos legislativos mais relevantes, destaca-se, de forma incontornável, a participação do SINPROFAZ na consolidação da Lei Orgânica da Advocacia Pública. Esse diploma normativo representou não apenas a definição formal de prerrogativas, garantias e deveres funcionais, mas também a afirmação da autonomia institucional da Advocacia Pública como função essencial à justiça. “Foi, na minha avaliação, o principal

elemento que garantiu a autonomia e o reconhecimento da carreira”, afirmou o consultor parlamentar Antônio Augusto de Queiroz.

Outro ponto de inflexão foi a atuação decisiva do Sindicato na ampliação do quadro de PFNs, em um contexto de crescimento da demanda institucional e de necessidade de recomposição funcional. Como destacou o consultor, “foi uma conquista relevante: praticamente dobrou o número de Procuradores da Fazenda, passando de cerca de 600 para 1.200”.

Essas vitórias, embora estruturais, não se deram de forma isolada. Foram resultado de uma atuação articulada, embasada tecnicamente e construída sobre um alicerce de diálogo institucional. A capacidade de negociação, a elaboração de subsídios técnicos e a presença ativa nas instâncias deliberativas foram elementos essenciais para viabilizar tais avanços.



O SINPROFAZ também deixou sua impressão digital em marcos legislativos que tocaram diretamente na valorização profissional e na justiça remuneratória da carreira. A atuação na reforma do Código de Processo Civil, que garantiu o tratamento isonômico entre advogados públicos e privados no tocante aos honorários advocatícios, foi uma dessas marcas emblemáticas.

“A campanha foi muito bem articulada com a OAB, em defesa de honorários para todos. O SINPROFAZ liderou o movimento no Fórum da Advocacia Pública. Essa atuação resultou na inclusão do tema no Código de Processo Civil e, posteriormente, na criação do Conselho Curador dos Honorários”, pontuou Antônio Augusto.

A lei que instituiu o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios representa, de fato, um marco institucional. A regulamentação da governança sobre os honorários, com mecanismos de transparência, controle e participação, não apenas conferiu segurança jurídica à matéria, como também fortaleceu a autonomia técnica da Advocacia Pública. “Foi uma conquista relevante. Consolidou a igualdade de condições dos advogados públicos com os privados para efeitos de recebimento dos honorários”, complementou.

A participação do Sindicato na defesa da inviolabilidade do advogado público no exercício de suas funções é outro exemplo do compromisso institucional com a proteção funcional dos seus representados. “Essa também foi uma campanha vitoriosa. Resultou em lei reforçou a independência no exercício da atividade jurídica por parte dos Procuradores da Fazenda Nacional”, afirmou o consultor.

Esses marcos, ao serem analisados em conjunto, revelam um padrão: o SINPROFAZ não atua na superfície da política. Sua presença é profunda, articulada e permanentemente conectada à defesa dos pilares que sustentam a carreira — prerrogativas, estrutura institucional, remuneração digna e reconhecimento social da função pública que os PFNs exercem.

Essas conquistas não são apenas normativas. São expressões de uma trajetória institucional que uniu rigor técnico, articulação política e compromisso com a República. E o que distingue o SINPROFAZ nesse cenário não é apenas o que conquistou, mas como conquistou: com seriedade, com método e com uma visão de Estado que transcende os limites da categoria que representa.

A batalha dos honorários: a luta pela paridade entre públicos e privados

Dentre os marcos que simbolizam a firmeza do SINPROFAZ na defesa da valorização da carreira, destaca-se, de forma singular, a batalha pela isonomia no tratamento dos honorários advocatícios entre os advogados públicos e os advogados privados. Essa luta ultrapassou o campo remuneratório: representou, essencialmente, a afirmação da dignidade funcional da Advocacia Pública e sua equiparação plena no sistema de justiça.

O processo foi longo, técnico e altamente politizado. Desde o início, o SINPROFAZ atuou com planejamento estratégico, articulando-se junto ao Parlamento, ao Executivo e a outras entidades do mundo jurídico, em especial a OAB. “Foi uma campanha muito bem articulada com a OAB, em defesa de honorários para todos”, recorda Antônio Augusto de Queiroz. “O SINPROFAZ liderou o movimento dentro do Fórum da Advocacia Pública. A atuação foi decisiva.”

A mobilização envolveu visitas a gabinetes parlamentares, construção de pareceres técnicos, reuniões com relatores e líderes partidários, além da organização de atos públicos e campanhas institucionais. Com sólida fundamentação jurídica e argumentos técnicos consistentes, o Sindicato contribuiu para a aprovação da alteração no Código de Processo Civil, assegurando aos advogados públicos o direito aos honorários sucumbenciais.



Allan Titonelli Nunes
Ex-presidente do SINPROFAZ

Mas a luta não cessou com a aprovação do dispositivo legal. Era necessário garantir governança, transparência e segurança jurídica à nova sistemática. Foi nesse contexto que nasceu a proposta da criação do Conselho Curador dos Honorários Advocáticos, posteriormente convertida em norma. O novo arcabouço institucional, fruto direto da ação do SINPROFAZ, regulamentou a destinação, a fiscalização e os critérios de distribuição dos valores recebidos pelos advogados públicos.

“Essa conquista consolidou a igualdade de condições dos advogados públicos com os privados para efeito de recebimento dos honorários. E mais: criou uma estrutura institucional com regras claras, afastando qualquer margem de subjetividade ou questionamento futuro”, enfatiza o consultor parlamentar.

Houve resistência. Diversos setores do Parlamento demonstraram reservas quanto à matéria, levantando objeções sob o argumento de que se trataria de uma espécie de “remuneração paralela” fora dos moldes tradicionais do serviço público. Mas, mais uma vez, o SINPROFAZ respondeu com técnica e equilíbrio. “O principal desafio foi a regulamentação da lei que trata dos honorários sucumbenciais. Havia resistência de alguns setores sob o fundamento de que se estaria retirando da esfera pública ampla a definição de remuneração desses servidores. Isso foi superado com diálogo e argumentação”, detalha Antônio Augusto.

O tema, que por muitos anos orbitava nos debates institucionais como uma possibilidade remota, ganhou corpo, densidade e voz a partir de um movimento técnico, político e simbólico liderado pelo Sindicato, um movimento que exigiu articulação precisa, sensibilidade histórica e firmeza argumentativa.

O procurador Allan Titonelli Nunes, ex-presidente do SINPROFAZ, recorda desse processo. Para ele, não se tratava apenas de uma questão remuneratória. Era, acima de

tudo, uma afirmação de identidade funcional. Era o reconhecimento da natureza jurídica do trabalho desempenhado pelos membros da advocacia pública. “A partir dos honorários, a carreira ganhou fôlego, autonomia e um novo horizonte de valorização”, afirmou, com a convicção serena de quem viveu cada etapa dessa conquista.

A caminhada, no entanto, não foi linear. Enfrentou resistências veladas, silêncios estratégicos, tensões políticas. Mas o Sindicato soube transformar a luta em diálogo. Promoveu estudos técnicos, sustentou debates no Parlamento, participou ativamente da construção legislativa que culminou na regulamentação da matéria. “Foi um avanço que exigiu presença constante, não apenas física, mas institucional e moral”, observa Allan.

Na tramitação do novo Código de Processo Civil, o Sindicato atuou como protagonista discreto, porém firme. A emenda que assegurou a previsão dos honorários foi fruto de um trabalho que combinou técnica legislativa e maturidade política. “Já havia, na Lei Orgânica da OAB, menção aos honorários. Mas era necessário fazer esse eco reverberar na legislação processual. Precisávamos retirar da margem aquilo que era, por essência, central.”

E assim se fez. A consolidação desse direito representou mais que um ganho financeiro. Representou o resgate simbólico de uma função essencial à justiça fiscal, à defesa do interesse público, ao equilíbrio entre o Estado e o cidadão.

O procurador Allan Titonelli Nunes traduz com simplicidade o que, no fundo, é grandioso: “Não foi apenas uma vitória da categoria. Foi uma vitória da institucionalidade. Uma vitória do reconhecimento, que é sempre o outro nome da dignidade”.

O SINPROFAZ teve papel decisivo no Congresso Nacional, um território fértil para o diálogo, a articulação estratégica e a defesa das prerrogativas dos PFNs.

Dentre os protagonistas dessa jornada, destaca-se o PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL e ex-deputado federal, Tadeu Alencar, cuja trajetória política nunca se desvinculou de suas raízes institucionais.

“Mesmo antes de ser parlamentar, o Sindicato já me provocava a atuar em favor da carreira”, recorda. “A instituição dos honorários é algo que deu dignidade remuneratória à nossa carreira e, portanto, é algo legítimo, republicano, consagrado inclusive por manifestação do Supremo Tribunal Federal.”

Foi com esse espírito que ele se engajou na construção da lei, articulando com lideranças políticas e, especialmente, com o deputado Paulo Teixeira, em um movimento coordenado que atravessou com vigor os corredores do Congresso. A conquista dos honorários não foi um ponto de chegada, mas o início de vigilância permanente contra tentativas de retrocesso. “No final de 2019, quando um projeto buscava extinguir os honorários, fui o líder que procurou o então líder do PP, deputado Arthur Lira, articulando com entidades da advocacia federal, estadual e municipal uma reação firme. Essa tentativa de supressão da nossa garantia foi enfrentada com altivez e coesão.”

Como sintetiza Tadeu Alencar, “foi uma luta legítima, construída com diálogo, mas também com firmeza. Porque quem defende a dignidade do Estado precisa, antes de tudo, ter sua própria dignidade preservada”.

A mobilização que culminou nessa conquista foi marcada por uma atuação estratégica e persistente, que exigiu diálogo qualificado com o Parlamento, elaboração de estudos técnicos, organização de eventos públicos e a produção de materiais explicativos que conferissem visibilidade à atuação da carreira. Em um cenário de desafios, assumiu-se o compromisso de demonstrar, com dados, fundamentos jurídicos e elementos objetivos, a essencialidade das atribuições desenvolvidas pelos PFNs.

Como relata a procuradora Jacqueline Carneiro da Graça, que esteve presente nos bastidores dessa mobilização, tratou-se de um processo que envolveu diferentes frentes: do convencimento político à construção de dossiês detalhados, da elaboração de cartilhas à articulação com outras entidades representativas. A atuação junto ao Congresso Nacional foi decisiva para viabilizar a tramitação legislativa, em meio a um contexto em que a própria atividade da carreira ainda era pouco compreendida por parte dos parlamentares.

O resultado alcançado foi fruto de um trabalho coordenado, alicerçado na responsabilidade institucional e na capacidade de dialogar com os Poderes da República. A conquista dos honorários não se deu por concessão, mas por mérito técnico, perseverança e mobilização fundamentada.

“A engrenagem foi ganhando corpo com o tempo. Não bastava ter razão — era preciso demonstrá-la. O SINPROFAZ atuou com precisão, enquanto nós, nos bastidores, acompanhávamos os passos, conscientes da importância daquela construção”, afirma a procuradora Jacqueline.

Esse episódio permanece como referência histórica, não apenas pelos efeitos práticos que gerou, mas, sobretudo, por reafirmar a relevância da atuação organizada e propositiva em defesa das prerrogativas da carreira. É um registro que contribui para a preservação da memória institucional e que deve servir como base para reflexões futuras sobre os caminhos da representação classista.

A batalha pelos honorários, portanto, revela muito mais do que um embate legislativo: ela espelha a maturidade institucional do SINPROFAZ, sua capacidade de articulação qualificada e seu compromisso com a justiça funcional. A vitória obtida não apenas materializou a paridade no plano remuneratório — também reafirmou o lugar da Advocacia



Jacqueline Carneiro da Graça
Procuradora da Fazenda Nacional

Pública como função estratégica do Estado, com prerrogativas compatíveis com suas responsabilidades constitucionais.

Essa conquista permanece, até hoje, como um dos símbolos mais eloquentes da força institucional do Sindicato e de sua habilidade em transformar demandas legítimas em avanços normativos sólidos e duradouros.

Desafios na interlocução com o Legislativo e o Executivo

A atuação política, por mais planejada e fundamentada que seja, não está imune aos percalços inerentes às dinâmicas do poder. Ao longo de sua trajetória, o SINPROFAZ enfrentou desafios significativos no processo de interlocução com o Parlamento e com o Poder Executivo. Tais obstáculos, longe de fragilizar a atuação institucional do Sindicato, serviram para consolidar ainda mais sua maturidade política e sua capacidade de adaptação estratégica.

Um dos episódios mais desafiadores relatados ao longo dessa trajetória foi justamente o processo de regulamentação dos honorários sucumbenciais. Como relatou o consultor parlamentar Antônio Augusto de Queiroz, “houve, por parte de setores do Parlamento, uma resistência grande, sob o fundamento de que estaria se retirando da esfera pública ampla a definição de remuneração desses servidores, criando uma espécie de regime remuneratório autônomo”. O enfrentamento dessa oposição exigiu do SINPROFAZ firmeza institucional, domínio técnico e, sobretudo, capacidade de construir consensos sem abrir mão de princípios.

No âmbito do Poder Executivo, os entraves foram, em muitos momentos, de natureza orçamentária. A recomposição remuneratória da carreira, por exemplo, sempre foi pauta sensível, dada a permanente assimetria entre as carreiras essenciais à justiça. “A

maior dificuldade sempre esteve na recomposição remuneratória. A Advocacia Pública, especialmente a Procuradoria da Fazenda Nacional, sempre buscou equiparação com a magistratura, mas nem sempre foi possível alcançar esse patamar”, analisou o consultor.

Esse descompasso entre as carreiras jurídicas exigiu do Sindicato uma atuação ainda mais vigilante. Ao mesmo tempo em que defendia a paridade, o SINPROFAZ buscava preservar as conquistas já consolidadas e evitar retrocessos em momentos de contenção fiscal. “Ainda assim”, enfatizou Antônio Augusto, “a carreira nunca teve remuneração inferior à dos delegados da Polícia Federal ou dos auditores da Receita Federal, o que demonstra a eficiência da atuação sindical na proteção dos patamares remuneratórios mínimos da categoria”.

Outro desafio de natureza estrutural foi a resistência, em determinados governos, à valorização institucional das carreiras de Estado. Em alguns momentos, propostas de terceirização da cobrança da dívida ativa e de reformas administrativas ameaçaram diretamente a configuração da Advocacia Pública. O SINPROFAZ, diante dessas ameaças, atuou com racionalidade estratégica: evitou o confronto ideológico e priorizou o enfrentamento técnico, apresentando estudos, pareceres e argumentos jurídicos que inviabilizassem tais retrocessos sob o ponto de vista normativo e funcional.

“O principal desafio foi resistir à tentativa de implementação da cobrança da dívida pública por meio da terceirização”, destacou o consultor. “Era uma tentativa de retirar dos PFNs uma prerrogativa assegurada constitucionalmente. O Sindicato atuou de forma incisiva e conseguiu neutralizar esse movimento.”

Esses episódios ilustram que o ambiente institucional nem sempre é receptivo às pautas estruturantes da carreira. Ainda assim, a postura do SINPROFAZ permaneceu firme, sem jamais

resvalar para a beligerância ou para o oportunismo. A interlocução foi conduzida com equilíbrio, com profundo respeito aos marcos institucionais e com a clareza de que a força do Sindicato reside, sobretudo, em sua coerência e capacidade técnica.

Mais do que resistir, o SINPROFAZ demonstrou que é possível transformar dificuldades em afirmações institucionais. Cada embate enfrentado foi, também, uma oportunidade para reafirmar o compromisso da entidade com a legalidade, com a transparência e com a defesa de um serviço público estável, técnico e valorizado.

O Sindicato como guardião da carreira e da Justiça Fiscal

Ao longo de sua trajetória, o SINPROFAZ não se limitou à defesa corporativa da carreira de PFN. Assumiu, com responsabilidade institucional, o papel de guardião da Advocacia Pública e de agente comprometido com a consolidação da justiça fiscal no país. Essa dimensão ampliada de sua atuação, que ultrapassa os interesses imediatos da categoria, é uma das razões pelas quais o Sindicato conquistou respeitabilidade nos círculos legislativos, junto ao Executivo e na sociedade civil.

A defesa da carreira foi realizada sem isolacionismos. O SINPROFAZ compreendeu que a valorização da Procuradoria da Fazenda Nacional passava também pela afirmação do seu papel como instrumento de promoção da justiça tributária e da sustentabilidade fiscal do Estado brasileiro. A entidade associou à sua pauta reivindicatória uma visão mais ampla de Estado, responsabilidade institucional e cidadania.

“A participação do Sindicato foi determinante. Se não houvesse o Sindicato, certamente hoje não existiria uma Procuradoria tão robusta, com

a projeção que tem. O Sindicato deu visibilidade e força à carreira. Não teríamos, também, o nível remuneratório que temos nem as prerrogativas asseguradas”, afirmou o consultor parlamentar Antônio Augusto de Queiroz.

Essa atuação se materializou, também, em campanhas de alcance coletivo. Iniciativas como o “Sonômetro”, os manuais do contribuinte, a edição da revista “Justiça Fiscal” e outras ações de educação tributária ilustram o compromisso do SINPROFAZ com a formação da consciência fiscal no país. Não se tratava apenas de mobilização corporativa, mas de construção de uma cultura cidadã, na qual o tributo é compreendido como instrumento de justiça distributiva e fundamento da dignidade social.

“O Sindicato sempre teve essa postura ampliada”, pontuou o consultor. “Além de atuar em defesa da categoria, promoveu campanhas de educação fiscal, chamou atenção para a importância do cumprimento das obrigações tributárias e buscou orientar o contribuinte para evitar erros e omissões que muitas vezes geravam passivos fiscais indevidos.”

A atuação do SINPROFAZ também foi essencial na formulação e defesa da Lei da Transação Tributária, que trouxe ao ordenamento jurídico uma alternativa moderna, eficiente e equilibrada para a resolução de litígios fiscais. A participação do Sindicato foi decisiva para garantir que a exclusividade da condução dos acordos de transação ficasse sob responsabilidade da carreira de PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL, assegurando segurança jurídica, eficiência institucional e respeito à especialização técnica da função.

“O objetivo da Procuradoria não é inviabilizar empresas, mas criar condições para que elas se mantenham na legalidade. E uma das formas

de fazer isso é promover negociações adequadas sobre as dívidas acumuladas ao longo do tempo. O Sindicato foi fundamental para garantir que esse papel ficasse com os procuradores”, destacou Antônio Augusto.

Ao associar sua identidade institucional à promoção da justiça fiscal, o SINPROFAZ se diferenciou no cenário sindical brasileiro. Demonstrou que é possível atuar em defesa dos direitos dos representados sem perder de vista o interesse público. Essa postura reforçou sua legitimidade perante os Poderes da República e consolidou a imagem da carreira como instrumento de Estado — e não apenas de governo.

A capacidade de o SINPROFAZ equilibrar, ao longo dos anos, o foco na valorização da carreira com a responsabilidade institucional voltada ao interesse coletivo é um dos traços mais notáveis da sua atuação. Esse equilíbrio, como enfatizou o consultor, é também a chave da sua reputação: “O Sindicato é reconhecido como uma entidade equilibrada, técnica e ética. Atua com firmeza, mas sempre com civilidade e respeito ao ordenamento jurídico. Isso lhe garantiu credibilidade institucional que poucas entidades alcançaram”.



A importância da presença sindical nos espaços legislativos

A trajetória de conquistas do SINPROFAZ está diretamente relacionada à sua presença estratégica nos espaços de formulação legislativa. A atuação parlamentar, longe de ser um apêndice eventual, tornou-se uma frente estruturante da defesa institucional da carreira. É nesse espaço — onde leis nascem, se transformam ou se perdem — que o Sindicato se consolidou como voz técnica, articulada e legitimada.

A presença do SINPROFAZ no Congresso Nacional não se caracteriza pela mera vigilância dos projetos de lei. Ao contrário, o Sindicato opera como sujeito político qualificado, capaz de antecipar riscos normativos, propor redações alternativas, influenciar relatorias e participar, de forma construtiva, dos ciclos decisórios da política pública.

Como pontuou o consultor parlamentar Antônio Augusto de Queiroz, “o Sindicato tem uma atuação proativa e sistemática junto ao Parlamento. É procurado por parlamentares, por comissões e por lideranças partidárias, justamente por ter uma postura equilibrada e por apresentar contribuições relevantes ao debate legislativo”.

Essa postura colaborativa, marcada por densidade técnica e capacidade argumentativa, foi fundamental para a construção de consensos em momentos decisivos da história legislativa da Advocacia Pública. O SINPROFAZ soube atuar com firmeza onde era preciso, mas também com espírito propositivo, evitando enfrentamentos estereis e contribuindo com alternativas viáveis.

A entidade compreendeu que o diálogo com os Poderes não se sustenta apenas na retórica, mas na entrega de conteúdo consistente, estruturado e alinhado com os princípios republicanos. Ao preparar quadros da carreira para o trabalho parlamentar,

ao investir na formação política de seus representantes e ao profissionalizar sua interlocução, o Sindicato criou um ativo institucional difícil de ser ignorado nos ambientes legislativos.

“O SINPROFAZ é conhecido nos setores decisórios como uma entidade que sabe dialogar com todos os governos e com todos os campos políticos. Atua com civilidade, respeitando os ritos institucionais, mas sem abrir mão de suas pautas”, observa Antônio Augusto. “E isso faz com que consiga avanços mesmo em cenários adversos.”

A presença constante do Sindicato no Parlamento tem outro efeito relevante: evita a descontinuidade política entre gestões. Mesmo com a alternância de direções, o SINPROFAZ manteve um padrão institucional de atuação, com agenda legislativa permanente e estratégias estáveis. Essa coerência, combinada com uma visão de longo prazo, conferiu previsibilidade à sua atuação e aumentou sua capacidade de influência.

A participação do SINPROFAZ em audiências públicas, seminários, fóruns interinstitucionais e grupos de trabalho técnico reafirma esse compromisso com o diálogo institucional. A entidade não atua à margem do processo legislativo, mas como protagonista na construção normativa que impacta diretamente a organização da Advocacia Pública e o funcionamento do Estado brasileiro.

“É por isso que o Sindicato goza de credibilidade junto aos Três Poderes. É visto como um ator que contribui para a solução, e não como agente de instabilidade. E isso, em política institucional, é uma vantagem estratégica de valor inestimável”, conclui o consultor.

Assim, a presença do SINPROFAZ no espaço legislativo é mais do que necessária: é estruturante. Ela assegura que a carreira dos PFNs continue

sendo reconhecida por sua relevância jurídica, técnica e institucional. E garante que os interesses da categoria sejam defendidos com a força serena da legitimidade, da coerência e da competência.

A tessitura legislativa das PECs

Na trajetória de luta pela justiça fiscal e previdenciária, a procuradora Jacqueline Carneiro destacou-se como uma das vozes mais presentes e sensíveis na articulação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) em trâmite no Congresso Nacional. Com notável espírito público e uma dedicação voluntária ao Sindicato, ela empreendeu um trabalho de rara consistência técnica e humana, costurando, entre as comissões e os corredores parlamentares, as bases de um debate essencial à dignidade dos aposentados e pensionistas do país.

Entre as ações de maior relevância, ganha centralidade sua atuação na PEC 6/2024, uma proposição que busca reparar um quadro constitucional adverso e prolongadamente oneroso, que impõe, há mais de duas décadas, a continuidade da contribuição previdenciária por parte daqueles que já encerraram sua jornada laborativa. Com serenidade e lucidez, a procuradora Jacqueline qualificou a medida como “uma PEC justa”, pois reconhece que ninguém se aposenta hoje sem antes ter contribuído, em regra, por mais de trinta anos ao sistema previdenciário.

A proposta prevê uma extinção escalonada da contribuição, iniciando-se aos 62 anos para mulheres e aos 65 para homens, com redução de 10% ao ano, até a eliminação total da cobrança. A medida, portanto, não opera como um corte abrupto, mas como um alívio gradual, respeitando o tempo e a trajetória de cada servidor que já entregou sua força de trabalho ao Estado.

O trabalho não se restringiu ao plano das ideias. A procuradora participou ativamente da elaboração de mídias técnicas, dossiês explicativos e cartilhas

de convencimento, além de atuar em reuniões estratégicas e comparecer presencialmente ao Parlamento, dialogando com deputados, compondo mesas de negociação e expondo, com precisão argumentativa, os impactos e benefícios da proposta. Sua abordagem sempre esteve ancorada em dados concretos e projeções fiscais, como o aumento do consumo, o estímulo à atividade econômica e o incremento da arrecadação de imposto de renda em decorrência da isenção previdenciária.

Além disso, a articulação política da PEC 6/2024 se integra ao esforço histórico da PEC 555/2006, que há mais de uma década busca alcançar o mesmo objetivo. A estratégia agora é o apensamento da nova PEC àquela que já tramitou nas comissões, acelerando seu percurso legislativo. Segundo a

procuradora, o simples fato de a PEC estar tramitando já representa um avanço, e o SINPROFAZ tem atuado de forma incisiva para fortalecer essa caminhada, em parceria com o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

Nessa seara, a procuradora Jacqueline reforça que o Sindicato tem se mostrado presente e ativo não apenas na produção de conteúdo técnico, mas também na construção de pontes com outras entidades e na articulação institucional com os altos círculos da República. “O SINPROFAZ veste a camisa das causas que abraça”, afirmou ela, reiterando que toda ação do Sindicato é previamente estudada por profissionais da área parlamentar, garantindo solidez técnica e maturidade institucional.



Papel do SINPROFAZ na consolidação de conquistas institucionais

A história legislativa do SINPROFAZ é, em si, uma expressão de maturidade institucional. Cada avanço normativo obtido, cada prerrogativa preservada, cada pauta consolidada ao longo desses 35 anos carrega a marca de uma entidade que compreendeu, com nitidez, o seu papel na defesa não apenas da categoria, mas da Advocacia Pública como função de Estado.

A atuação legislativa, como fio condutor desta trajetória, não se revelou apenas como instrumento de proteção funcional. Ela se constituiu como vetor de afirmação política, de valorização institucional e de construção de um projeto duradouro de fortalecimento da carreira de PFN. Um projeto ancorado na técnica, na ética, no diálogo e no compromisso com o interesse público.



O legado do SINPROFAZ não se mede apenas pelas conquistas formais, embora estas sejam expressivas: a Lei Orgânica da Advocacia Pública, a ampliação do quadro da carreira, o reconhecimento dos honorários sucumbenciais, a criação do Conselho Curador, a inviolabilidade funcional do advogado público, a exclusividade na transação tributária. Medem-se, sobretudo, pela forma como essas vitórias foram alcançadas — por meio de estratégia, coerência e respeito institucional.

“É um Sindicato que tem resultados objetivos a apresentar”, afirmou o consultor parlamentar Antônio Augusto de Queiroz. “Conseguiu conquistas que poucas entidades sindicais alcançaram no Brasil. E não apenas em termos materiais, mas em reconhecimento institucional, estrutura normativa e projeção da carreira que representa.”

Esse reconhecimento não é casual. Ele é fruto de um modelo de atuação que soube se posicionar com firmeza quando necessário, mas que também soube compor, negociar e construir soluções sustentáveis. Um modelo que resistiu às ofensivas neoliberais dos anos 1990, aos ciclos de contenção fiscal, às reformas estruturais que ameaçavam direitos consolidados, e que manteve coesa sua missão institucional mesmo diante das alternâncias políticas no comando do país.

“O Sindicato sempre se pautou por valores republicanos, por uma visão de Estado e por um compromisso com o equilíbrio institucional. Nunca se alinhou a movimentos radicais, nem comprometeu sua reputação por ganhos imediatistas”, enfatizou o consultor. “Esse perfil fez com que o SINPROFAZ se tornasse referência no campo da representação sindical pública.”

Mais do que um agente de reivindicação, o Sindicato tornou-se um arquiteto de consensos. Com atuação técnica e institucionalmente responsável, elevou o padrão da representação sindical e demonstrou que é possível construir vitórias sustentáveis mesmo em ambientes adversos — desde que se compreenda a política como espaço de construção e não de ruptura.

Ao completar 35 anos, o SINPROFAZ apresenta à sua base e ao país um legado consistente, estruturado e digno de reconhecimento. Um legado que projeta a carreira de PFN para além dos muros corporativos, conferindo-lhe o papel que de fato exerce: o de guardião da justiça fiscal, da responsabilidade tributária e da legalidade republicana.

Seus avanços, sua postura institucional e sua capacidade de influência normativa permanecem como exemplo de atuação sindical madura, responsável e comprometida com os valores que sustentam o Estado Democrático de Direito.





Fortalecimento da reputação

A comunicação e a construção da reputação institucional do SINPROFAZ

A comunicação institucional, outrora considerada um recurso secundário, hoje se estabelece como um dos pilares centrais da identidade e da legitimidade das organizações representativas. No âmbito sindical, essa evolução se manifesta de maneira ainda mais evidente, na medida em que a disputa pelo reconhecimento da categoria, pela visibilidade de suas pautas e pela construção de uma reputação sólida se dá, em grande parte, na esfera discursiva.

O SINPROFAZ, atento a essa realidade, estruturou sua comunicação como vetor estratégico de influência, consolidando sua voz em um cenário onde a presença institucional se torna imperativa. Já não basta atuar nos bastidores ou nos corredores do poder; é preciso narrar a própria trajetória, dar forma ao discurso e se fazer compreender pela sociedade e pelos atores institucionais.

A comunicação, longe de ser mero instrumento de difusão de informações, tornou-se o próprio espaço de afirmação do Sindicato. Ela não apenas registra, mas também interpreta e projeta a atuação

institucional, conferindo-lhe densidade simbólica e permanência histórica. A narrativa construída não é casual ou despreziosa: é um processo intencional, moldado pela necessidade de traduzir para diferentes públicos a essência e a relevância da atuação do SINPROFAZ.

A comunicação como identidade e projeção institucional

Na sociedade contemporânea, caracterizada por fluxos informacionais ininterruptos e por um ambiente de hiperconectividade, a ausência de comunicação equivale à invisibilidade. Se, no passado, um sindicato poderia atuar de forma mais restrita, dialogando prioritariamente com seus filiados e interlocutores institucionais, hoje essa abordagem se revela insuficiente. O SINPROFAZ compreendeu, com precisão estratégica, que sua comunicação deveria ultrapassar os limites da comunicação interna e dialogar também com a opinião pública, ampliando a compreensão sobre a importância da Procuradoria da Fazenda Nacional para o país.

Nesse contexto, a comunicação se apresenta como a ferramenta que transforma pautas institucionais em narrativas acessíveis, capazes de sensibilizar não apenas aqueles que já estão familiarizados

Capítulo 5

com a atuação do Sindicato, mas também a sociedade como um todo. A reputação de uma instituição não é apenas o reflexo de suas ações, mas da forma como essas ações são percebidas e interpretadas por diferentes públicos.

O SINPROFAZ, ao investir em uma comunicação estruturada e qualificada, não apenas fortalece sua imagem institucional, mas também protege seu espaço de atuação, evitando que narrativas externas definam sua identidade de forma imprecisa ou parcial. O silêncio, no contexto atual, é um risco que nenhuma entidade representativa pode se permitir.

A comunicação sindical, portanto, não é um complemento à atuação política e institucional — ela é parte fundamental dessa atuação. Mais do que transmitir mensagens, trata-se de construir uma presença institucional sólida, articulada e estrategicamente posicionada nos diversos espaços de debate e decisão.

Revista “Justiça Fiscal”: a sofisticação do pensamento institucional

Dentre as ferramentas de maior impacto na comunicação institucional do SINPROFAZ, a revista “Justiça Fiscal” se destaca como um marco na história do Sindicato. Criada durante a gestão do então presidente João Carlos Souto, a revista nasceu de uma compreensão sofisticada sobre o papel da comunicação na construção da identidade institucional.

A concepção da publicação extrapolou a lógica informativa tradicional. Mais do que um veículo para divulgar ações sindicais, a “Justiça Fiscal” se consolidou como um espaço de pensamento crítico, de reflexão acadêmica e de produção intelectual qualificada, elevando o patamar da comunicação institucional do SINPROFAZ.

“Eu tenho muito orgulho, muita satisfação de dizer: eu criei a revista ‘Justiça Fiscal’”, afirma João Carlos Souto. Sob sua liderança, a publicação foi concebida como um instrumento de projeção, não apenas da atuação sindical, mas da própria Procuradoria da Fazenda Nacional como categoria essencial ao equilíbrio fiscal do país.

A revista inovou ao incorporar seções dedicadas à cultura, ao pensamento jurídico e à análise aprofundada das grandes questões nacionais. Ao fazê-lo, revelou uma compreensão refinada sobre a comunicação institucional: não se trata apenas de transmitir informações, mas de construir um imaginário simbólico que posicione a entidade como referência em seu campo de atuação.

Com um projeto editorial sofisticado e uma curadoria rigorosa de conteúdo, a “Justiça Fiscal” consolidou-se como uma publicação de referência, dialogando com acadêmicos, operadores do Direito e tomadores de decisão nos Três Poderes. Mais do que uma revista, tornou-se um testemunho da solidez intelectual e da relevância política do SINPROFAZ.

A permanência da publicação ao longo dos anos confirma a assertividade dessa visão. Em um cenário onde muitas iniciativas comunicacionais se perdem na efemeridade do digital, a “Justiça Fiscal” representa um compromisso com a memória institucional e com a longevidade discursiva da entidade.

A modernização da comunicação institucional

O avanço tecnológico e a proliferação das mídias digitais impuseram novos desafios e oportunidades para a comunicação institucional. O SINPROFAZ, acompanhando essa transformação, implementou uma série de iniciativas para ampliar sua presença digital, aproximar-se de seus filiados e fortalecer sua interlocução com a sociedade.

Dentre essas iniciativas, destaca-se a criação do grupo “Informes”, um canal exclusivo de comunicação direta entre o Sindicato e os procuradores. Diferente dos tradicionais grupos de mensagens, esse espaço funciona como um mural institucional, onde são divulgadas, de forma objetiva e organizada, as principais atualizações sobre a atuação do SINPROFAZ.

“Criamos o grupo Informes, que considero um grupo muito importante, porque nele colocamos as notícias. Não é um grupo de troca de mensagens, mas sim um canal em que o Sindicato publica informações e os filiados acompanham os temas em andamento”, destaca a presidente.

Além disso, a entidade estruturou grupos segmentados para atender demandas específicas, como o grupo dos aposentados, que busca manter o vínculo institucional e assegurar que aqueles que já deixaram o serviço ativo continuem conectados às pautas sindicais.

Esse movimento de modernização reflete uma compreensão ampliada da comunicação: ela não se limita à transmissão de informações, mas se estrutura como um mecanismo de coesão interna, de transparência institucional e de fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Cada estado passou a contar com grupos específicos de discussão, nos quais os delegados regionais



exercem um papel essencial como intermediadores entre a base e a diretoria nacional. Essa descentralização da comunicação não apenas dinamiza o fluxo de informações, mas reforça a legitimidade das decisões institucionais, garantindo que os anseios da categoria sejam considerados na formulação das estratégias sindicais.

A comunicação como ferramenta de unidade e influência

A comunicação institucional do SINPROFAZ não se restringe à esfera interna. Sua presença digital, suas campanhas institucionais e seus projetos de visibilidade pública desempenham um papel essencial na construção da imagem do Sindicato perante a sociedade e os poderes constituídos.

A capilaridade da informação, a clareza do discurso e a sofisticação da mensagem são os pilares que sustentam a atuação comunicacional do Sindicato. Em tempos de desinformação e de disputas narrativas, a comunicação qualificada se torna não apenas um diferencial competitivo, mas um fator determinante para a consolidação da reputação institucional.

Ao investir na comunicação como estratégia, o SINPROFAZ reafirma seu compromisso com a transparência, com a valorização da carreira dos PFNs e com a defesa intransigente da justiça fiscal.

Reputação: o capital simbólico da institucionalidade

A reputação institucional, no seio das organizações representativas, não se edifica ao acaso. É fruto de um trabalho contínuo, silencioso e profundamente estratégico, no qual a comunicação ocupa lugar de destaque. Não há solidez institucional que prescindia de imagem — e não há imagem que subsista sem discurso.

O SINPROFAZ compreendeu, com rara lucidez, que a reputação da entidade não se limita ao acervo de conquistas formais. Ela se enraíza no modo como essas conquistas são comunicadas, percebidas e simbolicamente interpretadas. Trata-se, portanto, de um capital simbólico que se acumula com o tempo, mas que também pode se fragilizar se não for sustentado por uma narrativa coesa, coerente e refinada.

A comunicação, nesse sentido, funciona como lastro reputacional. É ela quem costura os fios da memória institucional, conecta o passado ao presente e projeta o futuro com legitimidade. A cada pronunciamento oficial, a cada campanha, a cada editorial, a entidade reafirma sua identidade diante dos públicos interno e externo — e reforça, com elegância e autoridade, o valor de sua missão pública.

A estética da linguagem e o *ethos* institucional

Mais do que o que se diz, importa como se diz. A linguagem adotada pela comunicação institucional é, por si só, um marcador identitário. O cuidado com o tom, o vocabulário, a estrutura e a estética do discurso revela o *ethos* de uma entidade: sua postura diante do mundo, sua compreensão do papel que ocupa, sua disposição para o diálogo qualificado.

No caso do SINPROFAZ, a comunicação nunca se reduziu ao pragmatismo informativo. Ao contrário, sempre buscou imprimir à sua linguagem uma dimensão estética, refinada e simbólica — não por vaidade, mas por convicção de que a forma, quando bem cuidada, fortalece o conteúdo.

A escolha das palavras, o equilíbrio entre tecnicidade e acessibilidade, a construção de textos com fluidez e rigor: tudo isso compõe uma identidade discursiva que contribui para a imagem de uma

entidade séria, articulada, moderna e socialmente engajada.

O discurso institucional, ao ser tratado com primor, reflete uma organização que respeita seus interlocutores e que compreende a comunicação como um bem público. O SINPROFAZ fez dessa escolha uma marca — e, por isso, consolidou-se como uma das entidades sindicais mais respeitadas do país.

A comunicação como estratégia de pertencimento

Nenhuma instituição sobrevive à indiferença dos seus. A força de um sindicato reside, antes de tudo, na adesão de sua base, no sentimento de pertencimento que une os indivíduos em torno de uma causa comum. E é justamente a comunicação que nutre esse elo invisível, mas decisivo, entre o coletivo e o individual.

O SINPROFAZ, ciente da importância dessa ligação simbólica, estruturou sua comunicação de modo a não apenas informar, mas acolher. A palavra, neste contexto, ganha função integradora: aproxima o filiado da instituição, valoriza sua contribuição, reconhece sua trajetória.

Cada mensagem dirigida à base é, na verdade, um gesto político de valorização. Cada boletim, cada informe, cada nota oficial é um convite à permanência, um lembrete sutil de que o Sindicato não é uma abstração burocrática, mas um organismo vivo, pulsante, moldado por histórias individuais que se encontram no propósito coletivo.

Nesse aspecto, a comunicação institucional ultrapassa a função informativa e se revela também como cuidado simbólico. Cultiva laços, reafirma vínculos, humaniza a estrutura sindical. Trata-se de um esforço contínuo para manter acesa a

chama da identidade profissional — não como mera formalidade, mas como exercício cotidiano de pertencimento.

Narrar para existir: a batalha simbólica da contemporaneidade

Vivemos tempos em que as instituições não competem apenas por resultados, mas por narrativas. A história que se conta — e como se conta — influencia diretamente o lugar que uma entidade ocupa no imaginário coletivo. Nesse novo território, a comunicação institucional se converte em trincheira simbólica.

O SINPROFAZ, ao longo de sua trajetória, compreendeu que não basta exercer bem sua função: é preciso torná-la visível, inteligível e socialmente reconhecida. A comunicação, nesse cenário, é uma forma de existência. O sindicato que não narra a si mesmo abre espaço para que outros o façam — e nem sempre com fidelidade à verdade dos fatos.

A palavra mal colocada, a ausência de discurso, o silêncio estratégico que se estende além do necessário: todos esses elementos podem fragilizar uma entidade. Por isso, o investimento comunicacional do SINPROFAZ não se limitou à estética visual ou ao uso de tecnologias — ele se concentrou, acima de tudo, na construção de um discurso robusto, ético, preciso e coerente.

Esse discurso, por sua vez, se desdobra em múltiplas frentes: no diálogo com os filiados, na interlocução com o Parlamento, na relação com a imprensa, na presença digital, nos espaços editoriais, nos debates acadêmicos. Em cada um desses ambientes, o Sindicato reafirma sua identidade e projeta sua visão de país.



Memória discursiva como patrimônio institucional

A comunicação também tem a função de arquivar o tempo. Cada nota, cada publicação, cada edição da revista “Justiça Fiscal” representa um fragmento do percurso histórico da entidade. São registros que, no futuro, servirão não apenas como documentos, mas como testemunhos de uma trajetória construída com firmeza, inteligência e propósito.

Ao preservar sua memória discursiva, o SINPROFAZ reafirma o valor de sua história. Trata-se de consciência estratégica. A memória é o fio que assegura coerência entre o que se foi, o que se é e o que se pretende ser.

E, nesse sentido, a comunicação não é apenas transmissora de mensagens: é guardiã de legado. Cada linha escrita com responsabilidade institucional carrega, em si, uma semente de permanência.

Instrumentos de comunicação institucional: fortalecimento da presença e da autoridade do SINPROFAZ

A comunicação institucional do SINPROFAZ consolidou-se como um sistema estruturado, multifacetado e permanentemente alinhado às diretrizes estratégicas da entidade. Não se trata de ações pontuais ou iniciativas isoladas, mas de um ecossistema informacional pensado para garantir coerência, capilaridade e autoridade comunicacional.

Nesse processo de consolidação, destaca-se a organização dos canais oficiais de informação: site institucional, perfis em redes sociais, publicações digitais e impressas, grupos segmentados de comunicação direta com os filiados e informativos

estratégicos. Cada canal foi concebido com finalidade específica, a fim de otimizar o alcance das mensagens e adequá-las aos públicos-alvo com eficiência e precisão.

O site institucional, por exemplo, representa a plataforma central de acesso às informações de interesse da categoria e da sociedade. Atualizado com regularidade, reúne pautas legislativas, comunicados oficiais, notas técnicas, posicionamentos institucionais e registros das atividades realizadas pela diretoria. Sua função não é meramente informativa, mas também representativa: ao oferecer conteúdo qualificado, o site reforça a autoridade institucional do SINPROFAZ e projeta sua atuação para além da base sindical.

Nas redes sociais, a atuação segue parâmetros igualmente técnicos e bem definidos. Cada postagem, cada conteúdo audiovisual, cada boletim digital está alinhado à missão institucional e às diretrizes estratégicas da entidade. A linguagem adotada, embora adaptada aos formatos e às dinâmicas dos meios digitais, preserva o rigor e o compromisso com a seriedade que caracterizam o SINPROFAZ. Não se trata de presença digital pelo simples imperativo da modernidade, mas de ocupação responsável e estratégica de espaços de comunicação pública.

As campanhas institucionais — sejam elas voltadas à valorização da carreira, à defesa da justiça fiscal ou ao fortalecimento das prerrogativas da categoria — representam, por sua vez, um instrumento fundamental de projeção da identidade institucional. Cada campanha desenvolvida parte de um diagnóstico técnico, orientado por objetivos claros e acompanhado de avaliação de impacto. A comunicação, nesse caso, cumpre papel de suporte direto à atuação política e institucional do Sindicato, contribuindo para a mobilização da base e o convencimento dos interlocutores externos.

Também merece destaque a produção audiovisual institucional, que tem se revelado um recurso valioso para a difusão de mensagens estratégicas. Com roteiros bem delineados, linguagem técnica acessível e abordagem coerente com os valores da entidade, os vídeos institucionais agregam valor à imagem pública do SINPROFAZ e ampliam a capacidade de diálogo com a sociedade e com os atores decisórios.

A construção dessa arquitetura comunicacional representa uma decisão estratégica de longo prazo, que assegura ao SINPROFAZ uma presença sólida, respeitada e tecnicamente qualificada nos diversos espaços públicos. Ao sistematizar e profissionalizar sua comunicação, o Sindicato fortalece não apenas sua capacidade de informar, mas sobretudo sua autoridade institucional perante a opinião pública e os fóruns de poder.

A comunicação institucional como instrumento de interlocução estratégica com os Poderes da República

A comunicação do SINPROFAZ não se restringe ao diálogo com sua base sindical ou à interação com o público em geral. Uma de suas funções centrais, no cenário contemporâneo, é servir como ponte direta entre a entidade e os centros decisórios da República. Nesse sentido, ela opera como ferramenta técnica de articulação institucional e política, respaldando a atuação junto ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo e às Cortes Superiores do Judiciário.

No Parlamento, a comunicação exerce papel de apoio essencial à atuação legislativa do Sindicato. A produção de conteúdos técnicos, notas públicas, relatórios analíticos e materiais explicativos direcionados a deputados, senadores e



assessores parlamentares é parte de uma estratégia estruturada de convencimento e posicionamento institucional. Os temas de interesse da carreira, especialmente aqueles ligados à justiça fiscal, à atuação da Procuradoria da Fazenda Nacional e à valorização do serviço público, são traduzidos em linguagem clara, fundamentada e objetiva, de modo a qualificar o debate e conferir densidade ao pleito sindical.

A construção dessa interlocução exige mais do que presença física em audiências ou reuniões: requer capacidade de transmitir, com consistência, os fundamentos da pauta e sua relevância social. Por isso, o SINPROFAZ prioriza uma comunicação assertiva, tecnicamente fundamentada e estrategicamente direcionada aos interlocutores parlamentares.

No relacionamento com o Poder Executivo, a comunicação institucional também desempenha papel crucial. A construção de documentos oficiais, memoriais, cartas abertas e manifestações técnicas faz parte do esforço de consolidação da imagem do SINPROFAZ como entidade qualificada, responsável e comprometida com os pilares da justiça fiscal. A comunicação institucional, nesses casos, cumpre dupla função: viabiliza o diálogo com autoridades e órgãos da administração pública, ao mesmo tempo em que fortalece a percepção de seriedade e capacidade técnica do Sindicato.

No âmbito do Judiciário, a comunicação do SINPROFAZ mantém um padrão de sobriedade e rigor. A atuação junto às Cortes Superiores se dá, majoritariamente, por meio da produção de materiais analíticos, pareceres e manifestações públicas que reforçam o compromisso da entidade com a legalidade, a ordem constitucional e a defesa da sociedade. A comunicação, mais uma vez, atua como instrumento de projeção da institucionalidade da entidade, reafirmando o papel estratégico da carreira dos PFNs.

A consistência desses movimentos comunicacionais contribui para que o SINPROFAZ seja reconhecido como interlocutor legítimo e relevante nos altos círculos da República. A credibilidade institucional é, em grande parte, resultado dessa comunicação estruturada, técnica e responsável — que posiciona a entidade não apenas como representante de uma categoria, mas como voz qualificada na defesa do interesse público.

A consolidação da identidade institucional por meio da comunicação estratégica

A consolidação da identidade institucional de uma entidade representativa não ocorre por simples efeito da repetição de discursos ou da visibilidade eventual. Ela decorre de um trabalho sistemático, contínuo e qualificado, no qual a comunicação ocupa papel central como instrumento de alinhamento interno, projeção externa e sustentação da autoridade simbólica da organização.

O SINPROFAZ, ao longo de sua trajetória, soube compreender e aplicar essa lógica com notável competência. Sua comunicação não é acessória, tampouco improvisada: é pensada, estruturada e executada como eixo estratégico de fortalecimento institucional. Cada iniciativa comunicacional parte de um propósito claro: contribuir para a valorização da carreira dos PFNs, defender os pilares da justiça fiscal, preservar a memória da instituição e ampliar sua capacidade de incidência nos espaços decisórios do país.

Nesse sentido, a comunicação não apenas expressa o que o SINPROFAZ faz — ela afirma o que o SINPROFAZ é. Ela traduz sua missão, reforça seus valores, alinha suas ações à percepção pública e projeta seu papel na sociedade. É por meio da comunicação que a entidade constrói coesão interna,

legítima suas pautas, responde com agilidade a cenários adversos, ocupa espaços estratégicos e qualifica seu posicionamento institucional.

As ferramentas utilizadas ao longo dos anos — desde a criação da revista “Justiça Fiscal” até a incorporação de canais digitais modernos e mecanismos de diálogo direto com a base — demonstram um amadurecimento comunicacional que posiciona o SINPROFAZ entre as entidades sindicais mais bem organizadas em termos de comunicação institucional.

A comunicação estruturada, estratégica e tecnicamente orientada tornou-se, no SINPROFAZ, um diferencial competitivo e um elemento de sustentabilidade da sua atuação. Ela garante previsibilidade, assegura coerência e confere à entidade um grau elevado de respeitabilidade e influência.

Ao reconhecer a comunicação como valor institucional, o SINPROFAZ reafirma seu compromisso com a transparência, com a integridade do discurso público e com a excelência na representação dos interesses da carreira. A entidade se posiciona, assim, como referência não apenas na defesa corporativa, mas na construção de uma atuação sindical moderna, eficiente e comprometida com o aprimoramento do Estado brasileiro.

Esse processo contínuo de qualificação da comunicação não se encerra — ao contrário, renova-se a cada ciclo de gestão, a cada desafio institucional, a cada nova conjuntura política. E é justamente essa capacidade de adaptação, sem abrir mão da coerência, que garante ao SINPROFAZ uma identidade institucional robusta, respeitada e em permanente evolução.





Sonegômetro, a plataforma de diálogo social

Há uma linha invisível entre o que o cidadão paga e aquilo que o Estado devolve. Entre impostos e políticas públicas, há um campo fértil para a construção — ou a erosão — da justiça social. É justamente nesse território sensível que se insere o conceito de justiça fiscal, uma das bandeiras mais simbólicas da atuação do SINPROFAZ ao longo de sua história.

A campanha “Justiça Fiscal”, criada pelo SINPROFAZ, em parceria com a agência de comunicação Oficina Consultoria, nasceu da compreensão profunda de que o combate à desigualdade não se faz apenas com políticas redistributivas, mas com consciência cidadã, transparência tributária e enfrentamento direto àquilo que corrói as finanças públicas em silêncio: a sonegação.

O Brasil é um país onde a carga tributária recai, em grande parte, sobre o consumo — penalizando quem ganha menos e beneficiando quem ganha mais. Mas essa não é a única distorção estrutural do sistema. A maior delas talvez seja a invisibilidade da sonegação fiscal — um fenômeno que drena recursos vitais e alimenta a perpetuação das desigualdades.

Segundo estudo coordenado pelo próprio SINPROFAZ, citado em artigo publicado no portal Consultor Jurídico pelo procurador Allan Titonelli, a sonegação no Brasil alcança valores equivalentes a

10% do Produto Interno Bruto (PIB). O dado é estardalhaçador: mais de R\$ 500 bilhões deixavam de ser arrecadados anualmente — valor suficiente para transformar a realidade da educação, da saúde, da infraestrutura e da seguridade social do país.

“Enquanto se aponta o dedo para a carga tributária, pouco se fala sobre os que deliberadamente se escondem dela”, afirma o procurador. E é a partir desse silêncio histórico que o SINPROFAZ decidiu erguer voz, provocar reflexão e construir uma ponte entre o discurso técnico e a sensibilidade coletiva.

Foi nesse contexto que surgiu o Sonegômetro — uma ferramenta simbólica e educativa, criada como contraponto direto ao já conhecido Impostômetro. Se este último contabiliza o quanto o cidadão paga, o Sonegômetro escancara o quanto o país perde. É a face oculta da arrecadação: aquela que nunca chega ao orçamento público, mas cuja ausência se faz sentir nas filas do SUS, nas escolas sem estrutura, nas estradas abandonadas.

O Sonegômetro, como explicou o procurador Allan, não foi um projeto isolado. Ele nasceu como desdobramento natural da campanha “Justiça Fiscal” e tornou-se um ícone da denúncia qualificada. Mais do que um marcador de cifras, tornou-se um símbolo de transparência, um instrumento de educação fiscal e um convite ao debate público.

“O Sonegômetro mostrou que, por trás de cada bilhão sonegado, há ambulâncias que não foram compradas, medicamentos que não chegaram, bolsas que não foram pagas. Ele deu rosto humano ao número frio”, destacou o procurador.

Com base em estudos técnicos produzidos pelo Sindicato e validados por especialistas, o Sonegômetro passou a ser atualizado continuamente, projetando em tempo real o rombo deixado pela evasão fiscal. E foi justamente essa abordagem — técnica e simbólica — que deu força à campanha, alcançando ampla repercussão na imprensa, nas universidades e nos círculos legislativos.

Na visão da CEO da Oficina Consultoria, Liliane Pinheiro, uma das idealizadoras da campanha do Sonegômetro, o sucesso do projeto é resultado da postura da carreira de mostrar o resultado do seu trabalho e de se abrir para o diálogo transparente. “O fato de termos também criado uma ação de impacto, com painéis enormes pelas capitais, trouxe relevância, visibilidade e conteúdo para a imprensa”, detalhou. Liliane lembrou que o SINPROFAZ investiu em estudos técnicos tributários para oferecer dados periódicos e assim manter a pauta sempre relevante para os veículos de comunicação.

Outra atitude inovadora que ampliou a visibilidade, de acordo com Liliane Pinheiro, foi a regionalização da campanha. “Fizemos ações regionais também, com recortes específicos de dados. Assim conseguimos atingir um público ainda maior”, contou.

Mas a história não parou aí. A força mobilizadora da campanha “Justiça Fiscal” desdobrou-se em outras iniciativas igualmente marcantes — como o projeto “Quanto Custa o Brasil para Você?”, lançado na gestão do próprio procurador Allan. Essa nova fase do movimento buscou aprofundar o diálogo com a sociedade, criando uma narrativa ainda mais acessível, concreta e sensível sobre o impacto da sonegação.

A campanha “Justiça Fiscal”, idealizada e estruturada pelo SINPROFAZ, revelou-se mais do que uma proposta institucional — tornou-se uma plataforma de transformação social, um território de diálogo entre o jurídico e o cotidiano, entre o fiscal e o humano.

Foi nesse mesmo espírito que nasceu o projeto “Quanto Custa o Brasil para Você?”, uma das faces mais sensíveis e comunicativas da campanha. Concebido como um prolongamento conceitual do Sonegômetro, o projeto buscou traduzir, em linguagem acessível e impactante, o que a ausência de recursos públicos significa na vida concreta da população.

Com forte apelo visual, narrativo e educativo, a iniciativa propunha uma reflexão direta: se bilhões deixam de ser arrecadados anualmente por conta da sonegação, quanto exatamente isso custa para cada brasileiro? Quais serviços deixam de existir, quais direitos deixam de ser garantidos, quais vidas deixam de ser amparadas?

“O que a campanha fez foi trazer o problema para o centro da sala”, resume o procurador Allan Titonelli Nunes. “Mostramos que a sonegação não é um problema distante — ela está no cotidiano de quem precisa de atendimento médico, de transporte público, de creches, de segurança. É uma injustiça silenciosa que se torna visível quando é quantificada.”

A proposta do projeto não era apenas denunciar, mas traduzir com empatia o efeito sistêmico da evasão fiscal. As peças publicitárias associavam valores sonegados a bens e serviços concretos: tantos bilhões equivalem a tantas ambulâncias, a tantos hospitais, a tantas escolas com infraestrutura adequada. Essa linguagem tangível aproximou o tema da população, levando a justiça fiscal para além dos gabinetes — diretamente para a rua, para a imprensa, para o debate público.

A campanha teve como base estudos técnicos aprofundados, como os conduzidos pelo próprio

Allan Titonelli Nunes, que inclusive publicou artigo no portal Consultor Jurídico intitulado “Sonegação alcança 10% do PIB, segundo estudo do SINPROFAZ”. No artigo, ele revela com precisão os impactos da sonegação sobre o Estado brasileiro, indicando que o volume evadido supera, em larga escala, os prejuízos causados pela corrupção — ainda que esta ocupe com mais frequência o noticiário.

“Durante anos, o foco público esteve na corrupção — e com razão. Mas o impacto da sonegação é ainda maior. Ela suga, silenciosamente, os recursos que deveriam ser do povo. E o Sonegômetro trouxe essa realidade à luz”, afirma.

Segundo os dados apresentados no estudo, enquanto as perdas com corrupção giravam em torno de R\$ 80 bilhões por ano, a sonegação superava a casa dos R\$ 500 bilhões — podendo ultrapassar os R\$ 700 bilhões, conforme a atualização dos dados. Isso significa que, em termos proporcionais, a evasão fiscal retira do país quase dez vezes mais recursos do que os escândalos de corrupção investigados no período.

Esse dado, por si só, reconfigurou a percepção pública sobre a natureza da crise fiscal brasileira. A campanha Justiça Fiscal ajudou a virar a chave — mostrando que a discussão sobre tributos não deve se limitar ao “quanto se paga”, mas deve incluir o “quanto se perde” e “quem paga menos do que deveria”.

A força da campanha “Justiça Fiscal” não residia apenas nos números. Residia, sobretudo, em sua capacidade de comunicar com precisão e sensibilidade. O SINPROFAZ compreendeu, desde o início, que para que o discurso técnico ganhasse alcance social, era necessário construir pontes narrativas, tornar o discurso fiscal compreensível, palpável, próximo da realidade de cada cidadão.

Nesse sentido, a comunicação institucional desempenhou papel estratégico. Por meio de linguagem clara, visualmente atraente e socialmente envolvente, a campanha alcançou espaços antes inexplorados. O Sonegômetro passou a ser citado em veículos de imprensa, em debates parlamentares, em rodas de conversa nas universidades e até em salas de aula do ensino médio, onde professores passaram a utilizá-lo como recurso pedagógico.

“Foi uma forma de devolver o tema tributário à sociedade”, lembra Allan Titonelli Nunes. “A sonegação deixou de ser uma abstração técnica para se tornar uma pauta cidadã.”

O êxito da iniciativa foi reconhecido nacionalmente. O Sonegômetro e o projeto “Quanto Custa o Brasil para Você?” foram finalistas do Prêmio Aberje, referência em comunicação institucional no Brasil, e receberam menções em premiações voltadas à inovação e educação fiscal. Outra ação paralela, o aplicativo “Na Real”, criado ainda antes da regulamentação da lei de transparência tributária, também teve papel relevante ao permitir que o cidadão identificasse, em tempo real, qual o percentual de tributos embutido em cada produto ou serviço.

O impacto dessas ações foi tão expressivo que o SINPROFAZ se tornou referência nacional em educação fiscal, influenciando diretamente a construção de políticas públicas voltadas à transparência tributária. De forma concreta, os estudos e iniciativas do Sindicato ajudaram a consolidar o entendimento de que justiça fiscal não é apenas uma bandeira técnica — é uma necessidade ética, social e civilizatória.

E, ao longo dessa trajetória, foi possível consolidar um princípio que hoje ecoa com força nas instituições e na sociedade: a justiça fiscal é uma porta aberta para a justiça social.



Liliane Pinheiro
CEO da Oficina Consultoria

Governo já perdeu neste ano R\$ 135 bilhões com sonegação

Sonegômetro, placar on-line de procuradores, será lançado hoje

CRISTIANE BORGARELLI
crisb@globo.com

Alerta - Chega a R\$ 135 bilhões a perda estimada do governo brasileiro com a sonegação de impostos e contribuições de empresas e cidadãos nos primeiros cinco meses do ano. Os cálculos são do Sonegômetro, placar on-line de sonegação fiscal no Brasil que será lançado hoje pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Por esses cálculos, em média, R\$ 894 milhões por dia deixaram de entrar nos cofres públicos dos governos federal, estaduais e municipais devido a fraudes como a não entrega de notas fiscais e a elaboração artificial de gastos em declarações de Imposto de Renda.

Por essas contas, a medida, que faz o cálculo com base em um conjunto de indicadores de sonegação fiscal e em dados da própria Receita Federal, o valor perdido de janeiro a maio seria suficiente para construir 120,7 mil quilômetros de estradas asfaltadas. Também poderia ser utilizada para pagar o benefício básico do programa Bolsa Família (de R\$ 70) para 190,7 mil pessoas ao longo de 12 meses, estima o sindicato. Mantida a média atual, no fim do ano, o valor sonegado chegará a R\$ 324 bilhões.

REPÓRTER TRIBUNÁRIO
O presidente do sindicato, Allan Tizenoff, explicou que a criação da ferramenta online (www.sonegometro.com) busca estimular o controle à sonegação e esclarecer sobre a necessidade de uma reforma tributária no país. Ele destacou

que, na medida em que a cobrança de tributos é alta, sem prestação de serviços à altura como contrapartida, a população entrega os tributos de forma passiva e, muitas vezes, por meio de fraudes. A carga tributária paga pelo brasileiro hoje recorde e somou 36,27% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, chegando a R\$ 1,59 trilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Em uma década, o acréscimo na carga foi de 3,63 pontos percentuais. Os tributos federais responderam por 69,96% do total; os estaduais, por 24,71% e os municipais, por 5,33%. Na semana passada, o IBPT divulgou que, este ano, o brasileiro precisa trabalhar 150 dias, praticamente os cinco primeiros meses de 2013, somente para pagar impostos, taxas e contribuições.



'Sonegômetro' ajudará a monitorar impostos que não são arrecadados

Desde o início do ano, o país deixou de arrecadar R\$ 176 bilhões. Nesta quarta-feira (5), "Sonegômetro" vai ser lançado oficialmente.



O projeto foi inspirado no "Impostômetro", criado pela Associação Comercial de São Paulo, que aponta o quanto pagamos de imposto. O "Sonegômetro" mostra o outro lado. A estimativa é de que a sonegação corresponda a 20% do que é arrecadado.

Nesta quarta-feira (5), o "Sonegômetro" vai ser lançado oficialmente em Brasília. Os dados serão exibidos em um painel eletrônico instalado em um veículo que vai circular pela Esplanada dos Ministérios.

"A gente entende que há um círculo vicioso. A alta carga tributária acaba ensejando um elevado índice de sonegação. Na medida em que nós fortalecemos esse combate à sonegação, vamos exigir que se faça uma transferência dessa diminuição da sonegação para haver a diminuição da carga tributária", afirma Allan Tizenoff, presidente do Sinprofaz.

Sabe mais
Leia outras reportagens do Jornal da Globo

Clique e conheça a nova campanha publicitária.

Seus amigos no G1
Conecte-se com Facebook

Jornal da Globo

Relatório da ONU indica que desigualdade cresce no mundo

Reunião entre Índia e governo sobre Tula

Turista alemão fala após ser baleado em nível de Rio de Janeiro

Tenores teatrais com locutores



Brasil deixa de arrecadar R\$ 415 bilhões ao ano por sonegação

Valor estimado pelo Sinprofaz é maior que toda a arrecadação em 2011 de Imposto de Renda ou de tributos sobre folha de pagamento e salários

NOVÍCIAS A+ A- Enviar Recomendar Compartilhar 1 8+1 Tweet 206

Renan Camara, de Agência Estado
SÃO PAULO - Sonegar imposto é crime e custa caro ao Brasil: R\$ 415 bilhões. O valor se refere ao que o País deixa de arrecadar por ano com a evasão fiscal, de acordo com estudo divulgado nesta quarta-feira, 5, pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O Sindicato informa ainda que o valor estimado de



BRASIL DEIXA DE ARRECADAR R\$ 415 BILHÕES AO ANO POR SONEGAÇÃO

ARRECADADO BRASILEIRO PODERIA SER 25% MAIOR SE FOSSE ELIMINADA A EVASÃO FISCAL, SEGUNDO ESTUDO FEITO PELO SINPROFAZ

Twitter 1 | Email 2 | 1+1 11 | Stora 1 | 1



CALCULO DO IMPOSTO DE RENDA (FOTO: SHUTTERSTOCK)

Sonegar imposto é crime e custa caro ao Brasil: R\$ 415 bilhões. O valor se refere ao que o país deixa de arrecadar por ano com a evasão fiscal, de acordo com estudo divulgado nesta quarta-feira, 5, pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O Sindicato informa ainda que o valor estimado de sonegação tributária é superior a tudo que foi arrecadado em 2011 de Imposto de Renda (R\$ 278,3 bilhões) ou de tributos sobre folha e salários (R\$ 376,8 bilhões). É o mesmo da metade do que foi tributado sobre bens e serviços (R\$ 720,1 bilhões).

De acordo com o Sinprofaz, a arrecadação brasileira poderia ser 23% maior se fosse

Sonegação de impostos é de R\$ 349 bi

Thiago Resende
De Brasília

A sonegação de impostos, taxas e contribuições chega a 23,9% da arrecadação federal, estadual e municipal, segundo cálculos feitos por economistas a pedido do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. Isso representa 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 349,8 bilhões que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos em 2011 — o ano mais recente com dados consolidados da Secretaria da Receita Federal.

Sonegação de impostos é de R\$ 349 bi

Thiago Resende
De Brasília

A sonegação de impostos, taxas e contribuições chega a 23,9% da arrecadação federal, estadual e municipal, segundo cálculos feitos por economistas a pedido do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. Isso representa 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 349,8 bilhões que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos em 2011 — o ano mais recente com dados consolidados da Secretaria da Receita Federal.



Economia

Sonegômetro mostra quanto Brasil deixa de arrecadar

Com visual semelhante ao impostômetro, sindicato criou site para mostrar quanto os empresários deixam de pagar

Por Redação - publicado em 05/04/2013 12:00 Última modificação: 21/02/2014 17:12

Recomendar 107 | 8+1 9 | Share 4 | Tweetar 147

Neste ano, já foram sonegados mais de 176 bilhões de reais no Brasil. O dado é mostrado pelo Sonegômetro, criado a partir de estimativas feitas pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) e divulgado no seu site em tempo real.

A ferramenta tem nome e design semelhante ao do impostômetro, da Associação Comercial de São Paulo. Disposto em um painel na sede da associação, no centro de São Paulo, ele é visitado por políticos e sempre lembrado por empresários que reclamam da carga tributária nacional.



Edições Digitais
Já é Assinante? Faça login para acessar a edição digital.
login
senha
Acessar

Site tem login? Cadastrar
Como funciona a edição digital?

Veja quanto o país deixa de arrecadar por causa da sonegação de impostos

Mais de R\$ 176 bilhões deixaram de ser arrecadados em 2013. Portal 'Sonegômetro' vai ser lançado nesta quarta-feira (5).

A partir desta quarta-feira (5), quando vai ser lançado o 'Sonegômetro', os brasileiros vão poder acompanhar os números da sonegação no país.

Desde o início do ano, calcula-se que o Brasil tenha deixado de arrecadar mais de R\$ 176 bilhões em impostos. **Veja o número em tempo real.**

ECONOMIA | SONEGAÇÃO

que a sonegação tributária, quando de fato ocorre, é considerada uma atividade ilícita, que gera a embargação de bens e a apreensão de valores. Para isso, são necessários cálculos complexos, que envolvem a análise de milhares de declarações de Imposto de Renda e milhares de processos de fiscalização de empresas e contribuintes. Assim, a Fazenda Nacional precisa contar com uma equipe especializada para analisar e pagar o imposto devido e pagar a taxa municipal de IPTU.

O projeto de lei prevê que cada cidadão brasileiro tenha um painel eletrônico em sua casa, que mostre o quanto ele deixou de pagar de impostos e contribuições, em um sistema semelhante ao do impostômetro, que mostra o quanto o cidadão deixou de pagar de impostos e contribuições. O projeto prevê também que cada cidadão tenha um painel eletrônico em sua casa, que mostre o quanto ele deixou de pagar de impostos e contribuições, em um sistema semelhante ao do impostômetro, que mostra o quanto o cidadão deixou de pagar de impostos e contribuições.

CARGA TRIBUTÁRIA POR BASE DE INCIDÊNCIA

Tipo de base	2010			2011		
	R\$ mil	% PIB	%	R\$ mil	% PIB	%
Receita	220.830.714	6,10	18,10	219.347.137	6,10	18,32
Salário	330.456.224	9,21	68,14	326.848.113	9,10	65,76
Propriedade	43.433.021	1,20	3,25	44.144.990	1,21	3,30
Bens e serviços	608.002.340	16,88	49,73	730.098.330	20,36	45,32
Tributos de bens	26.555.023	0,74	2,53	32.072.710	0,87	2,19
Outros	1.157.960	0,03	0,03	1.460.581	0,04	0,10

“Quando o cidadão entende para onde vai o tributo e o quanto se perde com a sonegação, ele se torna agente ativo do processo democrático”, destaca Allan Titonelli Nunes. “A informação liberta. E o Sonegômetro foi, em muitos sentidos, um instrumento de libertação.”

Max Duarte, um dos produtores da campanha “Justiça Fiscal”, recorda com orgulho o impacto gerado pelas ações de comunicação idealizadas para o SINPROFAZ. “Levamos a mensagem da justiça fiscal até o cidadão comum, com abordagens e linguagens mais atrativas e acessíveis”, afirma. A estratégia foi transformadora: personagens simbólicas, como as “formiguinhas”, ocuparam as ruas para revelar, de forma visual e contundente, o peso da tributação regressiva na vida dos brasileiros. Ao mesmo tempo, a narrativa desconstruiu a ideia de que sonegação é um problema difuso, revelando-a como prática concentrada nas mãos de uma minoria poderosa. “A partir dessa conexão de interesse público, apresentamos o PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL como um servidor público indispensável para a justiça fiscal e social no Brasil.”

O lançamento do Sonegômetro e a ousadia criativa da “Lavanderia Brasil” marcaram um divisor de águas. “Os resultados alcançados superaram nossas previsões mais otimistas”, relembra Max. A campanha ganhou projeção nacional, foi premiada e amplificada pela grande imprensa, mas, como ele faz questão de ressaltar, “foi e continua sendo fruto de um empenho coletivo, envolvendo a Livre Iniciativa, a InPress, o escritório Mendes Plutarco, a estrutura do SINPROFAZ e, sobretudo, o engajamento de toda a carreira PFN”. Para Max, a força dessa comunicação ultrapassou os limites da publicidade e ajudou a consolidar uma nova imagem institucional: “Toda essa exposição midiática positiva contribuiu, e segue contribuindo, para vitórias dos PFNs em pleitos dos mais distintos e relevantes”.

Justiça fiscal como valor civilizatório

No fim das contas, o que está em jogo é mais do que arrecadação. É mais do que percentuais. É mais do que cifras.

Está em jogo o tipo de sociedade que se quer construir.

A justiça fiscal, enquanto ideal, propõe um pacto mais justo entre Estado e cidadão. Um pacto que reconheça os deveres, mas que também cobre os direitos. Um pacto que não apenas puna o inadimplente comum, mas que confronte os grandes sonegadores — aqueles que, em silêncio, corroem a base da República.

Ao idealizar a campanha “Justiça Fiscal”, o SINPROFAZ não apenas ergueu um projeto. Ergueu um princípio. Um princípio que valoriza a transparência, a equidade, a consciência coletiva. Um princípio que diz, com firmeza e serenidade, que um país justo começa por um sistema tributário justo.

Por isso, ao celebrarmos os 35 anos do Sindicato, é essencial reconhecer o valor civilizatório desse projeto. Ele não apenas serviu à categoria. Serviu ao país.

Porque justiça fiscal é, antes de tudo, justiça para todos.

O impacto social

A força da campanha “Justiça Fiscal” não se restringiu aos círculos institucionais. Ela reverberou amplamente nos meios de comunicação, provocando debates públicos e reposicionando o tema da sonegação fiscal no centro da agenda nacional. A imprensa respondeu de forma expressiva — jornais como Folha de S.Paulo, O Globo, Correio Brasileiro, Valor Econômico e O Estado de S. Paulo

deram ampla visibilidade ao Sonegômetro, repercutindo seus dados e destacando suas implicações sociais.

Em reportagens especiais e colunas de opinião, o Sonegômetro passou a ser apresentado como uma inovação comunicacional com forte carga simbólica. Pela primeira vez, o país via estampado em tempo real o prejuízo coletivo causado pela evasão fiscal. O painel, instalado em locais de grande circulação, tornou-se uma espécie de termômetro moral da República, medindo não apenas o que se perdia, mas também o que se ocultava.

A televisão também acompanhou essa movimentação. Programas jornalísticos em emissoras como GloboNews, Band, TV Justiça e Record trouxeram entrevistas com especialistas, reportagens explicativas e chamadas ao debate público. A ideia de que a sonegação é uma forma silenciosa de violência social começou a circular com mais força, e esse movimento foi, em grande parte, impulsionado pelo alcance da campanha do SINPROFAZ.

Estudos acadêmicos e análises técnicas passaram a se apoiar nos dados do Sonegômetro como referência estatística. Teses e dissertações em universidades públicas e privadas começaram a utilizar a ferramenta como marco na compreensão da justiça fiscal no Brasil. A partir desse impacto, diversas escolas de formação jurídica passaram a incluir o tema da sonegação não apenas como ilícito fiscal, mas como um dos principais fatores de desestabilização das políticas públicas no país.

A repercussão da campanha também se traduziu em mudanças na percepção social. Durante anos, o debate tributário esteve restrito a especialistas e tecnocratas. Com a campanha “Justiça Fiscal” e os desdobramentos do Sonegômetro, esse debate ganhou a rua, ganhou voz popular,

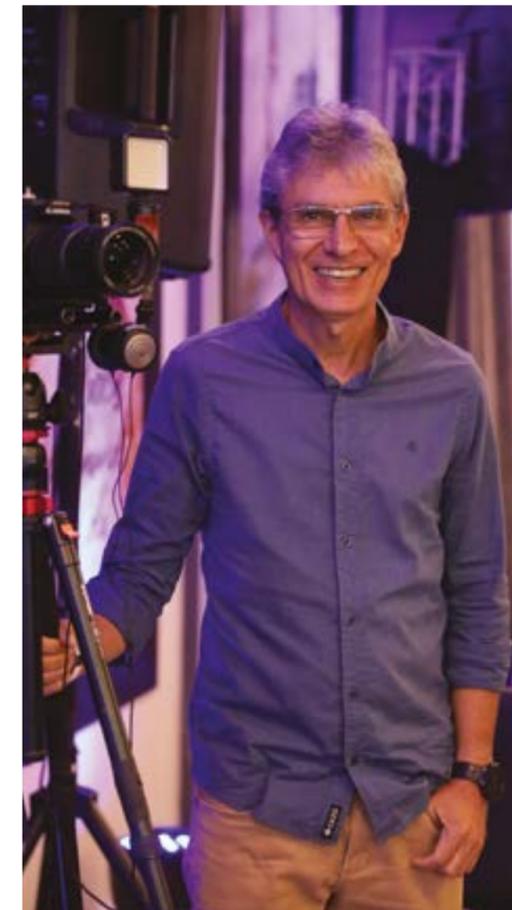
ganhou corpo cívico. O cidadão comum passou a associar, com maior clareza, o rombo da sonegação à ausência de direitos — à escola precária, ao hospital sem medicamentos, à moradia inexistente, ao transporte deficiente.

Esse deslocamento de consciência coletiva foi talvez o maior legado da campanha. Como destacou o procurador Allan Titonelli Nunes, “a ‘Justiça Fiscal’ ensinou que sonegar não é apenas um erro individual — é um dano coletivo, uma ruptura no pacto social”.

Outros estudos reforçam esse entendimento. Relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Justiça Fiscal (IJF) e da Receita Federal do Brasil apontam que o impacto da sonegação não é apenas orçamentário, mas estrutural. Ele compromete o planejamento de políticas públicas, reduz a capacidade de investimento do Estado e gera um ciclo vicioso de desigualdade: quanto mais se sonega, mais se tributa o consumo; quanto mais se tributa o consumo, mais se penaliza a base da pirâmide social.

O Sonegômetro, portanto, não apenas denunciou. Ele educou. Ele ressignificou o papel da advocacia pública. Ele mobilizou consciências. Ele saiu do papel e se tornou símbolo — um farol sobre o que se perde, um alerta sobre o que se pode recuperar.

O que começou como uma campanha institucional tomou proporções mais amplas — tornou-se um discurso de país. A justiça fiscal passou a ser percebida não apenas como uma pauta de arrecadação, mas como um valor civilizatório, um pilar de um novo pacto republicano. Um pacto onde o tributo não é castigo, mas compromisso; onde o Estado não é carrasco, mas servidor; onde o cidadão não é contribuinte passivo, mas agente ativo de transformação.



Max Duarte
Diretor de marketing na Livre Iniciativa

O SINPROFAZ compreendeu, com precisão rara, que a batalha por justiça fiscal é uma batalha pela dignidade. E dignidade, no Brasil, começa por enfrentar as desigualdades estruturais — muitas das quais se perpetuam por meio de um sistema tributário regressivo, opaco e permissivo com a evasão.

Nesse cenário, o Sonegômetro ultrapassou sua dimensão estatística. Tornou-se símbolo público de um desequilíbrio estrutural e instrumento pedagógico de alcance incomum. Poucas ferramentas conseguiram, como ele, condensar complexidades fiscais em uma linguagem inteligível, concreta e mobilizadora. O número girando no painel não era apenas uma cifra: era uma denúncia viva daquilo que se retirava do povo todos os dias.

E esse símbolo reverberou. Tocou instituições. Inspirou movimentos. Mobilizou universidades. Influenciou reportagens. Foi citado em audiências públicas. Estampou painéis em eventos internacionais. Tornou-se referência para outros projetos semelhantes. E, acima de tudo, tocou consciências — algo que nem sempre as leis conseguem fazer.

Ao lado dele, a campanha “Quanto Custa o Brasil para Você?” aprofundou a perspectiva sensível da justiça fiscal. Tornou visível o invisível. Traduzindo bilhões em ambulâncias, escolas, pontes, políticas públicas possíveis. Reaproximando o cidadão da ideia de pertencimento fiscal e reeducando a sociedade para a ideia de que o tributo justo é um instrumento de redistribuição e não um fardo sem retorno.

Essa jornada foi também uma jornada de afirmação da Advocacia Pública. O SINPROFAZ se apresentou ao país não apenas como defensor das prerrogativas dos PFNs, mas como protagonista de um novo modelo de atuação sindical — aquele que alia técnica, consciência e compromisso com o bem comum.

Como afirma o procurador Allan Titonelli Nunes, a sonegação precisa ser tratada como questão central de justiça social. “Ela retira do orçamento aquilo que pertence à coletividade. E só há justiça fiscal quando há justiça na repartição dos encargos e na entrega das políticas públicas. Um país que naturaliza a evasão jamais será verdadeiramente democrático.”

E, talvez, seja esse o maior legado da campanha “Justiça Fiscal”: ter elevado o debate tributário à altura de um projeto de nação. Ter mostrado que não se trata apenas de arrecadar mais, mas de repartir melhor. De construir um país onde os que podem mais não paguem menos. De construir, enfim, uma democracia fiscal — onde cada centavo sonegado seja reconhecido como o que realmente é: um roubo à cidadania.

Porque um país justo se mede, antes de tudo, pelo que faz com os seus tributos — e pelo que permite que se perca com a omissão.

Sonegação fiscal: o obstáculo invisível ao pacto democrático

Na base de qualquer projeto de país está o pacto fiscal. O modo como uma nação arrecada seus tributos e os distribui em políticas públicas revela, em essência, sua concepção de justiça social. O Brasil, no entanto, convive com uma contradição histórica: altos níveis de carga tributária combinados a uma arrecadação profundamente desigual — e a uma sonegação fiscal estruturalmente permissiva.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a carga tributária brasileira alcança cerca de 33% do PIB, nível comparável ao de países desenvolvidos. Contudo, ao contrário de nações que tributam mais fortemente renda e patrimônio, no Brasil, a

arrecadação se concentra majoritariamente sobre o consumo, penalizando desproporcionalmente as camadas mais pobres da população. Trata-se de um sistema regressivo, onde quem tem menos paga mais proporcionalmente — e quem tem mais encontra caminhos para pagar menos ou sonegar completamente.

É nesse ponto que se revela o obstáculo invisível, mas profundo: a sonegação fiscal institucionalizada, legitimada por estruturas complexas de evasão, baixa efetividade de fiscalização e brechas legais exploradas por grandes contribuintes.

Estudos recentes da Receita Federal, do Instituto Justiça Fiscal e da própria PGFN estimam que mais da metade da dívida ativa da União — hoje superior a R\$ 2,4 trilhões — está concentrada em cerca de 1% dos devedores, muitos dos quais grandes grupos econômicos com elevada capacidade jurídica e contábil de litigar, protelar ou driblar a execução fiscal.

O problema, como frequentemente alerta o procurador Allan Titonelli Nunes, não está no pequeno inadimplente, mas no grande sonegador protegido por um sistema permissivo. Em seus artigos e intervenções públicas, ele reforça a ideia de que a justiça fiscal precisa ser entendida como premissa democrática, não como um detalhe técnico da administração tributária.

“Um Estado que não enfrenta a sonegação com firmeza não está apenas perdendo receita — está comprometendo o próprio pacto republicano. Porque sonegar, nesse contexto, é negar direitos coletivos, é aprofundar a desigualdade, é drenar recursos que deveriam financiar cidadania”, afirma Titonelli.

O projeto “Quanto Custa o Brasil para Você?”, lançado como desdobramento da campanha Justiça Fiscal, foi uma das formas mais eficazes de dar rosto a esse problema. Por meio de linguagem direta e

comparações didáticas, a campanha revelou ao cidadão o quanto ele perde quando o Estado falha em arrecadar de forma justa — e o quanto o país deixa de avançar quando aceita a evasão como prática silenciosa.

Diferentemente do Sonegômetro, que exibia a cifra em tempo real, esse projeto traduziu valores sonegados em escolas, hospitais, vacinas, bolsas de estudo e serviços públicos essenciais — humanizando o impacto da evasão e fortalecendo o senso de coletividade no debate fiscal.

Mas os dados mais recentes demonstram que o problema continua latente. Relatórios técnicos apontam que cerca de 20% da arrecadação potencial do país é perdida em renúncias fiscais, elisões e sonegações não combatidas com efetividade. Somando-se isso ao modelo regressivo de tributação, o resultado é um sistema que penaliza a base da pirâmide social e protege os vértices privilegiados.

A consequência desse desequilíbrio não é apenas econômica. É institucional. É moral. É democrática.

“Sem justiça fiscal, não há justiça social. E sem justiça social, não há democracia substantiva. Combater a sonegação é combater a exclusão. É garantir que o Estado cumpra sua função redistributiva. É proteger o direito de quem depende do serviço público para viver com dignidade”, conclui o procurador Allan Titonelli Nunes.

A luta pela justiça fiscal, portanto, não é periférica. Ela é fundamento estruturante de qualquer projeto nacional voltado à equidade, ao bem-estar coletivo e à coesão social. E o SINPROFAZ, ao assumir esse debate como missão institucional, não apenas defendeu uma carreira — defendeu uma ideia de país.



Conexão com a Academia e a produção intelectual

A produção intelectual, quando incentivada por entidades sindicais, transcende os limites do saber acadêmico. Converte-se em instrumento estratégico de afirmação profissional, fortalecimento institucional e qualificação política da própria carreira. A pesquisa, o estudo e a sistematização do conhecimento não apenas evidenciam a competência técnica de uma categoria — tornam-se, sobretudo, sustentáculos de sua autonomia e expressão coletiva.

No campo da Advocacia Pública, essa dimensão ganhou corpo e densidade a partir de iniciativas pioneiras do SINPROFAZ. Durante a presidência de João Carlos Souto, a produção intelectual passou a ocupar um lugar central no projeto institucional do Sindicato. Com visão clara sobre o papel estratégico do pensamento jurídico produzido internamente, Souto idealizou ações que marcaram uma nova etapa no vínculo entre o Sindicato e o conhecimento sistematizado.

“Eu criei o primeiro concurso de monografia. Pode pesquisar. Foi feito na minha gestão, com muito orgulho.” — João Carlos Souto, PFN.

A criação do concurso de monografias representou uma inflexão significativa na atuação do

SINPROFAZ. Ao lançar um edital voltado à produção acadêmica dos PFNs, o Sindicato rompeu com o estereótipo da atuação sindical apenas reivindicatória e posicionou-se como agente promotor e fomentador de conhecimento qualificado.

Essa iniciativa não surgiu ao acaso. Como destacou em sua entrevista, João Carlos Souto trazia em sua trajetória uma sólida formação intelectual e cultural. Fundador do Instituto Brasil-Estados Unidos de Direito Comparado e com intensa atuação acadêmica, cultivava a convicção de que “o Sindicato precisa pensar alto, pensar com profundidade”. Sob essa premissa, conduziu ações voltadas à valorização do pensamento crítico no seio da entidade.

O concurso de monografias se alinha a essa visão estratégica: criar espaço para que os membros da carreira não apenas atuassem nos processos administrativos e judiciais, mas também se debruçassem, com profundidade analítica, sobre as grandes questões do Direito, da Administração Pública e das políticas estruturais do país. Era uma forma de transformar o cotidiano da advocacia pública em objeto de reflexão científica — e, ao mesmo tempo, de evidenciar a densidade intelectual dos próprios procuradores.



A importância desse tipo de iniciativa transcende a premiação simbólica. Ao convocar os membros da carreira à escrita sistematizada, o Sindicato ilumina temas negligenciados, constrói repertório técnico próprio e passa a influenciar, com autoridade, os debates institucionais. O conhecimento produzido se torna patrimônio coletivo da categoria — expressão da inteligência compartilhada que sustenta o amadurecimento profissional.

Essa lógica acompanha transformações observadas no movimento sindical brasileiro a partir dos anos 1980, quando entidades passaram a investir em centros de estudos, seminários temáticos e publicações periódicas. De acordo com estudo da Fundação Perseu Abramo (2004), diversas entidades sindicais começaram a institucionalizar núcleos de pesquisa e formação para fomentar o pensamento crítico e subsidiar a atuação política. Esse movimento representou um marco no reposicionamento do sindicalismo como espaço de produção de conhecimento e formulação estratégica (PERSEU ABRAMO, 2004).

No SINPROFAZ, essa mesma visão se consolidou ao longo dos anos, com a manutenção do concurso de monografias como política institucional estruturante. A presidente da entidade, a procuradora Iolanda Guindani, reforça essa compreensão:

Temos o concurso de monografia, que sempre traz um tema de relevância para a carreira. Esse tema é divulgado, os artigos são selecionados e depois divulgados, inclusive na revista, o que amplia a visibilidade do pensamento produzido pelos colegas.

Com periodicidade regular, o concurso ultrapassa o incentivo individual: configura-se como política institucional de fomento à densidade analítica

da carreira. Os trabalhos premiados passam a compor acervos de referência e contribuem para a construção de uma advocacia pública intelectualmente engajada.

“A atuação do Sindicato sempre se pautou por dados técnicos e fundamentos sólidos. Foi a partir dessas pesquisas que conseguimos mostrar à sociedade o quanto a sonegação impacta a arrecadação e compromete a oferta de serviços essenciais”, avalia o procurador Allan Titonelli Nunes.

O estímulo à produção acadêmica também se materializou nos concursos de monografias promovidos pelo Sindicato. “Os concursos sempre traziam temas sensíveis ao momento político e jurídico. Já tivemos trabalhos premiados sobre reforma tributária, transação tributária, e muitos deles serviram de base para formulações de políticas públicas relevantes”, destaca Allan, que acrescenta ainda: “Essa valorização da produção intelectual fortalece a carreira e amplia o alcance da advocacia pública. É também uma forma de mostrar que nossa atuação vai além das salas dos tribunais — ela dialoga com o presente e contribui com o futuro”.

O incentivo à produção intelectual, no entanto, não se limita ao certame. O SINPROFAZ ampliou sua atuação por meio de outras frentes, como o apoio à participação dos filiados em congressos jurídicos, seminários e eventos acadêmicos.

“Realizamos sorteios de vagas para congressos nos estados, buscamos abrir oportunidades para que os colegas estejam em constante formação”, destacou a presidente.

Essas ações aproximam o Sindicato das práticas contemporâneas de educação continuada e reforçam o vínculo entre atuação institucional e aprimoramento técnico.

Em 2023, a entidade deu um passo adicional ao firmar parceria com um curso internacional de direito comparado, sediado em Roma.

“Foi uma experiência muito interessante e vamos continuar neste ano. Também iremos sortear novamente essas vagas, valorizando os colegas que desejam aprofundar-se em novas fronteiras do saber jurídico”, complementou a presidente, evidenciando o compromisso com a atualização permanente e a internacionalização do conhecimento.

Além disso, o SINPROFAZ tem atuado na promoção das obras publicadas por seus filiados. Livros produzidos por PFNs encontram respaldo institucional de divulgação e reconhecimento.

“A gente procura sempre divulgar as obras feitas pelos nossos colegas. A escrita é uma forma de expressão e pertencimento, e deve ser institucionalmente valorizada”, frisou Guindani.

O investimento no saber, portanto, não é tratado como adorno periférico das políticas sindicais — é eixo estruturante da identidade do SINPROFAZ. Promover a inteligência crítica, ampliar o repertório teórico dos filiados e consolidar espaços de produção autoral constituem, hoje, dimensões indissociáveis da atuação do Sindicato.

Ao consolidar essa agenda formativa, o SINPROFAZ reafirma sua maturidade institucional e sua crença na educação como vetor de emancipação profissional. Porque, em tempos de incertezas e transformações velozes, o conhecimento permanece como um dos pilares mais sólidos para sustentar a dignidade de uma carreira pública.



1. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. O perfil do sindicalismo brasileiro: organização, estratégias e perspectivas. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
2. DIEESE. Atuação sindical e produção de conhecimento. São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>
3. SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.



Capítulo 8

Articulação institucional como grande ativo

Articulação e voz ativa: o SINPROFAZ no cenário da Advocacia Pública Nacional

Na tessitura institucional da advocacia pública, o SINPROFAZ consolidou-se como uma das vozes mais respeitadas e atuantes. Ao longo de sua trajetória, o Sindicato não apenas defendeu os direitos dos PFNs, mas desempenhou papel essencial na construção de uma identidade coletiva forte, madura e estrategicamente articulada com os diversos atores da República.

A presidente atual do SINPROFAZ, Iolanda Guindani, reflete essa trajetória. Com olhar crítico e voz firme, ela sintetiza:

O SINPROFAZ sempre esteve na vanguarda. Foi uma liderança forte, responsável, coerente. A nossa força sempre veio do compromisso com os filiados, mas também de uma visão que ultrapassa os limites corporativos. Atuamos pela categoria, sim, mas com olhos voltados também à justiça fiscal, à sociedade, ao país.

A maturidade institucional do SINPROFAZ não foi construída por acaso. Fruto de uma atuação sólida nos bastidores, de alianças bem costuradas e de uma constante interlocução com o Poder

Legislativo, o Sindicato transformou-se em um dos principais agentes de articulação da Advocacia Pública. O reconhecimento veio pela coerência entre discurso e prática, pela presença qualificada nos debates e pela postura ética e respeitosa que o Sindicato sempre demonstrou.

“Nada substitui o trabalho sério. O que nos trouxe até aqui foi a firmeza de propósito e o respeito à palavra empenhada”, afirma a presidente. Ela ressalta ainda que a confiança institucional não se constrói da noite para o dia: ela é fruto de persistência, consistência e legitimidade na representação.

O Fórum da Advocacia Pública: unidade na diversidade

A presença ativa do SINPROFAZ no Fórum da Advocacia Pública foi, segundo a presidente, um dos pontos altos dessa articulação estratégica. Trata-se de um espaço coletivo composto por entidades representativas como a Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni), a Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (Anpprev), a Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União (Anajur), entre outras. Juntas, essas entidades somam milhares de membros e dialogam em unidade com o Poder Legislativo e demais esferas decisórias.

“As decisões do Fórum são articuladas, pensadas em conjunto. O SINPROFAZ tem sido uma peça central nesse arranjo. A nossa capacidade de coesão fortalece toda a advocacia pública e projeta o Sindicato como referência nacional”, pontua.

A atuação conjunta trouxe não apenas maior densidade política às pautas da carreira, mas também ganhos concretos — como o reconhecimento dos honorários advocatícios no Código de Processo Civil, resultado direto de um movimento articulado por todas as entidades da advocacia pública.

“Essa conquista foi um marco. O artigo 85 do novo CPC nos colocou em um outro patamar. Foi fruto de um dos maiores movimentos articulados da nossa história, e o SINPROFAZ teve papel determinante na construção desse resultado”, recorda Guindani com orgulho.

Mobilização, conquistas e reconhecimento institucional

A história do SINPROFAZ é entrelaçada com os momentos mais expressivos da consolidação da carreira de PFN. Em sua narrativa, a presidente faz questão de destacar que a força do Sindicato não reside apenas na diretoria, mas na base engajada, nos delegados regionais e nos filiados que sempre responderam aos chamados da entidade com senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

“O Sindicato sozinho não tem força. A força do Sindicato são os seus filiados. Sempre tivemos esse respaldo da base. Isso foi o que nos permitiu alcançar o patamar de representatividade que temos hoje.”

Um dos marcos mais relevantes da história recente foi o movimento de 2015, que culminou

na conquista dos honorários advocatícios. Mas esse episódio foi mais do que uma vitória remuneratória — foi uma ruptura simbólica com uma lógica antiga e estagnada de gestão interna. A presidente recorda que esse movimento também foi responsável por fomentar a alternância de cargos de chefia, democratizando o acesso a espaços de liderança dentro da carreira.

“Esse movimento foi um divisor de águas. Trouxe alternância e equilibrou a visão entre quem está na chefia e quem está na linha de frente. Isso é essencial para amadurecer uma carreira e fortalecer a representatividade institucional.”

A conquista dos honorários marcou uma nova etapa da advocacia pública federal, ao mesmo tempo em que o Sindicato avançava em pautas que por anos pareciam inalcançáveis: auxílio-saúde, auxílio-alimentação, ressarcimento da anuidade da OAB, reajustes salariais e valorização das condições de trabalho. Cada pauta carregava, em si, o peso de uma luta silenciosa e persistente.

Diálogo, coerência e respeito institucional

Ao tratar da atuação sindical frente aos diversos governos, a presidente faz uma distinção sensível: “Durante gestões progressistas, nossa missão é negociar e avançar; em gestões de viés contrário, nossa luta é pela sobrevivência institucional”.

Ela menciona, com ênfase, o período recente em que medidas de desmonte sindical ameaçaram a própria existência das entidades. O fim da consignação sindical foi combatido com vigor pelo jurídico da entidade — uma ação que, segundo ela, “foi vital para garantir a subsistência do movimento sindical naquele período”.



Ainda assim, mesmo nos momentos de maior pressão política, o Sindicato preservou uma postura de equilíbrio, negociação e construção de pontes.

“A nossa atuação sempre foi de conversa, de busca por soluções possíveis. Nunca fomos do confronto vazio. A democracia é isso: negociação, escuta e coerência. E o SINPROFAZ tem sido coerente ao longo de sua história.”

Participação em fóruns, alianças institucionais e reputação nacional

A presença do SINPROFAZ em instâncias estratégicas da representação pública não é fortuita. Ao longo das últimas décadas, o Sindicato consolidou parcerias sólidas e ingressou em fóruns plurais que ampliaram seu poder de interlocução. A presidente menciona com orgulho a participação ativa em entidades como o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o Instituto Servir Brasil, o Mosap e até mesmo a Auditoria Cidadã da Dívida.

“Essas frentes são essenciais para posicionar o SINPROFAZ em um espaço estratégico. É nesses ambientes que se costuram alianças, que se constrói reputação e que se amplia a voz da carreira. A maturidade institucional também passa pela capacidade de diálogo com outras instituições”, ressalta.

O Sindicato, segundo ela, compreendeu que a construção de força institucional vai além das trincheiras internas. Passa pela participação em redes, pelo fortalecimento da imagem pública e pela defesa de uma advocacia pública mais protagonista.

Essa maturidade se refletiu, inclusive, no olhar atento às especificidades da carreira. O fortalecimento da estrutura interna, com atenção aos delegados regionais como pontos de conexão com

a base, e a criação de canais eficazes de comunicação digital com os filiados — como o aplicativo SINPROFAZ e os grupos de informes — demonstram o esforço contínuo de aprimorar a gestão e o vínculo com a categoria.

“Hoje, tudo acontece em tempo real. E o Sindicato precisa acompanhar esse ritmo. Criamos canais exclusivos, aplicativos, grupos informativos. Ainda temos desafios, mas estamos em movimento”, reforça.

A percepção externa sobre o papel do SINPROFAZ é, portanto, reflexo direto dessa atuação coesa, ética e articulada. Em meio à complexidade do sistema público brasileiro, o Sindicato se tornou referência na defesa técnica e política da carreira, sem perder a dimensão humana de seu compromisso.

“A gente sempre soube ouvir. Negociar não é ceder sempre, mas saber a hora de insistir, de recuar e de avançar. Isso é maturidade. E o SINPROFAZ chegou a esse ponto”, diz, com a serenidade de quem conhece os bastidores da luta sindical.

Legado, desafios futuros e a permanência histórica

Como o olhar voltado para o futuro, a presidente do SINPROFAZ reconhece que a maturidade institucional conquistada nos últimos 35 anos é, ao mesmo tempo, uma conquista e uma responsabilidade. Não se trata apenas de preservar o que foi construído, mas de preparar o Sindicato para os novos contornos de uma carreira em transformação — sob pressões econômicas, tecnológicas, sociais e políticas.

“O mundo está em constante evolução. E os sindicatos não estão fora disso. A minha preocupação é manter essa linha de seriedade, coerência e responsabilidade coletiva. Essa maturidade precisa ser preservada pelas próximas gerações”, reflete.

Entre os principais desafios, está o impacto da nova estrutura previdenciária e a adesão dos novos filiados à Funpresp, que pode, com o tempo, comprometer a sustentabilidade financeira das entidades de classe. “O valor da contribuição tende a diminuir. Precisamos pensar alternativas para manter a força do sindicato com novas formas de financiamento e engajamento”, alerta.

Outro ponto sensível é o desafio da unidade interna frente à crescente polarização política. A presidente faz um alerta sereno e necessário: “O nosso maior risco não vem de fora, mas de dentro. Precisamos proteger o Sindicato da polarização que afeta o mundo todo. Devemos olhar na mesma direção, independentemente das nossas escolhas partidárias. O foco deve ser a carreira, o serviço público, a justiça fiscal”.

O legado construído pelo SINPROFAZ está fundado em quatro pilares que, segundo a presidente, definem sua história: luta, seriedade, negociação e democracia. É com esses elementos que o Sindicato se consolidou como uma referência de atuação ética, técnica e política.

“O SINPROFAZ amadureceu. Está preparado para os desafios do presente. E será forte o suficiente para enfrentar os desafios do amanhã, se continuar com esse espírito coletivo que sempre nos guiou”, conclui.

O procurador Heráclio Camargo assumiu o SINPROFAZ num dos momentos mais estratégicos da história recente do Sindicato. Com um olhar atento às disputas institucionais e aos riscos de retrocesso, ele compreendeu que não se tratava apenas de liderar, mas de somar vozes. Para ele, a força da entidade nunca esteve centrada em uma gestão, mas no acúmulo das muitas que vieram antes e depois. “O SINPROFAZ é uma construção coletiva das várias gestões, desde a sua fundação.”

A memória que ele carrega não é nostálgica: é política. Lista, com precisão, os episódios em que a união da categoria se impôs como condição para a sobrevivência institucional. “Houve momentos em que essa união ficou ainda mais visível, notadamente a partir da criação do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, dos três movimentos paredistas de 2004, 2006 e 2008, da campanha pelos nossos honorários, da criação do Sonegômetro, do acordo salarial de 2013, da campanha ‘Cumpra o Acordo!’, da luta vitoriosa pela colocação dos honorários no CPC em 2013 e 2014, artigo 85, parágrafo 19, na vitoriosa Mobilização Histórica de 2015, que ensejou a aprovação da PEC 443 em primeiro turno em 2015 e a regulamentação dos honorários em 2015 e 2016.”

Ele não suaviza. O recado é claro: avanço não se faz com ódio, se faz com estratégia. “O aprimoramento de nossas prerrogativas e os avanços recentes comprovam que o melhor caminho é o da mobilização com diálogo e estratégia, porque construir pontes num ambiente ‘entre pares’ exige muito mais sofisticação do que a destilação de ódio e rancor contra o governo de plantão.” A fala conclui com uma advertência: não há atalhos. “Que aprendamos com isso para termos mais 35 anos de vitórias e preservação de nossas prerrogativas, alcançadas após dezenas de anos de luta cerebral e complexa, rechaçando as posturas simples e erradas de quem sabe destruir e utiliza o sectarismo e o ódio como móveis principais.”



Heráclio Camargo
Ex-presidente do SINPROFAZ

Luta pela valorização

Em 2017, os PFNs decidiram, em ato coletivo e coordenado pelo SINPROFAZ, entregar seus cargos comissionados e funções de chefia.

Foram mais de 700 cargos devolvidos em todo o país. Um movimento que, embora não ocupasse manchetes barulhentas, reverberou com contundência nos corredores da administração pública e nos altos círculos da República. Não era apenas uma entrega, era um sinal. Um marco. Um gesto limpo, maduro, sereno, que dizia: a carreira da Advocacia da Fazenda Nacional não se submeteria ao silêncio institucional diante da negligência histórica.

À época, a Lei 13.327/2016, que instituía os honorários de sucumbência para a Advocacia Pública, havia sido sancionada, mas ainda não implementada. A morosidade na regulamentação da norma, somada à desigualdade de tratamento entre as funções jurídicas da União, à precariedade estrutural da Procuradoria da Fazenda Nacional e à sobrecarga funcional imposta aos seus membros, compunha um cenário insustentável.

Era preciso agir. E o SINPROFAZ, fiel à sua vocação de representação ativa e estratégica, conduziu esse movimento com firmeza. A entrega dos cargos foi uma resposta política e simbólica ao desequilíbrio institucional. Um gesto que partiu da base, mas alcançou os vértices do poder.





Ao renunciar a funções que exigiam responsabilidades acrescidas, mas não vinham acompanhadas da valorização devida, os procuradores fizeram história. Demonstraram que, mesmo dentro da rigidez da estrutura administrativa, a entrega dos cargos foi o início de uma reconfiguração do diálogo institucional entre os procuradores e o Estado brasileiro. Foi o ponto de inflexão que pavimentou, com mais firmeza, o caminho da implementação dos honorários, da valorização da carreira e do reposicionamento da PFN no sistema jurídico nacional.

O gesto coletivo não se esgota no simbolismo — ele permanece como referência de força associativa e unidade de propósito. Foi, sem dúvida, um dos momentos mais emblemáticos da trajetória recente da PGFN e da atuação política do SINPROFAZ.

Com trajetória marcada pela vivência intensa na advocacia pública, o procurador Giuliano Menezes Campos acumulou experiências na magistratura e no Ministério Público antes de ingressar na PGFN, em 1998. Desde os primeiros dias na carreira, demonstrou engajamento com as pautas coletivas, assumindo posições de liderança no SINPROFAZ, inclusive como diretor jurídico. Ao longo dos anos, acompanhou de perto os principais embates institucionais da categoria — entre eles, o movimento de entrega dos cargos em comissão, que se tornou um divisor de águas para a valorização da carreira.

“Esse foi um dos momentos mais simbólicos da importância do SINPROFAZ. Foi um movimento que surgiu da base. A gente estava numa situação remuneratória muito aquém das carreiras análogas. E os colegas não aguentavam mais. Procuradores sobrecarregados, acumulando funções administrativas e processuais, sem estrutura adequada. Chegavam ao Sindicato dizendo: ‘Onde é que eu entrego a chave da unidade?’. O SINPROFAZ teve a sensibilidade de liderar esse movimento e transformar o descontentamento em ação coletiva. Já que

não havia valorização, não havia por que continuar nos cargos em comissão.”

A entrega dos cargos traduz uma maturidade rara no exercício da representação coletiva. A ação estratégica, articulada com serenidade e firmeza, revelou ao Estado brasileiro que a Advocacia Pública não ocupa papel periférico na engrenagem institucional — ela é central, estruturante, essencial.

Para o consultor parlamentar Antônio Queiroz, que por mais de duas décadas acompanhou de perto a articulação política do SINPROFAZ junto ao Congresso Nacional, esse episódio representa muito mais do que uma reação isolada. É, segundo ele, expressão legítima e qualificada da defesa institucional da carreira.

“O Sindicato sempre teve o cuidado de manter interlocução com o governo, qualquer que fosse sua orientação ideológica”, afirma. “Mas compreendeu que, em determinados momentos, a entrega de cargos por membros da carreira — sobretudo aqueles em postos estratégicos — era também uma forma de sinalizar descontentamento, de marcar posição política e proteger os interesses da instituição.”

Mais do que um gesto de protesto, a entrega dos cargos foi, como pontua Queiroz, uma decisão planejada, refletida e alinhada com os princípios que norteiam o serviço público. “A entrega de cargos não é um ato de desobediência, mas sim um gesto político pensado dentro dos limites da institucionalidade. É, muitas vezes, uma reação proporcional à desconsideração dos direitos da carreira.”

Ao renunciar a funções com elevado grau de responsabilidade, mas sem correspondência em reconhecimento institucional, os PFNs resgataram um princípio essencial ao serviço público: a dignidade do exercício funcional. E, conforme reforça Queiroz, o impacto foi imediato. “Na maioria das vezes, esse

gesto contribuiu para reabrir canais de negociação. Sempre houve um cuidado extremo em medir o impacto político e funcional dessa decisão. Não se trata de ruptura gratuita, mas de reposicionamento estratégico.”

A trajetória do SINPROFAZ, marcada pela altivez e pela racionalidade política, demonstra que a força institucional não se constrói apenas na conquista de direitos, mas também na capacidade de dizer não — de recuar, de interromper ciclos de desgaste silencioso, de provocar o debate com responsabilidade. “A integridade da carreira passa também pela preservação da sua autonomia frente ao poder político”, conclui o consultor. “E isso se conquista, em parte, com o recuo calculado — quando necessário — daqueles que ocupam postos no governo, reforçando o valor da técnica sobre a conveniência.”

A entrega dos cargos, nesse contexto, tornou-se um capítulo paradigmático na história da Advocacia da Fazenda Nacional — um marco que reafirmou a coesão da categoria e a relevância estratégica do SINPROFAZ na defesa institucional da carreira. Mais do que um ato de renúncia, foi um gesto de afirmação.

Com vasta experiência na condução estratégica do SINPROFAZ e profundo conhecimento das engrenagens institucionais que movem a Advocacia Pública, o procurador Allan Titonelli Nunes também acompanhou de perto os desdobramentos daquele gesto coletivo. Para ele, a entrega dos cargos não apenas expressou o ápice de uma insatisfação latente — foi, sobretudo, um divisor de águas no processo de afirmação da identidade institucional da carreira.

“Cada entrega foi um gesto consciente, refletido, articulado dentro dos limites da legalidade e da institucionalidade”, recorda. “Não se tratava de um rompimento impensado, mas de um posicionamento político maduro, que nascia da base, com o

respaldo de um sindicato fortalecido e atento ao clamor da categoria. Não foi a primeira vez que se recorreu a esse instrumento, mas talvez tenha sido a mais emblemática.”

O contexto da época era particularmente sensível. Havia um sentimento generalizado de esgotamento diante da sobrecarga funcional, da ausência de reconhecimento e da crescente descaracterização da carreira. Chefias eram ocupadas sem critérios transparentes, estruturas administrativas permaneciam frágeis e o discurso institucional parecia dissociado das reais necessidades da Procuradoria da Fazenda Nacional.

“Era como se a carreira estivesse perdendo suas referências. Havia um risco concreto de enfraquecimento da identidade funcional e da própria coesão interna”, pontua Allan. “A entrega dos cargos foi a resposta mais eloquente que poderíamos oferecer naquele momento: a reafirmação de que não nos curvaríamos à invisibilidade nem aceitaríamos ser apenas peças auxiliares em uma engrenagem maior.”

Segundo ele, o impacto do movimento extrapolou o debate remuneratório. Ao abrir mão de funções estratégicas — que implicavam responsabilidades acrescidas, mas não eram acompanhadas da valorização institucional correspondente — os PFNs deixaram claro que sua atuação não seria instrumentalizada. E, ao fazê-lo, resgataram o princípio fundante de toda carreira pública: a dignidade do exercício funcional.

“O efeito foi imediato. A mobilização contribuiu decisivamente para mudanças estruturais que ultrapassaram o campo simbólico. A partir daquele gesto, abriram-se processos seletivos internos para os cargos de chefia, bloquearam-se projetos que pretendiam permitir a ocupação de funções por pessoas de fora da carreira, e fortaleceu-se a percepção de que a Advocacia da Fazenda Nacional deveria ser conduzida por quem compreende, de dentro, os seus desafios e responsabilidades.”

Na leitura do procurador Allan, a entrega dos cargos foi mais do que um movimento de protesto, foi um gesto de resgate. De reencontro da carreira consigo mesma. De reconstrução da identidade institucional a partir de um gesto coletivo e sereno, mas profundamente contundente.

“Foi um marco que mostrou a força de um sindicato compatível com os desafios do tempo. Um sindicato que não atua apenas em torno das pautas corporativas, mas que compreende que a defesa da valorização funcional está intrinsecamente ligada à construção de políticas públicas justas e ao fortalecimento do Estado brasileiro.”

O gesto, ainda segundo o procurador, revelou também a maturidade política de uma categoria que sabe medir o tempo, reconhecer seus limites e, sobretudo, afirmar sua presença. “A entrega dos cargos foi um ato de presença. De identidade. De afirmação categórica de que a técnica deve prevalecer sobre a conveniência política. E isso só é possível quando uma carreira se reconhece como protagonista da sua própria história.”

A partir dali, o SINPROFAZ consolidou sua imagem como instituição de pensamento estratégico, capaz de transformar o descontentamento difuso em ação coordenada. E os PFNs, por sua vez, reafirmaram seu papel estruturante na engrenagem institucional da República.

“A valorização funcional não se implora, constrói-se. E a história tem mostrado que, quando a categoria está unida, os caminhos se abrem. A entrega dos cargos foi a prova mais clara de que maturidade e coragem, quando caminham juntas, podem mudar o curso de uma instituição.”



A construção do futuro e a luta pela autonomia

Legado e maturidade institucional: o arco da consolidação do SINPROFAZ

A maturidade institucional é um processo que se constrói em camadas, ao longo de décadas, à medida que os valores fundacionais se enraízam, as práticas se aperfeiçoam e a legitimidade se consolida. Como afirmam DiMaggio e Powell¹, o amadurecimento de uma entidade organizacional é marcado pela sua capacidade de incorporar padrões normativos, comportamentais e simbólicos que a tornam reconhecida e confiável em seu campo de atuação. Nesse percurso, o que antes era apenas uma estrutura organizacional passa a ser, de fato, uma instituição: dotada de identidade, coerência e autoridade.

Philip Selznick², em sua clássica obra sobre liderança institucional, já advertia que a verdadeira maturidade institucional não está apenas na eficiência dos processos, mas na fidelidade ao propósito original e na consistência entre valores e ações. Essa coerência – entre o que se diz, o que se faz e o que se representa – é o que distingue uma entidade transitória de uma instituição perene.

Com o passar dos anos, organizações amadurecidas tornam-se mais do que organismos representativos: tornam-se referência. Estendem sua atuação para além do seu núcleo corporativo, influenciam políticas públicas, estabelecem pontes com a sociedade e alcançam um

papel estruturante no ecossistema institucional do qual fazem parte. É esse arco de amadurecimento – da criação à consolidação, da consolidação à projeção nacional – que o SINPROFAZ percorreu em seus 35 anos de história.

Nascido em um cenário político desafiador, ainda sob os ecos da redemocratização, o Sindicato foi ganhando densidade institucional à medida que estruturava sua atuação, ampliava sua base de representatividade e construía uma reputação ancorada na seriedade, na capacidade de negociação e no compromisso com o interesse público. “Toda carreira só é forte se tem um sindicato forte”, afirma a presidente Iolanda Guindani, resumindo em uma frase a espinha dorsal desse processo.

Mais do que uma entidade de representação, o SINPROFAZ firmou-se como voz legítima na defesa das prerrogativas dos PFNs e na promoção da justiça fiscal. Como destaca a presidente, “o Sindicato vai além das causas corporativas. Claro que a nossa defesa principal e primordial são os nossos filiados, mas o Sindicato tem essa preocupação a mais: a da justiça social”.

Esse amadurecimento institucional traduziu-se em conquistas concretas. O marco de 2015, com a conquista dos honorários advocatícios, representou um divisor de águas na história da carreira. Não apenas pelo impacto remuneratório, mas pela ruptura com práticas administrativas que se perpetuavam



sem alternância, democratizando os espaços de liderança dentro da Procuradoria da Fazenda Nacional. “A alternância fortalece a visão da carreira como um todo”, ressalta Guindani, ao lembrar que a profissionalização da gestão foi uma das conquistas mais significativas das últimas décadas.

Além disso, a trajetória do SINPROFAZ é marcada pela constante ampliação de sua atuação: dos reajustes salariais conquistados em momentos críticos aos programas de apoio à saúde mental dos procuradores; da criação do aplicativo Sonegômetro ao desenvolvimento de campanhas de impacto como “Justiça Fiscal” e “Quanto Custa o Brasil para Você?”; da consolidação de sua presença digital à estruturação de canais de comunicação mais ágeis e efetivos com os filiados.

A presidente observa que essa maturidade institucional não se expressa apenas nos avanços internos, mas na forma como o Sindicato se articula nos espaços de poder. A atuação junto ao Legislativo, a presença no Fonacate, no Instituto Servir e em outras instâncias estratégicas demonstram o grau de institucionalização alcançado. “Nada substitui o trabalho sério e coerente. Sempre atuamos com dignidade, honrando os compromissos assumidos e negociando com responsabilidade”, pontua Guindani.

O legado do SINPROFAZ, portanto, é mais do que a soma de suas conquistas. É a construção de uma cultura institucional que preza pela

responsabilidade coletiva, pelo diálogo construtivo e pela valorização permanente da carreira. É também o alerta de que, mesmo em tempos de maturidade, é preciso cuidar da perenidade: “Minha preocupação é com a sustentabilidade futura do Sindicato, diante dos desafios financeiros e das novas gerações, que muitas vezes não percebem a importância do coletivo”, observa a presidente.

Neste ponto da história, o SINPROFAZ alcança um estágio de estabilidade e autoridade institucional. Mas, como toda instituição viva, que interage com seu tempo e responde aos desafios de cada época, o Sindicato sabe que a maturidade não significa acomodação. Ao contrário, representa a responsabilidade redobrada de manter-se relevante, coeso e preparado para o futuro.

A maturidade institucional não se traduz apenas na longevidade cronológica, mas na densidade simbólica e na solidez orgânica que uma entidade conquista no curso do tempo. Como bem ressalta o procurador Allan Titonelli Nunes, o SINPROFAZ, ao longo de sua trajetória, transcendeu a dimensão funcional da representação classista para adentrar o território das instituições que pensam o Estado. “O Sindicato deixou de ser apenas um defensor de prerrogativas corporativas para afirmar-se como agente formulador de políticas públicas”, observa Titonelli, indicando com precisão o deslocamento paradigmático que caracteriza o amadurecimento institucional.

¹ DiMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983.

² SELZNICK, Philip. *Leadership in administration: a sociological interpretation*. Berkeley: University of California Press, 1957.

Essa transição — da reatividade ao protagonismo estratégico — revela uma entidade que assimilou a própria historicidade e consolidou uma cultura organizacional orientada por um *ethos* republicano. A maturidade, nesse contexto, não é retórica protocolar, mas categoria estruturante: revela-se na racionalidade das decisões, na solidez das articulações institucionais, na constância da presença qualificada nos espaços deliberativos do Estado.

Como salienta Titonelli, a atuação do SINPROFAZ no campo legislativo, em particular, foi decisiva para que a carreira dos PFNs alcançasse novos patamares de reconhecimento e valorização. “Quem se ausenta dos fóruns decisórios é condenado ao silêncio institucional”, afirma. Por isso, a presença técnica, firme e fundamentada do Sindicato em audiências públicas, comissões temáticas e articulações interinstitucionais não apenas garantiu conquistas emblemáticas, como os honorários advocatícios, mas também sedimentou uma reputação de credibilidade e coerência.

Outro indicador dessa maturidade institucional, segundo o procurador, reside na forma de composição das suas instâncias diretivas. Ao privilegiar a convergência de lideranças regionais já legitimadas na carreira, o SINPROFAZ fortaleceu o princípio da representatividade orgânica e evitou rupturas que comprometessem a unidade estratégica da categoria. A governança associativa tornou-se, assim, expressão de um equilíbrio entre pluralidade e coesão, fundamento essencial à institucionalidade duradoura.

Mas talvez o traço mais eloquente da consolidação do SINPROFAZ esteja na sua capacidade de alargar o escopo de sua atuação para além dos interesses imediatos da categoria. Iniciativas como o Sonegômetro, o aplicativo “Na Real”, e as campanhas nacionais de justiça fiscal — muitas das quais

concebidas e implementadas sob a liderança do próprio procurador — não apenas ampliaram o raio de influência do Sindicato, como também inscreveram sua marca na agenda pública. “Um sindicato moderno é aquele que compreende que a defesa da carreira deve estar organicamente vinculada à defesa do interesse coletivo”, pontua Allan, com a sobriedade de quem compreende o papel estruturante das instituições no campo democrático.

Dessa forma, a maturidade institucional do SINPROFAZ não se confunde com a acomodação gerencial nem com a inércia organizacional. Ao contrário, constitui-se como responsabilidade histórica: a consciência de que a perenidade de uma instituição repousa na sua capacidade de manter-se intelectualmente ativa, politicamente presente e moralmente coerente com os princípios que a originaram.

A maturidade institucional se encarna, sobretudo, na memória viva dos que testemunharam — e construíram — os alicerces dessa trajetória. Como reforça o procurador Tadeu Alencar, um dos nomes mais atuantes da história recente da carreira, “carreiras que não se organizam não são respeitadas”. A afirmação não é mera advertência retórica, mas síntese de uma vivência institucional que compreende o sindicato como vetor estruturante da identidade profissional e da musculatura institucional da PGNF. “O fortalecimento do Sindicato foi determinante para o fortalecimento da carreira”, observa, com a sobriedade de quem acompanhou desde os primórdios a tessitura dessa construção.

Para ele, a maturidade institucional do SINPROFAZ manifesta-se, sobretudo, na capacidade de exercer uma pressão legítima, republicana e técnica em momentos em que a própria gestão, por suas atribuições, não poderia fazê-lo. Mais do que um órgão representativo, o Sindicato, em sua leitura, tornou-se uma instituição que pensa a carreira, que

pensa o Estado, e que se afirma como interlocutor qualificado nos processos de consolidação democrática e formulação de políticas públicas. Essa percepção, ancorada na vivência e na prática, corrobora a ideia de que a verdadeira maturidade institucional é aquela que se projeta para além da estrutura formal: ela está na densidade simbólica, na coerência histórica e na capacidade de moldar os contornos do presente com os instrumentos da legitimidade coletiva.

Para o consultor parlamentar Antônio de Queiroz, que acompanha a atuação do SINPROFAZ há mais de duas décadas, a trajetória da entidade é exemplar sob o ponto de vista da consolidação institucional e da racionalidade estratégica. Com larga experiência na articulação legislativa junto ao Congresso Nacional, Queiroz considera que o Sindicato se destaca pela combinação entre qualificação técnica, coerência programática e maturidade política.

“O SINPROFAZ representa uma das carreiras mais qualificadas da administração pública. Essa credibilidade institucional facilitou sua interlocução com os Poderes da República e possibilitou a construção de uma pauta que vai além dos interesses corporativos”, afirma.

Segundo ele, a consolidação do sindicato como ator relevante no processo de formulação de políticas públicas decorre de sua capacidade de operar com racionalidade política e densidade técnica, mantendo uma postura institucional equilibrada e independente. “A solidez de uma entidade se mede pela sua capacidade de atravessar diferentes governos sem comprometer sua coerência. O SINPROFAZ conseguiu isso com êxito”, ressalta.

Ao comentar as conquistas legislativas mais relevantes da carreira, Queiroz destaca o papel estratégico desempenhado pelo Sindicato em momentos decisivos. “A atuação na regulamentação

dos honorários advocatícios, na criação do conselho curador e na preservação da transação tributária como prerrogativa da carreira são exemplos de vitórias que só foram possíveis porque o Sindicato atuou com planejamento, fundamentação jurídica consistente e articulação institucional qualificada.”

Para o consultor, outro diferencial importante é a compreensão, por parte do SINPROFAZ, dos fluxos e ciclos próprios da política pública. “A entidade sempre soube identificar os espaços decisórios relevantes e estabelecer interlocução com os atores centrais dos processos legislativos e administrativos. Isso não é comum no cenário sindical e demonstra um grau elevado de maturidade organizacional.”

Queiroz observa ainda que a reputação construída pela entidade foi consolidada justamente pela sua conduta institucional. “O SINPROFAZ nunca se alinhou a posturas extremadas ou a discursos antidemocráticos. Sempre atuou com equilíbrio, respeitando os marcos constitucionais, as normas legais e os canais institucionais de negociação.”

Ao destacar o papel das campanhas institucionais promovidas pelo Sindicato, ele enfatiza que essas iniciativas reforçaram a imagem da entidade como promotora do interesse público. “Campanhas como o Sonômetro e os manuais de orientação ao contribuinte foram fundamentais para demonstrar que o Sindicato não se limita à defesa de pautas corporativas, mas contribui efetivamente com a construção de uma cultura de justiça fiscal.”

Na avaliação do consultor, a maturidade institucional do SINPROFAZ também se manifesta em sua capacidade de exercer pressão legítima, técnica e republicana em momentos estratégicos, especialmente quando a própria estrutura administrativa da carreira encontra limitações para se posicionar politicamente. “O Sindicato tornou-se uma instância

indispensável de mediação qualificada entre a carreira e os Poderes da República.”

Por fim, Queiroz sintetiza o papel desempenhado pela entidade ao longo de sua trajetória: “Se não houvesse um sindicato com esse grau de organização, de qualificação e de compromisso institucional, certamente a Procuradoria da Fazenda Nacional não teria alcançado o patamar de relevância que ocupa hoje”.





Capítulo 11

Contribuições institucionais, desafios e perspectivas da PGFN

Com quase três décadas de atuação na PGFN, o procurador Fabrício Da Soller acumula uma visão consolidada sobre os avanços institucionais, os desafios estruturais da carreira e o papel do SINPROFAZ na representação dos interesses dos PFNs.

“Me sindicalizei no mesmo dia, ou no dia seguinte ao meu ingresso na carreira, em maio de 1998. Este ano, completo 27 anos como sindicalizado. Ou seja, dos 35 anos do SINPROFAZ, estive presente em 27”, afirmou.

Embora não tenha ocupado cargos diretos no Sindicato, sua trajetória é marcada pela percepção clara da importância da entidade para o fortalecimento institucional da carreira. “Mesmo participando da gestão da PGFN, me sinto representado pelo sindicato do qual sou membro. Confio ao SINPROFAZ a defesa das pautas corporativas que aprimoram a nossa atuação e o nosso posicionamento institucional.”

Ao analisar os efeitos da reforma tributária recentemente aprovada, Da Soller ressalta a magnitude da mudança no sistema tributário nacional. “Seguramente, é o maior impacto legislativo que vivenciaremos nesse período. PIS e Cofins, os tributos com maior litigiosidade, serão substituídos por uma nova contribuição sobre bens e serviços. Isso exigirá não apenas adaptação da PGFN, mas

uma nova organização entre os diversos entes e carreiras que atuam no campo tributário.”

Segundo o procurador, esse novo cenário trará desafios relacionados à redefinição de competências entre as carreiras jurídicas e fiscais. “Há um movimento claro de rearranjo. Os auditores fiscais e as procuradorias buscam reforçar suas atribuições. Precisamos assegurar que as funções que exercemos com excelência sejam preservadas.”

Nesse contexto, o SINPROFAZ tem desempenhado papel relevante na interlocução institucional, sobretudo junto ao Congresso Nacional. “Carreiras fortes têm uma presença sindical ativa. O SINPROFAZ atua em defesa das nossas atribuições no processo legislativo e na formulação de propostas que protejam os interesses da carreira.”

A atuação da PGFN para a redução da litigiosidade também foi destacada por Da Soller como um marco relevante. “A PGFN foi precursora na internalização de entendimentos jurisprudenciais para evitar ações judiciais repetitivas. Mesmo antes de haver respaldo legal, adotamos esse procedimento, por meio de portarias internas, promovendo segurança jurídica e racionalidade institucional.”

Outra inovação fundamental foi a criação do Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos

(RDCC), implementado em 2016. “Passamos a ajuizar execuções fiscais apenas quando identificamos indícios concretos de que o devedor possui bens ou capacidade econômica. Isso resultou em significativa redução no número de execuções fiscais e contribuiu para a diminuição da sobrecarga no Poder Judiciário.”

A utilização de tecnologia tem sido uma aliada estratégica nesse processo. “Foi a tecnologia da informação que nos permitiu avançar na cobrança da dívida ativa, no mapeamento de devedores e na análise patrimonial. O uso de inteligência artificial está apenas começando, mas já apresenta potencial relevante para reestruturar a atuação da PGFN.”

Sobre a valorização institucional da carreira, Da Soller afirma que o reconhecimento da PGFN dentro do serviço público federal é crescente. “A recuperação da dívida ativa passou de R\$ 14 bilhões em 2015 para R\$ 60 bilhões em 2024. A previsão orçamentária para 2025 é de R\$ 90 bilhões. Isso demonstra o grau de confiança do Estado brasileiro em nossa atuação.”

Ainda assim, ele alerta para a necessidade de aperfeiçoamento estrutural. “Nosso maior desafio é a ausência de uma carreira de apoio estruturada. Isso impacta diretamente a eficiência da PGFN e precisa ser enfrentado com prioridade.”

O procurador também reforça a importância da atuação conjunta entre as quatro carreiras da AGU. “Se ficarmos em disputas internas, perdemos força institucional. É fundamental que haja unidade estratégica entre as carreiras, com as divergências sendo tratadas internamente.”

Da Soller avalia positivamente o papel do SINPROFAZ na construção institucional da carreira ao longo dos anos. “O SINPROFAZ demonstrou maturidade institucional ao apoiar pautas

estruturantes mesmo diante de eventuais resistências. Isso demonstra visão estratégica e compromisso com a carreira nos médio e longo prazos.”

Campanhas de conscientização, como o Sonogômetro e o projeto “Quanto Custa o Brasil para Você?”, também foram destacadas por ele. “A sonegação fiscal é uma das grandes chagas do Estado brasileiro. O SINPROFAZ foi pioneiro ao trazer esse debate à sociedade e demonstrar o papel da arrecadação para as políticas públicas.”

Por fim, ao projetar o futuro da carreira, Da Soller sinaliza um caminho de crescimento e responsabilidade. “A nossa atuação se tornou essencial para o equilíbrio fiscal do país. As expectativas aumentaram, os desafios também. Precisamos continuar entregando resultados consistentes, com inovação, estrutura e coerência institucional.”

Reforma tributária, litígios e atuação estratégica

Ao abordar os efeitos das recentes alterações legislativas, Fabrício Da Soller destaca a dimensão das transformações provocadas pela reforma tributária no contexto da atuação dos PFNs. Ele classifica a mudança como uma das mais profundas já enfrentadas pelo sistema tributário brasileiro.

“Seguramente, é o maior impacto que vivenciaremos em termos legislativos durante esse período. A substituição do PIS e da Cofins por uma nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), aliada ao novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será espelhado em âmbito estadual e municipal, alterará profundamente não apenas a estrutura tributária, mas também o escopo da atuação institucional da PGFN.”

Da Soller também aponta os desafios decorrentes dessa nova configuração. Segundo ele, a jurisprudência consolidada em âmbito estadual e municipal poderá influenciar a interpretação e aplicação do novo tributo federal. “Ainda não sabemos exatamente como isso ocorrerá na prática. Haverá desafios estruturais e jurídicos importantes. A União poderá ser impactada por decisões judiciais em que, tecnicamente, não é parte direta.”

Além disso, o procurador observa que a reforma pode acirrar a disputa institucional por atribuições entre diferentes carreiras. “Há um processo de rearranjo em curso. De um lado, auditores fiscais estaduais e da Receita Federal buscam atribuições. De outro, procuradorias estaduais e a própria PGFN buscam preservar e reforçar as competências jurídicas que sempre exerceram com excelência.”

Nesse cenário, a atuação do SINPROFAZ torna-se ainda mais estratégica. “É fundamental que a representação sindical esteja presente no Congresso Nacional, acompanhando a tramitação das propostas, defendendo as atribuições da nossa carreira e evitando retrocessos. A disputa por atribuições é legítima, mas precisamos garantir que a PGFN não seja enfraquecida institucionalmente.”

Outro ponto central na entrevista foi o enfrentamento da alta litigiosidade tributária. Da Soller reforça que a PGFN foi protagonista na busca por soluções para racionalizar o contencioso fiscal e reduzir a judicialização desnecessária.

“Fomos pioneiros na internalização de entendimentos jurisprudenciais. Mesmo antes da edição de dispositivos legais, adotamos, por portarias internas, a prática de alinhar a atuação da PGFN e da Receita Federal às decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Isso evitou milhares de ações judiciais repetitivas.”

O procurador também cita a implementação do RDCC, criado em 2016, como uma inovação decisiva. “Passamos a ajuizar apenas os créditos com indicativos concretos de capacidade patrimonial. Isso reduziu expressivamente o número de execuções fiscais, que historicamente representavam o maior volume de processos na Justiça Federal.”

Ele acrescenta que a adoção dessa estratégia só foi possível graças ao investimento em tecnologia da informação. “A triagem eletrônica de devedores, o cruzamento de dados fiscais e a análise patrimonial prévia só são possíveis porque desenvolvemos sistemas robustos e integrados.”

Segundo Da Soller, a expectativa é de que a inteligência artificial desempenhe um papel cada vez mais relevante. “Estamos apenas no início de uma transformação tecnológica. O modelo de trabalho atual já é muito diferente do que tínhamos há vinte anos, e esse processo tende a se acelerar.”

Valorização da carreira, estrutura institucional e desafios da PGFN

Ao refletir sobre a valorização da carreira de PFN dentro da estrutura do serviço público federal, Fabrício Da Soller adota uma perspectiva objetiva e baseada em dados. Segundo ele, a atuação dos procuradores tem sido reconhecida pelas entregas efetivas e pelo impacto direto na sustentabilidade fiscal do país.

“Dentro do Poder Executivo, poucas carreiras têm o reconhecimento que a nossa tem. Basta mencionar a recuperação da dívida ativa: em 2015, recuperávamos R\$ 14 bilhões. Em 2024, esse número saltou para R\$ 60 bilhões. E a previsão orçamentária de 2025 é de R\$ 90 bilhões. Isso demonstra a confiança do Estado na nossa atuação.”

Da Soller ressalta que esse crescimento não é fruto de arrecadação espontânea, mas sim de um trabalho técnico estruturado para localizar e recuperar créditos inadimplidos. “Estamos falando de recuperar dívidas complexas, de contribuintes que não pagaram os tributos devidos. Isso exige técnica, estratégia, inteligência institucional e uso intensivo de tecnologia.”

O procurador destaca que esse protagonismo tem colocado a PGFN em posição central para garantir a solvência do Estado brasileiro. “Hoje, o resultado primário da União depende, em grande parte, do desempenho da PGFN. A nossa atuação se tornou essencial para a viabilidade das contas públicas e, conseqüentemente, para a continuidade das políticas públicas.”

Apesar disso, Da Soller aponta um ponto estrutural crítico: a ausência de uma carreira de apoio institucionalizada. “Temos um corpo técnico altamente qualificado e dedicado, mas carecemos de uma estrutura de apoio compatível com o nível de responsabilidade da nossa atuação. Esse é um dos principais gargalos da instituição.”

Ele defende que a criação de uma carreira de apoio própria é uma demanda urgente e histórica. “Durante muito tempo, tivemos que buscar servidores do Ministério da Fazenda. Hoje, temos um projeto da AGU que prevê o ingresso de profissionais específicos para atuar no suporte às nossas atividades. Essa medida é fundamental para dar sustentação técnica e administrativa ao trabalho dos procuradores.”

Outro aspecto relevante abordado na entrevista foi o papel estratégico da tecnologia da informação no aprimoramento da atuação institucional. “Boa parte da nossa evolução nos últimos anos se deve a investimentos em sistemas tecnológicos. Mesmo com as limitações orçamentárias do Estado,

conseguimos avançar graças a parcerias com entidades como o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios.”

Da Soller esclarece que os recursos do Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), embora sejam de natureza privada — pertencentes aos advogados da União, PFNs, procuradores federais e procuradores do Banco Central —, vêm sendo aplicados, mediante acordos de cooperação, em projetos estruturantes de tecnologia da informação. “Esses investimentos são decisivos para garantir a eficiência da cobrança da dívida ativa e refletem diretamente na produtividade da carreira e na arrecadação de honorários.”

Ao tratar da relação institucional da PGFN com os demais poderes, Da Soller afirma que a construção de pontes institucionais é indispensável. “A gestão da PGFN tem o dever de manter diálogo permanente com o Congresso Nacional, com o Judiciário, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública. Essa interlocução é estratégica para evitar retrocessos legislativos e construir avanços institucionais.”

No entanto, ele destaca que esse papel também deve ser compartilhado com as entidades representativas da carreira. “As entidades sindicais precisam estar presentes nos espaços de negociação. A atuação institucional da PGFN e a atuação política do sindicato são complementares. Carreiras fortes são aquelas que têm presença técnica e presença política bem articuladas.”

Da Soller vê no SINPROFAZ um exemplo de atuação eficaz nesse campo. “O SINPROFAZ tem conseguido ocupar espaços relevantes no Congresso Nacional, levando dados concretos sobre o impacto da atuação da carreira e defendendo pautas estruturantes. Isso é essencial para garantir avanços e evitar retrocessos.”

Reforma tributária, campanhas institucionais, combate à sonegação e maturidade sindical

Ao abordar especificamente o papel do SINPROFAZ na defesa da carreira frente à reforma tributária, Da Soller reconhece que o Sindicato teve presença ativa nos debates legislativos, especialmente diante da disputa de atribuições entre diferentes carreiras do serviço público.

“O SINPROFAZ, como principal entidade associativa da carreira, se fez presente nas discussões no Congresso Nacional. Isso é fundamental. Há um debate legítimo entre auditores e procuradores sobre quem exercerá determinadas atribuições na nova estrutura de tributação sobre o consumo. Se não estivermos representados, ficamos em desvantagem institucional.”

Para ele, é papel da entidade sindical garantir que as funções de natureza jurídica, historicamente exercidas pelos PFNs, sejam reconhecidas e preservadas. “No que diz respeito à dívida ativa e à interpretação da legislação tributária, temos a responsabilidade técnica e jurídica. Não podemos abrir mão disso.”

Da Soller também valorizou as campanhas de educação fiscal promovidas pelo Sindicato. “O SINPROFAZ foi pioneiro ao lançar o Sonegômetro, uma iniciativa que inverteu a lógica do debate público. Enquanto o impostômetro mostrava quanto o Estado arrecada, o Sonegômetro trouxe à tona quanto o país deixa de arrecadar devido à sonegação.”

Para ele, a sonegação fiscal precisa ser compreendida como um problema social tão grave quanto a corrupção. “Infelizmente, a sociedade ainda relativiza a sonegação, como se fosse algo aceitável.

Mas ela prejudica diretamente a oferta de políticas públicas, principalmente para as populações mais vulneráveis. O SINPROFAZ teve coragem de trazer esse tema à luz.”

Além do Sonegômetro, o procurador citou a campanha “Quanto Custa o Brasil para Você?” como uma importante ferramenta de conscientização. “Essas campanhas não apenas informam, mas qualificam o debate público sobre justiça fiscal. E estão diretamente alinhadas com nossa missão institucional.”

Ao refletir sobre a valorização da carreira diante de outras carreiras jurídicas, Da Soller foi categórico: “A atuação do SINPROFAZ foi decisiva para garantir conquistas importantes, como a regulamentação dos honorários advocatícios. E continua sendo essencial para impedir retrocessos”.

Ele aponta que, mesmo após a conquista legislativa, há tentativas recorrentes de fragilizar o que foi alcançado. “A atuação sindical não termina com a aprovação de um projeto de lei. É preciso manter vigilância constante. O sindicato precisa estar permanentemente mobilizado para evitar iniciativas que fragilizem as conquistas da carreira.”

Sobre o fortalecimento da advocacia pública como um todo, o procurador defende a coesão entre as quatro carreiras que integram a AGU. “Se houver divisões internas, perdemos força institucional. Divergências são naturais, mas precisam ser tratadas internamente. Para o Estado, é essencial que as carreiras atuem com unidade estratégica.”

Por fim, ao avaliar a trajetória do SINPROFAZ ao longo dos 35 anos, Da Soller destacou a maturidade institucional da entidade. “O SINPROFAZ conquistou um grau elevado de maturidade. Seus dirigentes sabem quando apoiar iniciativas estruturantes, mesmo que isso gere desgaste no curto prazo. Essa visão estratégica é fundamental para consolidar a carreira.”

Segundo ele, essa maturidade se expressa na capacidade de atuar com independência, critério e responsabilidade. “A entidade soube equilibrar apoio e crítica de forma construtiva. Isso contribuiu para aprimorar a atuação institucional da PGFN e fortalecer o conjunto da carreira.”

Com quase três décadas de experiência na PGFN, Da Soller conclui com uma avaliação direta e realista: “O Estado brasileiro está depositando em nós um nível crescente de confiança. As expectativas aumentam, os desafios também. Cabe a nós entregar resultados, manter a coerência institucional e assegurar que a PGFN continue sendo uma das instituições mais relevantes da estrutura pública nacional”.



Fabrício Da Soller
Procurador da Fazenda Nacional



Sindicato Nacional dos Procuradores
da Fazenda Nacional

